Diário de Lisboa

Fundador: JOAQUIM MANSO Director: A. RUELLA RAMOS Terça-feira, 27 de Agosto de 1974 N.º 18547 Ano 54.º Preço 2$50

BOM TEMPO

PROIBIDA A GREVE POLÍTICA

O direito à greve e ao «lock-out» são consagrados no decreto lei aprovado em Conselho de Ministros e sancionado pelo Conselho de Estado, após o que foi já enviado para publicação no «Diário do Governo». O texto do diploma, proposto pelo actual gabinete do Ministério do Trabalho, determina a proibição do direito à greve às forças militares e militarizadas; aos magistrados judiciais; às forças policiais e guardas prisionais e aos bombeiros

Por outro lado, reconhece o direito à greve aos servidores do Estado, autarquias locais, institutos públicos ou instituições de previdência, nos termos «que vierem a ser definidos por lei especial». No decreto-lei que revoga a legislação fascista sobre a matéria (e que proibira o exercício de qualquer destes direitos), considera-se ainda ilícita a greve declarada com desrespeito do processo estabelecido na lei e nos contratos e acordos colectivos, bem como a greve desencadeada por motivos políticos ou religiosos e a greve de solidariedade que não interesse directamente à mesma profissão, «a menos que exercida em apoio a trabalhadores da própria empresa». A ocupação dos locais de trabalho durante a greve é interdita, sem prejuízo de poderem os grevistas formar piquetes externos com vista a assegurar que o trabalho não seja exercido por trabalhadores estranhos à empresa. Quanto ao «lock-out», embora consagrado como direito na lei, é bastante restringido e simplesmente proibido a empresas consideradas de utilidade pública, sendo como tal definidas todas as que respeitem a indústrias essenciais à defesa nacional; as instituições de crédito; as que assegurem cuidados hospitalares, médicos e medicamentosos; as empresas funerárias; as que prestam serviços de distribuição de água, leite e energia; e as de recolha de lixo. Por outro lado, o «lock-out» só é considerado lícito quando a declaração de greve dos trabalhadores — através das suas organizações sindicais ou assembleias plenárias — não respeitem os princípios consignados no decreto-lei. Este diploma será obrigatoriamente revisto antes de expirado um ano sobre a sua promulgação.

Trabalhadores rurais da Azambuja falam ao nosso repórter.

NA AZAMBUJA

MAIS DE MIL RURAIS EM GREVE TOTAL

Mais de um milhar de trabalhadores agrícolas dos campos da Azambuja encontram-se em greve total, face à recusa, até ao momento, dos proprietários rurais em darem resposta ao seu caderno reivindicativo. Trata-se de assalariados — muitos dos quais contratados à época, aos «ranchos» em terras alentejanas, conforme reportagem oportunamente publicada nas nossas colunas, e que nesta altura se encontram ocupados na fase crucial da apanha do tomate

..Os aspectos essenciais do caderno de reivindicações dos trabalhadores são a fixação de salários mínimos de 170$00 para os homens, 135$00 para as mulheres e 44 horas semanais de trabalho. O seu horário, em princípio, era de oito horas diárias, sem folgas e com um regime muito arbitrário de pagamento do trabalho extraordinário, aliás obrigatório.

..No domingo houve reuniões dos proprietários rurais no Grémio da Lavoura local e dos trabalhadores, com a sua comissão sindical, na Casa do Povo. Face à falta de resposta dos patrões, os assalariados decidiram a paralisação total do trabalho. Já depois de iniciada esta, com respeito absoluto pela ordem de greve, os patrões teriam oferecido o salário de 120$00 às mulheres, proposta que não foi aceite.

Hoje haverá novas reuniões, na Azambuja, de patrões e trabalhadores. A paralisação do trabalho afecta seriamente as fábricas de concentrado de tomate da região, que pertencem, em grande parte, a latifundiários locais. O período da apanha é necessariamente muito curto.

O rancho de trabalhadores da Herdade da Bafoa, vivendo ali em condições infra-humanas, conforme relatámos na reportagem atrás aludida, já entrara em greve anterior pela melhoria dessas condições, e aderiu à paralisação actual, na sua totalidade.

GUINÉ-BISSAU

Retirada das tropas até 31 de Outubro

. Quatro meses depois do 25 de Abril e quase um ano após a autoproclamação da República da Guiné-Bissau, o Governo Português assinou ontem em Argel um histórico acordo com o P.A.I.G.C. que põe fim ao nosso domínio colonial naquele território.

O regresso total das tropas portuguesas de Bissau até ao dia 31 de Outubro, e o reconhecimento «de jure» da República da Guiné-Bissau como Estado soberano pelo Estado Português, no próximo dia 10 de Setembro, contam-se entre os pontos mais relevantes do acordo.

Trata-se de um acontecimento histórico, recebido em Portugal com a profunda emoção e respeito, que vem substituir em definitivo a guerra pela cooperação futura, activa e sincera, entre a nova República africana e o nosso País. Marco decisivo para a destruição de quinhentos anos de colonialismo português, e etapa histórica no processo de libertação de toda a África.

As presenças, no Palácio do Povo, de Boumediene, presidente da República Democrática e Popular da Argélia, de membros do Conselho da Revolução e do Povo argelinos, além de elementos do Corpo Diplomático acreditado na capital argelina, para assistirem à assinatura do protocolo entre ambas as partes, ilustram por forma significativa a importância do acontecimento para o Terceiro Mundo, de que a Argélia é porta-voz relevante. As felicitações enviadas por Senghor ao general Spínola pela solução encontrada para a Guiné dão-nos também a ima-

Continua na pág. 18

O momento em que o ministro Mário Soares assinava, em Argel, o acordo de independência da Guiné-Bissau. (Telefoto UPI-Telimprensa-DL)

24 PÁGINAS

DESCOLONIZAÇÃO

A cerimónia ontem efectuada em Argel inicia, de facto, uma política de real, genuína e autêntica descolonização, comprovando a seriedade das intenções anunciadas pelo II Governo Provisório, em consequência do Programa das Forças Armadas. O exemplo do comportamento de Portugal com Guiné-Bissau mostra as possibilidades de uma transmissão pacífica de poderes eo importante papel que nos cabe na construção de novos países africanos.

Orientação irreversível, universalmente aplaudida e apoiada, a descolonização iniciada por Portugal abre-lhe promissoras perspectivas nos domínios económico, político e social, constituindo sólido alicerce de um futuro mais próspero, mais livre e mais digno.

Enveredando pelos trilhos da paz e da democracia político-social, o nosso País já não persiste na suicida pretensão de contrariar os ventos da história, antes se afasta a passos largos do negro passado e avança corajosamente para o futuro. Avanço que não será uma «marcha triunfal» (a reacção não desarmará) mas uma árdua conquista dos esforços de um povo que tem de procurar arduamente o seu verdadeiro caminho.

MANUEL DE AZEVEDO

Uma colagem de citações, poemas, canções, fragmentos de peças de várias épocas e estilos, sobre o tema da luta pela Liberdade.

LIBERDADE
LIBERDADE

De LUÍS FRANCISCO REBELO, LUÍS DE LIMA e HELDER COSTA, baseado no roteiro do espectáculo de MILLÔR FERNANDES e FLÁVIO RANGEL

LUÍS CÉU JOÃO
DE LIMA GUERRA PERRY

Música de **José Mário Branco Fausto**

Encenação de **LUÍS DE LIMA**

AMANHÃ — ESTREIA

AR CONDICIONADO
TEATRO VILLARET
o mais moderno e confortável de Lisboa

Um espectáculo de
RAUL SOLNADO

(não aconselhavel a menores de 13 anos)

GERAL

MOÇAMBIQUE

UMA DELEGAÇÃO ECONÓMICA CHEGA HOJE A LISBOA

LOURENÇO MARQUES, 27 (R) — Uma delegação económica parte hoje para Lisboa, a fim de informar o Governo Português de que uma greve crise económica está em desenvolvimento em Moçambique.

A viagem da delegação de seis membros, representando variados sectores económicos de Moçambique, segue-se à partida, no domingo, para a capital portuguesa, do secretário-geral de Coordenação Económica, dr. Mascarenhas Gaivão, para consultas urgentes.

O dr. Gaivão declarou, antes de partir para Lisboa, que a causa principal da crise era a grande escassez de divisas estrangeiras.

A crise em moeda estrangeira poderá afectar particularmente o tabaco, algodão, sisal e os produtos de castanha de caju, produtos que têm sido as principais fontes de divisas estrangeiras de Moçambique.

Notícias de todo o Estado dizem que os proprietários de terras estão a lutar com falta de insecticidas, por os bancos não lhe terem concedido créditos a longo prazo.

Entre os membros da delegação, encontram-se o conhecido agricultor e homem de negócios Benjamim Cacho. A contínua agitação entre a classe trabalhadora, que se tem registado em Moçambique, desde o pronunciamento militar do 25 de Abril em Lisboa, foi ilustrada ontem pelo termo de uma greve do pessoal da Mobil Oil e o início de outra de mil operários da Siderurgia da Cometal-Mometal, em Machava.

Seiscentos trabalhadores da rede de distribuição da companhia petrolífera entraram em greve, durante uma semana, reclamando salários mais elevados e uma mudança de atitude por parte da administrçação que, afirmaram, necessitava de «descolonização mental». Não foram reveladas as reivindicações que os grevistas viram satisfeitas.

Quando essa greve terminou, os operários da Siderurgia de Machava largaram as ferramentas em apoio de maiores salários. Não foram conhecidos imediatamente pormenores acerca das suas reivindicações.

SUPRESSÃO DO SERVIÇO MILITAR

Entretanto, um telegrama da France Presse, datado de Lourenço Marques, diz ter-se anunciado de fonte oficial que as autoridades militares portuguesas daquela capital decidiram anular o serviço militar em Moçambique até ao fim de 1975.

Esta decisão liberta das suas obrigações militares cerca de três mil jovens de Moçambique que deviam começar o seu serviço em Janeiro próximo.

A RESIGNAÇAO DO ARCEBISPO

O Papa aceitou o pedido de demissão do arcebispo de Lourenço Marques, D. Custódio Alvim Pereira, um dos mais declarados defensores eclesiásticos do anterior regime.

Num gesto que visa, aparentemente, harmonizar a imagem da Igreja em África com a nova política portuguesa, a Santa Sé anunciou que monsenhor Alvim Pereira, de 59 anos, deixaria Moçambique em breve com destino a Roma, a fim de tomar posse do seu novo cargo de delegado iunto de uma comissão organizadora do Ano Santo, cujas celebrações principiam em Setembro.

Entretanto, e segundo uma nota distribuída em Lisboa pelo secretário-geral da Conferência Episcopal, foi confiada ao bispo de Inhambane, o missionário franciscano D. Ernesto Gonçalves da Costa, a administração apostólica da arquidiocese.

ANGOLA

APELO DE HOLDEN ROBERTO AO M.P.L.A.

KINSHASA, 27 — (F.P.) — Holden Roberto, presidente da Frente Nacional de Libertação de Angola (F.N.L.A.), fez na segunda-feira um apelo aos dirigentes do Movimento Popular de Libertação de Angola (M.P.L.A.), reunidos em Lusaka, «para que cessem sem demora os conflitos internos que só podem servir para fazer o jogo daqueles que se opõem à independência imediata de Angola».

O presidente da F.N.L.A. falava no Instituto Macanda, a escola ideológica do Movimento Popular da Revolução, na presença, nomeadamente, do general Mobutu Sese Seko, chefe do Estado zairês.

«De acordo com as notícias que nos chegam da capital zambiana, disse Holden Roberto, parece que as três tendências do M.P.L.A. estão longe de se entenderem e de constituir uma única direcção que faria com a nossa uma frente comum».

Holden Roberto, que apresentou um balanço dos catorze anos de luta em Angola, acentuou que «graças ao auxílio concedido pelos países amigos de África, Ásia e Europa de Leste, foi-nos possível constituir um exército de dez mil homens». Assinalou ainda a presença nas bases da retaguarda da guerrilha angolana de instrutores chineses «encarregados de formar os quadros de escol», que trabalham ao lado «dos irmãos instrutores zairenses».

Porém, o presidente Holden Roberto reafirmou o desalinhamento «vigoroso» do movimento da resistência «em relação aos blocos ideológicos existentes».

Esta atitude, reconheceu Holden Roberto, «suscitou os maiores aborrecimentos da parte daqueles que não podem suportar ver os africanos traçarem o caminho que consideram dever ser o seu». Lamentou, além disso, que «esta atitude negativa não venha só dos blocos que disputam entre si a hegemonia mundial». «Cercam-nos países do Terceiro Mundo — afirmou ele — rezam-nos frequentemente numa incrível baixeza e rara vilania».

Evocando a rejeição pela F.N.L.A. da «paz dos bravos» recentemente proposta por Portugal, o presidente Holden Roberto sustentou que em caso algum a frente pode aceitar que «grupúsculos» tribais sejam erigidos em representantes das correntes de opinião étnicas, o que seria, segundo ele, contrário à garantia dada ao secretário das Nações Unidas pelo Governo português de assegurar a integridade territorial de Angola».

O chefe da F.N.L.A. afirmou, por fim, que o seu movimento está pronto a «aceitar a participação dos melhores portugueses de Angola na construção de uma Angola nova, com a condição de serem respeitadas as regras da democracia e de prevalecerem os interesses do nosso povo».

«A F.N.L.A. espera — concluiu Holden Roberto — que Portugal apreenda o alcance da nossa posição e tome as medidas que se impõem para contrariar as manobras tramadas em Angola pelos inimigos da paz».

PADRE AFRICANO BISPO AUXILIAR

Entretanto, o Papa anunciou a nomeação de um sacerdote africano, monsenhor Zacarias Kamuenho, reitor do Seminário Maior de Nova Lisboa, para bispo auxiliar de Luanda e bispo titular de Tabla, coadjuvando o arcebispo português, D. Manuel Nunes Gabriel.

O padre Zacarias Kamuendo nasceu no distrito de Nova Lisboa, a 5 de Setembro de 1932, tendo feito os estudos filosóficos e teológicos no Seminário Maior daquela cidade e foi ordenado sacerdote em 9 de Julho de 1961. Trabalhou primeiro como coadjutor na missão de Bela Vista (1961-1969) e, em seguida, foi chamado a exercer o ensino no Seminário Maior de Nova Lisboa, tendo sido nomeado vice-reitor, em 1970, e, em 8 de Dezembro de 1973, reitor do mesmo seminário.

Contemporaneamente, foi eleito consultor diocesano e vigário-geral da diocese, cargos que actualmente desempenha, juntamente com o de secretário diocesano para a catequese missionária.

Em defesa dos trabalhadores rurais

A aplicação aos trabalhadores rurais da regulamentação geral do trabalho vai ser objecto de um estudo determinado pelo ministro do Trabalho, capitão Costa Martins. Tal estudo deve ter em atenção as necessidades dos trabalhadores rurais assalariados e as condições económicas da agricultura portuguesa.

Esta medida visa lançar as bades duma política de protecção da massa de trabalhadores rurais, protecção que se insere na criação dum sistema de justiça social. Aos trabalhadores rurais não eram aplicáveis nem a lei do contrato individual de trabalho nem os sistemas de contratação colectiva.

Por outro lado o ministro Costa Martins determinou de imediato a publicação no Boletim do Ministério do Trabalho de nove portarias de regulamentação do Trabalho agrícola, relativas aos concelhos de Beja, Vidigueira, Aljustrel, Ferreira do Alentejo, Alvito de Beja, Moura e Cuba. Estas portarias transcrevem os acordos efectuados naqueles concelhos entre comissões pró-sindicato representativas dos trabalhadores e comissões representativas dos agrários.

A publicação dos acordos corresponde a uma medida de «carácter puramente transitório», tanto mais que os acordos vigoram sómente até 30 de Setembro.

Recorda-se que, depois dos acordos estabelecidos, muitos agrários do Alentejo recusaram-se a cumpri-los. Tal atitude coloca-os, de futuro, numa situação ilegal e de afrontamente a actos sancionados pelo Governo. Com esta decisão, o ministro Costa Martins terá dado um passo importante na defesa da justiça devida aos trabalhadores rurais.

Central School of Languages
International House

excelência no ensino de línguas

- **CURSOS INTENSIVOS DURANTE O MÊS DE SETEMBRO**
- **INSCRIÇÕES ABERTAS PARA TODOS OS CURSOS A COMEÇAR EM OUTUBRO**

LISBOA: Rua Marquês Sá da Bandeira, 16—Tels. 571496-534054-534062
BARREIRO: Avenida Alfredo da Silva, 57 — Tel. 2073622
COIMBRA: Rua Antero de Quental, 135 — Tel. 2 29 71

JOSÉ AUGUSTO FRANÇA

LER O JORNAL

Desde sempre se leu, em minha casa, o jornal «X», da manhã: vinha antigamente o jornaleiro e atirava-o da rua, com mão certeira, dobrado e atado em nó sobre si próprio, para uma das sacadas, ou depositava-o à porta, como elemento do consumo quotidiano, pão do espírito, ao lado do outro, do padeiro, trazido também a domicílio...

Pão do espírito que era preciso saber ler, nesses tempos passados que foram perdurando, mesmo numa sociedade formalmente evoluída, já sem jornaleiros matutinos nem padeiros de cesto ao ombro, em 1974.

...Que fui aprendendo a ler, com o tempo e a idade, descodificando os dizeres, comentários ou notícias. Em princípio, tratava-se de ler em sentido contrário: branco onde estava preto e preto onde branco se dizia. Mas havia jogos mais complicados e era necessário estar atento às contradições das notícias — e à suspeita permanente dos cortes sofridos, ou das eliminações totais, faltando muitas vezes a notícia esperada que daria o verdadeiro sentido ao acontecimento.

Os jornais estrangeiros forneciam, evidentemente, os modelos e as cifras de descodificação, mas os próprios comentários da redacção ou da direcção ajudavam nisso, com uma certa inocência: era como se deixasse de fora o rabo do gato escondido...

Merece, aliás, celebridade, o «fundo» de 24 de Abril próximo passado, em que se troçava daqueles que supunham para breve o fim do «Estado Novo», manobra evidente dos inimigos da pátria, espalhados por esse mundo além... E claro que vinte e quatro horas depois nos ríamos do triste sujeito que assim opinava — mas a sua opinião era comandada de fora, ecoava aquilo que era preciso fazer crer, em matéria de informação, para disfarçar o medo dos informadores.

Era esse medo permanente que caracterizava as páginas do diário em questão — medo que num seu parceiro oficioso se tornava agressividade policiesca, e era o famigerado «Diário da Manhã», e não só; que noutros se disfarçava; que noutros, mais raros, se rompia, pelas malhas da Censura. Esta, procurando exorcismar tal medo, fatalmente tornava duvidoso tudo quanto se publicasse: notícias, notas oficiosas e discursos ministeriais... Como saber se uma coisa era assim, se era proibido negá-la ou discuti-la?

De qualquer modo, e de jornal para jornal, o código particularizava-se, e só um hábito de leitura atenta permitia «ler» cada um deles, numa leitura de «segundo grau» — que correspondia à escrita de «segundo grau» com que eram feitos, para poderem mentir (e era o caso do diário a que me refiro — hoje é claro que regenerado) ou para poderem sugerir uma verdade não oficial.

À simples **leitura em negativo** daquele jornal sucedia a **leitura dedutiva** deste outro (que era muitas vezes o «Diário de Lisboa» — e por isso há muitos anos nele colaboro...), em que certos indícios (um comentário a despropósito, a demasiada brevidade dum telegrama, a má colocação de uma notícia, etc, etc.) levavam o leitor a entender acontecimentos secretos ou indesejáveis. Uma linguagem críptica assim se formava e estabelecia, contra a qual, afinal, a Censura nada podia, ou muito pouco.

Como pouco ou nada podia contra certos jogos de expressão que ultrapassavam a craveira intelectual dos seus agentes, geralmente oficiais reformados na mediocridade da sua subordinação. Era relativamente fácil enganá-los, fazendo-os cortar uma coisa para outra passar, como ao touro se mostra a capa que esconde o estoque. Tratava-se, afinal, de os fazer «marrar» numa direcção errada... Bastas vezes me diverti nessa tauromaquia e, como a tantos outros colegas, me aconteceu ser colhido, por descuido, no terreno do bicho...

Mas, vitorioso ou apanhado, uma sensação de vergonha me tomava sempre — porque a situação vivida em Portugal durante meio século, neste domínio também, era de **vergonha**. **Envergonhados** aqueles que eram obrigados a jogar com uma expressão que por direito lhes cabia, **vergonhosos** aqueles que a isso obrigavam, ou que achavam bem que

Continua na pág. 6

HENRIQUE CORREIA DE SOUSA

REFLEXÕES DE UM EX-EMIGRANTE

Bolas! Sejamos um tanto optimistas e, até, porque não?, moderadamente utópicos! Aspiremos mesmo (no nosso íntimo, para começar) a um pouco mais do que nos parece ser imediatamente possível! Co'os demónios! Confesso que me começam a irritar todos esses cépticos, esses profissionais do pessimismo, a curto e a longo prazo, que, vindo das direitas e mesmo, por vezes, teoricamente, das esquerdas, tomam como pretexto as inevitáveis imperfeições, inconsequências ou perplexidades de um processo revolucionário deste vulto, na primeira das suas fases, para imediatamente denegrirem, chasquearem, suspeitarem ou descrerem! Irrisórios profetas! Que esperavam eles, esses hipercríticos da revolução, esses austeros moralistas, estranhamente mais complacentes ou acomodatícios durante o transcurso do deposto regime? Que tudo se resolvesse, como por artes mágicas, no espaço de alguns meses, todas as dificuldades, todos os quebra-cabeças, que não se solucionaram durante 48 anos de calma fictícia, de equívoca segurança, unilateral e arbitrariamente imposta, de falsa e viciadíssima estabilidade?

Encontramo-nos, neste momento, indiscutivelmente, perante a maior oportunidade histórica da nossa existência, como comunidade distinta e autónoma adentro do contexto mundial-europeu. Pela primeira vez desde que somos, e em circunstâncias excepcionalmente favoráveis ao surto e à afirmação dos legítimos anseios dos povos, longamente ignorados ou ignobilmente desprezados e espezinhados, pela primeira vez, dizíamos, se logrou realizar aqui, neste rincão lusitano, uma unidade ímpar, fruto suculento e irreprimível de decénios (ou de séculos) de culpabilidade, de frustrações, de indignas prepotências, de ardilosos e de antipatrióticos egoísmos! Nessa unidade, quase providencial (porque actualmente única, no concurso internacional), figuram todas as tendências, todas as correntes legítimas e representativas: os partidos (organizações durante tanto tempo completamente banidas e criminosa ou inconscientemente caluniadas), as forças militares, as elites progressistas, as camadas populares, os jovens, etc. Todos e tudo, se excluirmos, como é óbvio e prudente, num primeiro tempo, os representantes ou porta-vozes daquelas minorias sem escrúpulos que, sem o menor rebuço, espoliaram, perverteram e sangraram a Pátria!

Temos pois alcançada uma larga plataforma de adesão e de objectivos comuns, consubstanciados, nomeadamente, nesta primeira etapa, no programa do M. F. A.

Essa aliança é por enquanto precária e esses objectivos ainda insuficientes? Decerto. Mas trata-se, de qualquer maneira, de um progresso imenso que só urge concretizar. O qual se deve aos esforços, ao consenso e às aspirações unânimes da maioria esmagadora da Nação. E vale a pena, intensa e ardentemente a pena, que todos lutemos, sem tréguas nem quebrantos, para alargar e cimentar essa plataforma unitária, até torná-la indomável e indestrutível!

Significa isto que a pluralidade é neste momento, provisoriamente, menos necessária, porque susceptível de originar polémicas estéreis ou indesejáveis e prematuras divisões? De modo algum, a nosso ver. Nós só nos podemos enriquecer com as confrontações e com os debates, seremos, metódicos e motivados, uma vez que eles sejam intrinsecamente francos, inteiramente livres e autênticos. A diversidade de pontos de vista só é sinal de abundância, só pode ser tomada como o efeito natural da necessária participação de todos aos diferentes níveis de reflexão e de actuação. Há é o problema delicado e por vezes espinhoso de se organizarem esses confrontos, essas deliberações e decisões, de modo a garantir a sua eficácia e a sua operacionalidade, mas é isso que é apaixonante e frutuoso para o espírito, o medirmo-nos com as dificuldades reais com os verdadeiros obstáculos, que, longe de serem intransponíveis, se encontram, pelo contrário, ao alcance da nossa imaginação, da nossa obstinação, da nossa perseverança!

LUÍS DE CARVALHO E OLIVEIRA

A EXPLORAÇÃO DO SOLO AGRÍCOLA

O problema da exploração do solo agrícola nacional foi candente na Idade Média, voltou a sê-lo após os Descobrimentos e parece que volta a sê-lo actualmente, independentemente da sua continuidade e premência em todos os tempos.

Portugal nunca deixou de ser um País essencialmente agrícola. Não vamos fazer a história da estrutura das explorações agrárias antigas, assunto sobre o qual Armando de Castro lançou a mais clara luz. Interessa-nos focar fundamentalmente o problema de hoje.

A primeira questão que se levanta é a dos solos incultos. Uns, por incúria dos proprietários, outros, por não se ter ainda descoberto uma cultura própria ou porque se assentou na ideia de que não eram susceptíveis de qualquer cultura.

Estas últimas duas hipóteses, hoje pouco significantes para nós, em face da experiência de Isarel e da Sibéria, além de muitas outras que por esse mundo demonstram não haver impossibilidade absoluta de cultivo, sendo de estudar a hipótese das transformações necessárias para a extracção da utilidade, dentro de um plano de rendibilidade, é claro.

Sem que queiramos envolver-nos nos processo técnicos de hoje para utilização de solos que se diziam impróprios para agricultura, detenhamo-nos sobre aqueles que não são cultivados pelo seu dono, havendo outrem que se disponha a efectuar neles algum cultivo. Isto, sem querermos desligar o problema da técnica na agricultura e do aproveitamento dos solos desta segunda questão — a da retenção de solos sem qualquer aplicação que por outros lhes possa ser dada.

Nos tempos que decorrem, ao enunciar-lhes uma problemática desta natureza, natural é que grande número sinta já os cabelos em pé sob a impressão de que se vai fazer uma tirada socialista, levando-lhe do poder as terras de que não tirou proveito nem para si nem para os outros.

Não é esse o propósito conquanto seja oportuno lembrar que nada mais justo e lógico do que evitar a inutilidade daquilo que deve ser elemento de produção indispensável para a população nacional.

É também de lembrar que será, possivelmente, a continuação deste estado de coisas que conduzirá a medidas mais drásticas que, com toda a evidência, serão indispensáveis.

Por ora, vamos apenas discretear sobre as formas tradicionais de transferir o direito de cultivo da terra para o empresário que se proponha realizá-lo.

O novo Código Civil, passada larga etapa de suspensão desse tipo de contrato, trouxe de novo o foro, pelo qual se separam o domínio útil do domínio directo, ficando um na mão do proprietário e transferindo-se o

Continua na pág. 8

NACIONAL

PUB

INFORMAÇÃO DO BANCO PORTUGUÊS DO ATLÂNTICO PARA OS PORTUGUESES QUE TRABALHAM NO ESTRANGEIRO

UMA VASTA REDE DE DEPARTAMENTOS B.P.A. AO DISPOR DOS NOSSOS EMIGRANTES

. Nesta altura em que a maior parte dos portugueses que trabalham no estrangeiro estão a terminar as férias que vieram passar a Portugal preparando-se para voltar aos países onde trabalham, o Banco Português do Atlântico tem o maior prazer em vir publicamente dar-lhes conta dos locais no estrangeiro onde tem em funcionamento departamentos especialmente criados para ali atenderem os emigrantes pogugueses.

De facto mercê de acordos firmados com outras importantes instituições de crédito, o Banco Português do Atlântico tem abertos ao público balcões no centros onde é mais vasta a presença de emigrantes portugueses, os quais encontram nesses Departamentos BPA funcionários portugueses prontos a responderem a todas as questões que lhes sejam postas pelos nossos compatriotas que trabalham no estrangeiro.

Vejamos, pois, onde o Banco Português do Atlântico está directamente presente no estrangeiro, especialmente, repete-se, para atender os emigrantes portugueses:

. CARACAS (Banco Mercantil y Agricola) — San Francisco a Sociedad, 5.

HAMBURGO (Vereinsbank in Hamburg) — Spitalerstr, 7.

LONDRES (Banco do Brasil) — King Street, 16.

LUXEMBURGO (Caisse d'Epargne de l'Etat) — Av. de la Liberté, 74.

PARIS (Banco do Brasil) — Av. George V, 49.

SÃO FRANCISCO (Banco do Brasil) — Califórnia Street, 540.

Também no Canadá o Banco Português do Atlântico tem ao dispor dos portugueses que ali trabalham Centros de Informações aptos igualmente a responderem a todas as solicitações que lhes sejam feitas pelos nossos compatriotas:

. MONTREAL (Lusitano Atlântico Travel) — 60 — Duluth — St. Es.

VANCOUVER (Habitat Realty, Ltd) — 4280, Slocan ST.

E, dentro em breve, outro estabelecimento BPA passará a funcionar em Paris, também para atender os muitos milhares de portuguses que trabalham na região da capital francesa: A sucursal de França do Banco Português do Atlântico, na Rua Auber, 7.

Verifica-se assim, que para além de uma vastíssima rede de colaboradores espalhados por todo o Mundo, o Banco Português do Atlântico põe à disposição dos portugueses que trabalham no estrangeiro balcões próprios nos centros onde é mais numerosa a presença de emigrantes portugueses, garantindo-lhes assim o melhor apoio para a solução de todos os seus problemas de âmbito bancário. E esse apoio tem também a devida sequência em Portugal, onde o Banco Português do Atlântico efectua os pagamentos das transferências em casa dos familiares dos emigrantes sem quaisquer despesas, evitando assim perdas de tempo e de dinheiro que sempre originam as deslocações aos locais onde estão instaladas as dependências bancárias.

APOIO BANCÁRIO ÀS EMPRESAS

. Da Secretaria de Estado do Tesouro recebemos a seguinte nota:

. «Na sequência da ligeira quebra que ocorreu após o «25 de Abril», a actividade do Banco de Fomento Nacional, na metrópole, depois de retomado o ritmo normal, tem vindo ultimamente a aumentar por forma significativa, em especial no que respeita ao apoio financeiro das empresas do que resultou terem sido formalizados empréstimos na ordem dos 3,2 milhões de contos — valor que corresponde a mais de 70 por cento das realizações efectuadas durante todo o ano de 1973. Na sua maior parte, este crédito destina-se a sectores básicos da actividade económica, como a produção e distribuição de energia eléctrica (20 por cento) e as comunicações (11 por cento) e a indústria pesada, nomeadamente grandes projectos de construção e reparação naval (21 por cento) e de ampliação de fábricas de cimento (10 por cento), não deixando porém de ser considerados programas de investimento no âmbito dos sectores como a agro-pecuária e a indústria ligeira — alimentação e bebidas, têxteis, vestuários e calçado cerâmica, produtos metálicos, fabrico de máquinas produtos de madeira, etc.

Das operações correspondentes ao referido volume de crédito mais de 2/3 são de valor inferior a 10.000 contos e delas beneficiaram, na sua generalidade as empresas de média dimensão, mensão.

Constituindo os depósitos, a prazo e de poupança, a maior fonte de recursos do Banco de Fomento, tal apoio creditício só se tornou possível graças à evolução favorável da carteira de depósitos da instituição a qual, vencida uma pequena recessão, aliás natural, está agora, designadamente a partir da entrada em vigor das novas taxasde juro aprovadas pelo Ministério das Finanças, a atingir os mais elevados níveis de sempre.

De resto, esta posição favorável do Banco de Fomento apenas vem confirmar toda uma linha evolutiva no sentido do crescimento que desde há algum tempo se tem vindo a processar. Bastará referir que, em termos de operações aprovadas — cujos reflexos em realizações, só virão a sentir-se um pouco mais tarde — o primeiro semestre deste ano contribuiu com 4,4 milhões de contos, na metrópole, mais 50 por cento do que o valor das agravações em igual período do ano anterior.

Entretanto, continuam a ser objecto de estudo numerosas outras operações propostas por empresas que para o efeito se têm dirigido aquela instituição especial de crédito em Lisboa ou nas principais cidades do País, onde o Banco tem delegações, o que deixa antever, para o exercício em curso, um apoio à economia nacional que, quer em número quer em valor deverá superar largamente as metas anteriormente alcançadas.

O apoio creditício do Banco de Fomento Nacional constitui sem dúvida alguma uma acção objectiva que visa em termos realistas o relançamento da nossa economia, pelo que a poupança que lhe for confiada constitui um dos mais eficientes instrumentos de transformar intenções em realidade.»

NOVO DIRECTOR-GERAL DO ENSINO BÁSICO

. Tomou posse do cargo de director-geral do Ensino Básico o dr. Rogério Fernandes, pedagogo, jornalista e professor do ensino técnico. Licenciado em Histórico-Filosóficas pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa é autor de vários trabalhos sobre temas pedagógicos, além de ter mantido, durante muito tempo, uma secção semanal sobre assuntos educacionais no jornal diário «A Capital».

Desempenhou as funções de assistente na secção de Filosofia da Faculdade de Letras de Lisboa, cargo que exerceu durante três anos consecutivos, tendo sido exonerado a seu pedido. Foi, ainda, professor do ensino técnico nocturno e, como bolseiro do Centro de Investigação Pedagógica da Fundação Calouste Gulbenkian, regeu as cadeiras de «Sociologia da Educação» no Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa e de «Pedagogia Experimental» e «Pedagogia Comparada» no Instituto Superior de Psicologia Aplicada.

Como homem de Imprensa foi redactor, director-adjunto e director da revista «Seara Nova» e redactor, subchefe e chefe de redacção de «A Capital», Rogério Fernandes, nascido em 12 de Outubro de 1933 é um dos elementos da direcção da Associação Portuguesa de Escritores.

SECRETÁRIO DA SAÚDE NO BARREIRO

O Secretário de Estado da Saúde, dr. Carlos Cruz Oliveira, deslocou-se ao Barreiro, onde visitou durante cerca de uma hora o Hospital Distrital Nossa Senhora do Rosário.

Aquele estabelecimento hospitalar, construído há cerca de 14 anos, tem uma capacidade de 70 camas, aproximadamente, pelo que não tem possibilidade de satisfazer às exigências mínimas do movimento que regista, impondo-se o seu alargamento ou, então, a sua substituição por um outro edifício.

O dr. Cruz Oliveira foi recebido pelo provedor da Santa Casa da Misericórdia do Barreiro, José Francisco Costa Neves; pelo subdirector clínico em serviço, dr. Agostinho Nunes; por dois membros da comissão directiva provisória, o enfermeiro-chefe Guerreira, e a técnica dos Serviços de Radiologia, dr.ª Inorina; e ainda pelo director do Banco de Sangue, dr. César Coelho.

Após a visita às instalações do hospital que proporcionou ao secretário de Estado uma apreciação geral da cobertura hospitalar da região do Barreiro, aventa-se a hipótese de uma ampliação de alguns serviços deste estabelecimento, a breve prazo, assim como do estudo da construção futura de uma nova unidade acoplada à actual.

NOVO HOSPITAL DISTRITAL EM VISEU

. A Secretaria de Estado da Saúde aprovou, no passado dia 17, o programa do novo hospital distrital de Viseu, que terá uma lotação de 710 camas, destinando-se a servir uma população de cerca de 410.000 habitantes.

Este novo estabelecimento hospitalar irá dar cobertura sanitária à população de 26 concelhos — Viseu, Aguiar da Beira, Carregal, do Sal, Castro D'Aire, Fornos de Algodres, Mangualde, Oliveira de Frades, Penalva do Castelo, Satão, S. Pedro, do Sul, Tondela, Vouzela, Armamar, Cinfães, Lamego, Moimenta da Beira, Mortágua, Nelas, Penedono, Resende, Santa Comba Dão, S. João da Pesqueira, Cernacelhe, Tabuaço, Tarouca, e Vila Nova de Paiva — com o apoio do actual hospital e ainda do hospital distrital de Lamego, cujo estudo de remodelação está em curso.

O público disporá de consultas externas de medicina, especialidades médicas, cirurgia, ginecologia, urologia, obstetrícia, ortopedia, otorrinolaringologia, oftalmologia, pediatria, e psiquiatria. Para doentes de foro psiquiátrico dispõe também de instalações de hospital de dia e dispensário de higiene mental.

Completam o conjunto dos serviços um laboratório de análises clínicas um laboratório de anatomia patológica, serviços de sangue, radiologia, farmácia e esterilização, um bloco operatório central, um núcleo de exames especiais e medicina física e de reabilitação. O programa agora aprovado passa ao Ministério de Equipamento Social e do Ambiente a quem compete a execução da ordem.

estúdio

4ª SEMANA

SATÉLITE

o filme-escândalo de MARCO FERRERI
PRÉMIO DA CRÍTICA INTERNACIONAL DO FESTIVAL DE CANNES

LA GRANDE BOUFFE
A GRANDE FARRA

Marcello Mastroianni • Michel Piccoli
Philippe Noiret • Ugo Tognazzi • Andrea Ferreol

AVISO AO PÚBLICO
ESTE FILME CONTÉM CENAS EVENTUALMENTE CHOCANTES
Direcção dos Serviços de Espectáculos

COLOR INTERDITO A MENORES DE 18 ANOS DOPERFILME

TODAS AS SESSÕES ESGOTADAS DESDE O PRIMEIRO DIA!
COMPRE O SEU BILHETE COM UMA SEMANA DE ANTECEDÊNCIA!

aguiar

Rua do Carmo, 17-19 — Rua Augusta, 86-96

SALDOS

PRONTO A VESTIR PARA HOMEM E SENHORA DAS MELHORES MARCAS NACIONAIS E ESTRANGEIRAS

Lanifícios * Sedas * Algodões * Malhas
Camisaria

PREÇOS EXCEPCIONAIS

ESPECTÁCULOS

NA GUINÉ: UMA PÁTRIA QUE NASCE E OUTRA PÁTRIA QUE RENASCE

Notícias da Guiné. Primeiro, via Argel; assinatura do protocolo Luso-Guiné-Bissau, com a marcação da data de independência para o dia 10 de Setembro. Breves imagens, breves palavras: quase não mais do que um símbolo do nosso contentamento do nosso orgulho.

Mais tarde, Guiné voltou. Não ainda oficial, nem sequer ao menos oficiosamente, Guiné-Bissau. Não ainda. Mas já com a certeza de o vir a ser. Os militares entrevistados haviam feito já a sua opção, falavam do problema da Guiné como de um caso arrumado, outra solução não seria encarável a não ser a independência.

Os entrevistados: Alferes Barros Moura, tenente Sabino Guerreiro, capitães Jorge Alves e Durão Clemente. Entrevistador Joaquim Letria, o único repórter verdadeiramente qualificado da Televisão Portuguesa.

Não seria possível (a menos que se optasse pela transcrição integral) dar uma ideia de importância e do interesse desta reportagem. Estivemos em presença de quatro elementos que se mostraram dignos companheiros do brigadeiro Fabião, quatro homens dos muitos que souberam transformar o ódio em companheirismo, na mão que estende para matar, na mão que se estende para apertar outra mão.

Homens merecedores da nossa total confiança, através deste pequeno pormenor: a sua preocupação de manifestar toda a homenagem, toda a admiração pelo P. A. I. G. C. a este partido e ao povo da Guiné (fizeram estes amigos questão de acentuar) se ficou devendo a independência daquele País, os militares portugueses *nada mais* fizeram do que entender a irreversibilidade do fenómeno e, a partir de certa altura, tudo fazer para acelerar esse processo.

No entanto, escrever *nada mais* é fácil; levá-lo à prática, nas condições adversas em que se vivia, era outra coisa. Por isso que, sem tirar nem um grão de areia à glória do P. A. I. G. C., não será descabido apontar tantos e tantos portugueses que souberam entender o movimento histórico e auxiliaram o parto difícil.

Mais alguns pormenores importa registar nesta levíssima nota: primeiro, o facto de o Movimento das Forças Armadas ter cortado a cabeça, na Guiné, aos movimentos brancos de repressão e subversão o que ainda não se conseguiu fazer em Luanda.

Depois, o desejo reafirmado de, como elementos das Forças Armadas, continuarem os esforços de cortar as manobras da reacção. Uma vontade indestrutível de construir a democracia.

Em terceiro lugar, a tónica posta no reforço da aliança entre as massas populares, as forças democráticas e as Forças Armadas como primeira condição de vitória.

Canal da Crítica

Por MÁRIO CASTRIM

Guiné, berço do Movimento das Forças Armadas, uma pátria conquistada, e outra pátria reconquistada. Duas pátrias livres nascidas no mesmo local de luta: a Guiné-Bissau e Portugal.

POLÍTICA, ESTÁ CLARO
MAS BEM FEITA
SENÃO
SENÃO É MÁ POLÍTICA

Depois disto?

Depois disto, na óptica do crítico, tudo será sem importância, ou quase o que não significa, por exemplo que se considerem lamentáveis as condições de gravação e apresentação do programa juvenil para apresentação de Carlos Paredes, José Jorge Letria, Luisa Basto. Desculpas foram pedidas aos telespectadores, mas isso não chega. Nada justifica a apresentação dos artistas naquelas condições. Pura e simplesmente o programa não devia ser publicado.

Motivo de reflexão para os nossos artistas: não podem largar de mão, não podem dar rédea larga aos improvisos ou às incipiências; não podem descurar a imagem da sua apresentação em público a qual, sendo feita em péssimas condições, lhes pode ser realmente prejudicial, a eles como artistas e ao trabalho que pretendam desenvolver.

Outro assunto:

. Quem antigamente nada se preocupava com as presenças constantes, com a política chata e a todo o momento nos nossos *écrans* domésticos, aparece agora com frequência a protestar contra a política praticada na Televisão.

A gente sabe como é. Na maioria dos casos, é a dorzinha. Nenhum político, hoje, se atreveria a estar 45 minutos (e mais, e mais!) na Televisão, como no ano passado era moeda corrente, a propósito das importâncias e das manigâncias de cada ministério.

Isso é uma coisa. Outra coisa é ponderar a gravidade e a importância da política. Tamanhas que não nos podemos dar ao luxo de permitir que os seus detractores tenham ou possam vir a ter qualquer coisa como razão. Determinadas intervenções como a de Nelson Trigo, ontem, não pecam por serem longas mas pecam por parecerem longas.

E no entanto, o que nos disse merecia ser ouvido, meditado e discutido. Simplesmente, aqueles monólogos impessoais não resultam. Há que enveredar por outras formas mais vivas, mais actuantes. Caso contrário ninguém tomará atenção. E, se ninguém toma atenção, para que diabo servem as palestras de esclarecimento?

HOJE ÀS 17 HORAS

Manifestação popular de apoio à greve do "Jornal do Comércio"

Em greve desde a passada quinta-feira, os trabalhadores do «Jornal do Comércio» prosseguem, firmes e determinados, na sua justa luta pelo pão e pela liberdade. **Eles sabem que a emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores** — pode ler-se na convocatória da manifestação de apoio aos trabalhadores, a realizar hoje, às 17 horas, na Praça de Londres, frente ao Ministério do Trabalho. E acrescenta-se: **Dá-lhes o teu apoio, comparecendo na manifestação.**

Terminava às 24 horas de ontem o prazo estabelecido pelos trabalhadores para a resposta da administração, relativamente à demissão imediata do director Carlos Machado. Os trabalhadores reservavam-se o direito de tomaram a decisão que entendessem mais conveniente, caso o silêncio da administração continuasse.

Durante todo o dia de ontem, as instalações do «Jornal do Comércio» mantiveram-se muito agitadas, tendo ali permanecido o maior número de trabalhadores desde o desencadear da luta, constantemente informados sobre a evolução dos acontecimentos. Numa das reuniões efectuadas, compareceram dois delegados da Comissão de Trabalhadores das empresas Banco Borges e Irmão e do Banco de Crédito Comercial e Industrial, pertencentes ao grupo de Miguel Quina. Esses delegados manifestaram o seu apoio à luta dos camaradas, tendo perspectivado formas de solidariedade.

Entretanto, o representante do Ministério do Trabalho, dr. Fernando Marques, propôe uma reunião para as 17 horas de hoje, entre os trabalhadores e a administração. Os trabalhadores responderam que essa reunião se teria de efectuar sim, mas dentro do prazo estipulado por eles, ou seja, até à meia-noite. Noutra reunião, os trabalhadores aprovaram que os seus delegados negociassem com a administração, caso esta se decidisse pelo encontro até às 24 horas. Às 21 e 30, chegou às intalações da empresa o dr. Fernandes Marques. Em reunião dos trabalhadores, tomou posição. Disse não estar **nem do lado do patrão nem do lado dos trabalhadores.** Os trabalhadores registam essa posição e afirmam inequivocamente não abdicarem do ponto essencial do seu caderno reivindicativo: **expulsão do director Carlos Machado.** Todos os outros pontos poderão ser negociáveis.

Sem ninguém esperar por isso, chega às 22 e 30 ao «Jornal do Comércio» uma força do COPCON que cerca espectacularmente a área do jornal. 90 militares mais 20 polícias. Dois maiores comandam a operação entrando na empresa e oponde-se às intenções dos trabalhadores de realizarem um «jornal da greve». Numa outra reunião, os trabalhadores decidem não fazer hoje o «jornal da greve». O COPCON mantêm-se perto do «Jornal do Comércio», à hora de encerrarmos esta edição.

Entretanto, os trabalhadores concordam com a realização de um encontro entre os seus representantes e a administração, hoje no Ministério do Trabalho, às 17 horas, para onde está convocada uma manifestação de apoio.

Directores de sindicatos de Artes Gráficas e de Empregados de Administração e Revisores de Imprensa, assim como elementos doutros jornais diários, estiveram nas instalações, afirmando a sua solidariedade e apoio à justa luta dos trabalhadores do «Jornal do Comércio».

Numa tarjeta divulgada hoje, os trabalhadores da Sociedade Nacional de Tipografia, proprietária de «O Século» afirmam apoiar os seus camaradas em greve. Declaram: «A sua luta é a nossa luta».

Judiciária toma conta da Interpol

A partir do dia 1 de Agosto, os assuntos da Interpol, organização policial internacional de que Portugal é membro, serão tratados pela Polícia Judiciária.

Anteriormente ao 25 de Abril era a PIDE/DGS que lidava em Portugal com a Interpol. Um dos primeiros directores da polícia política do fascismo português, Agostinho Lourenço, chegou mesmo a ser director da Interpol.

No próximo mês o auxílio à Interpol e outras relações com essa organização processar-se-ão através de um Gabinete Nacional da Interpol, o qual funcionará junto da Directoria da Polícia Judiciária.

MAIOR AUTONOMIA PARA OS INSPECTORES

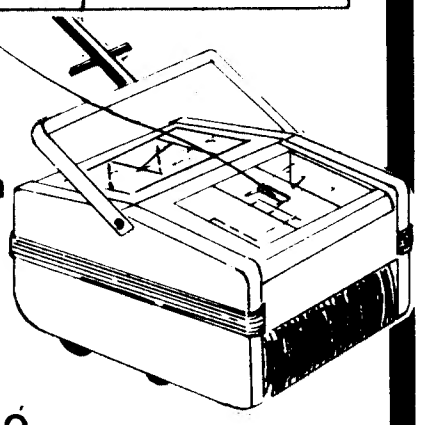
Foi hoje publicado no «Diário do Governo», entrando imediatamente em vigor, o decreto-lei que confere a partir de agora ao inspector por cuja secção corram as investigações, o poder de mandar arquivar os autos de instrução preparatória organizados pela Polícia Judiciária ou aguardar melhor prova, nos casos em que a lei o permite.

O mesmo decreto determina ainda que o director, os subdirectores e os inspectores daquela corporação passem a ser considerados magistrados do Ministério Público.

PAVIMENTOS LIMPOS!

ALCATIFA VINYL
MADEIRA CIMENTO
MOSAICO TIJOLEIRA

GRASMANN



lava
enxuga
encera
lustra
em 1 SÓ OPERAÇÃO!

PEÇA UMA DEMONSTRAÇÃO!

modelos: domésticos industriais

varequipe

Lisboa Av João XXI 66 r/c D - T. 773292-773630
Porto R. Serpa Pinto 247 T. 496336

MÉDICOS ESPECIALISTAS

* PRECISAM-SE para o Novo Hospital de Portalegre, Estabelecimento do Estado, a abrir brevemente.
* Directores de Serviço: Medicina Interna e Radiologia.
* Especialistas de Medicina Interna, Cirurgia Geral, Ortopedia, Ginecologia, Obstetrícia, Pediatria, Anestesiologia, Oftalmologia, Estomatologia, Análises Clínicas, Radiologia, Otorrinolaringologia.
* Com especialidades obtidas pelas Carreiras Hospitalares ou pela Ordem dos Médicos.
* Lugares pertencentes à Carreira Médica Hospitalar.
* Dirigir requerimento, junto com «curriculum», à Comissão Instaladora do Hospital de Portalegre, onde se prestam informações ou na Direcção de Serviços de Medicina Hospitalar da Direcção-Geral dos Hospitais Avenida da República, 34 - Lisboa-1.

Associação Nacional dos Importadores e Grossistas de Material Eléctrico

(em formação)

COMUNICADO

a) Comunica-se a todos os colegas Importadores e Grossistas de Material Eléctrico que, na sequência de uma série de reuniões já havidas entre um grupo de 10 Empresas deste sector, foi constituida uma Comissão Organizadora.

b) É intenção da Comissão Organizadora promover a adesão de todos os colegas a nível nacional na defesa dos interesses da classe.

c) Em data a anunciar brevemente, será convocada uma reunião a nível nacional de todos os colegas Importadores e Grossistas de Material Eléctrico para apreciação e debate do projecto de Estatutos agora em elaboração bem como de outros assuntos de interesse da classe.

d) Toda a correspondência que os colegas entendam dirigir-nos deverá ser endereçada para o Apartado n.º 1914, Avenida da República, 62-F-2.º, em Lisboa.

SINDICATO NACIONAL DOS EMPREGADOS BANCÁRIOS DO DISTRITO DE LISBOA

CONVOCATÓRIA

ASSEMBLEIA GERAL

(Sessão Extraordinária)

Ao abrigo do n.º 1 do art.º 22.º dos Estatutos, convoco a Assembleia Geral para reunir, em sessão extraordinária, no dia 27 do corrente, às 21 horas, na Sociedade de Instrução e Beneficência «A Voz do Operário» na Rua da Voz do Operário, 15 em Lisboa, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. **C. C. T. — Análise do documento a apresentar ao patronato;**
2. **Resolução do problema do inquilino do Sindicato;**
3. **Informações.**

Nos termos do parágrafo único do art.º 19.º dos Estatutos, a Assembleia só poderá funcionar à hora marcada com a presença de, pelo menos, um quarto dos sócios do Sindicato, funcionando meia hora depois com qualquer número de sócios.

Lisboa, 20 de Agosto de 1974

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral
a) José de Andrade Soares

ESPECTÁCULOS

A ilusão do cravo

Dedicados à salutar tarefa de reivindicar a implantação do bom espectáculo em Portugal, um grupo de companheiros, ligados à actividade teatral no nosso país, levou os seus protestos à sala do Monumental, onde se ofende gravemente o público com o mais abjecto espectáculo que algum dia terá passado pelos palcos desta terra. Na falta de argumentos, que replicassem aos justos reparos que lhe eram feitos, valeu a Badaró (como se reconhece ao homem o direito ao trabalho, quando nos debatemos com tantas dificuldades para que o pão chegue para todos os portugueses?) a acção leal, destemida, mesmo heróica, do actor Carlos José Teixeira que fiel aos mais rígidos princípios democráticos, agrediu várias pessoas no que foi valentemente ajudado pelos funcionários do trabalhor-empresário Vasco Morgado. Pelo menos, assim rezam as crónicas.

Isto quer dizer, obviamente muita coisa. Mas significa, antes de mais, a vitória (aparente embora), da violência sobre a inteligência, provando, concludentemente, que o cravo ao peito regressou ao simbolismo «marialva» de 24 de Abril: o reaccionarismo substituiu o amor. No entanto, é bom que se lhe mostre a trincheira, para que saiba que sejam quais forem as circunstâncias, não passará!

ALEXANDRE PAIS

Crítica de teatro — **CARLOS PORTO**

Barraca no Barracão

. **«MOTE PARA UM POEMA». Encenação (?): Eduardo Sabrosa. Teatro Barracão. 23/8/74**

Pelo tipo de publicidade utilizado («Eduardo Sabrosa em travesti e poesias»), com anúncios que devem ter custado dezenas de contos, pelo excesso de fotografias do seu principal responsável, este espectáculo tinha-nos cheirado a esturro. A nossa expectativa foi largamente ultrapassada: assistimos a uma coisa de tal forma inconcebível que a certa altura pensámos estar a asistir a um espectáculo «dada» (que nos perdoem os dadaístas). Espectáculo tão mau, tão mau, tão mau, que, coisa nunca vista, provocou uma tal reacção dos asistentes que levou a uma cadeia de acontecimentos, a saber: os jovens intérpretes que inconscientemente tinham embarcado na aventura do sr. Eduardo Sabrosa, abandonaram-no, recusando-se a continuar a colaborar na palhaçada; o representante do proprietário do Barracão declarou que proibia futuras representações; o responsável do espectáculo, o sr. Eduardo Sabrosa, viu-se coagido a restituir o dinheiro dos bilhetes aos espectadores. Caso talvez único no Mundo: os consumidores de um espectáculo perante a ausência de um mínimo de qualidade daquele, obrigaram o seu responsável a reembolsá-los!

. Foi assim. Verificou-se desde o início que não só o espectáculo estava mal preparado — por exemplo, o sr. Eduardo Sabrosa não sabia nenhum poema de cor — como os seus intérpetes, muito jovens, não tinham capacidades para actuar em público, devendo limitar-se a fazer aquilo em família (é para isso que as famílias servem). Os espectadores foram aguentando, rindo e comentando, até que no final da 1.ª parte houve uma primeira pateada. Quase metade da assistência que enchia o Barracão desapareceu no intervalo.

No início da 2.ª parte, o sr. Sabrosa fez um número de travesti com texto de Luíza Neto Jorge (como aparece o nome da Luíza Neto Jorge nisto é para nós um mistério), número que nos causou uma grande mágoa pelo facto de o intérprete não se aperceber da sua óbvia incapacidade para pisar as tábuas de um palco. Depois de uma canção dos Beatles cantada (?) pelo mais jovem componente do grupo, que já no início do espectáculo assassinara a sangue-frio uma canção de José Afonso, o sr. Eduardo Sabrosa não resistia ao ambiente que se estava a gerar na sala, e dirigiu-se ao público numa aparente autocrítica. Foi o desencadear da explosão. O espectáculo passou a ser uma discussão — por vezes violenta entre aquele senhor e o público. A actriz Maria Otília, depois de o verberar pela sua falta de pudor, recusou a dedicatória que ele lhe tinha feito. Reconhecendo embora que o espectáculo não valia nada, o sr. Sabrosa insistia em continuá-lo. No entanto, perante a posição da plateia, acabou por desafiar quem quisesse ir ao palco fazer melhor (!) do que ele. Mário Viegas, Maria Otília, José Barreiros e outros elementos do público aceitaram o desafio. Graça Lobo manifestava grande tristeza pelo que se estava a passar.

Mário Viegas não actuou, limitando-se a acusar o responsável do espectáculo pela forma desonesta como tinha insultado os autores dos poemas ditos (Sá-Carneiro, Manuel Alegre, José Régio, etc.), poetas que eram as principais vítimas da brincadeira, lamentando que aqueles jovens, precisamente porque o eram, fossem tão inconscientes do papel do artista na sociedade e até que desconhecessem um mínimo de regras técnicas e éticas.

O sr. Sabrosa lançou ainda um desafio aos espectadores que, ao contrário dos actores, não se tinham manifestado em termos concretos. Foi nessa altura que o Raul Calado interveio, falando na qualidade de espectador que se sentia espoliado em cento e sessenta escudos (o preço de dois bilhetes, calcule-se!). Raul Calado foi bastante concreto ou o sr. Sabrosa lhe restituia o dinheiro e ele retirava-se ou assistia ao espectáculo até ao fim e acabava por partir uma cadeira. O Raul Calado recebeu o dinheiro imediatamente.

Durante cerca de uma hora a discussão manteve-se ate que o sr. Eduardo Sabrosa, por entre afirmações bastante fantasiosas, acabou por devolver o dinheiro aos espectadores que o quiseram, sendo acusado por alguns dos outros intérpretes de terem sido por ele ludribriados.

O que se passou parece infelizmente exemplar de um degradado e degradante aproveitamento da liberdade de que agora afinal e felizmente dispomos. Há um senhor que até tem dinheiro (ele afirmou-o alto e bom som), tem facilidades de toda a ordem e dá-se ao luxo de apresentar um espectáculo, enganando aqueles que o acompanharam (e que eram nitidamente inexperientes) e enganando o público. Enganando-o não só pelo facto de o público ter de pagar para assistir ao espectáculo, mas pelo simples facto de o convidar para isso.

Factos como este não devem repetir-se. Este incidente teve uma consequência de certo modo inesperado: congregou um grupo de espectadores interessados em combater o mau teatro que por aí campeia, grupo que pode ser o embrião de uma Liga do Espectador de Teatro que reivindique o direito de defender o teatro português dos exploradores e mixordeiros que por aí campeiam.

P.S. — Não ignoro que o que o sr. Sabrosa pretende é «ser falado». A necessidade de informar e alertar o público obrigou-nos a gastar demasiado espaço com isso. Fique este aviso: enquanto formos crítico deste jornal, aquele senhor não terá qualquer espécie de cobertura, a não ser que venha a merecê-la, do que duvidamos.

Teatro Maria Matos
A R. T. P. apresenta
«PORTUGUÊS, ESCRITOR, 45 ANOS DE IDADE»
de Bernardo Santareno
Todos os dias às 21.45 horas
Domingos, «matinées» às 16 horas
Segundas-feiras descanso da Companhia
AR CONDICIONADO
Bilhetes à venda
Telef. 71 70 17
Interdito a menores de 13 anos

AGUARDENTE VELHA
Nieuwpoort
a prova está na prova

NOVOS DISCOS

THE BEE GEES

. Os irmãos Gibb — Barry, nascido a 1 de Setembro, 1946 e os gémeos Maurice e Robin, nascidos a 22 de Dezembro, 1949 — emigraram com os pais, em 1958 de Manchester para Austrália.

Tornaram-se executantes nesse país e voltaram a Inglaterra em 1966 com Vince Melouney e Colin Peterson, destinados a criarem reputação internacional sob o nome de The Bee Gees.

Robert Stigwood, tornou-se «manager» do grupo e os rapazes gravaram «Spicks And Specks», que foi lançado a 24 de Fevereiro, 1967. Apesar de já terem na bagagem três «singles» os Bee Gees chegaram nessa altura à conclusão de que o mercado britâncio não era para brincadeiras: e o disco não foi um sucesso por aí além. Teve, no entanto, a vantagem de criar interesse e curiosidade pelo grupo, o que veio facilitar grandemente as coisas para o segundo «single». E «New York Mining Disaster» tornou-se no primeiro disco dos Bee Gees a atingir o milhão de vendas.

Mas em 1969 o trabalho constante e a pressão a que tinham estado sujeitos, produziu os seus efeitos; os irmãos separaram-se. Robin e Maurice começaram a trabalhar a solo, enquanto Barry se dedicou a escrever.

Em 1970 veio a reunião. Robert Stigwood tinha formado a «Robert Stigwood Organization» e debaixo da sua orientação os Bee Gees reformaram-se e recomeçaram uma carreira de gravação tanto no Reino Unido como na América.

O grupo é agora acompanhado pelo guitarrista Alan Kendall, em tempos com o grupo Toe Fat de Cliff Bennett e que percorreu os EU com Derek and the Dominoes; o ex-baterista dos Amen Corner, Denis Bryon e o ex-bolseiro do Royal College of Music Geoffrey Westley, teclas e também com a funcão de director musical. Geoffrey Westley quando não trabalha com o grupo, é director da produção de Jesus Christ Superstar, em Londres.

No momento actual, os Bee Gees estão a terminar um novo «tour» nos EU onde lançaram o seu novo «LP» produzido por Arif Mardin e do qual o novo single «Mr. Natural» foi tirado. Depois desse «tour», os Bee Gees voltarão a Inglaterra, antes de iniciarem um pela Europa, a que se seguirá uma «tournée» de cinco semanas pela Austrália, Japão e Extremo Oriente.

«Mr. Natural» e «It Doesn't Matter Much to me» são os dois temas que constituem o «single» agora lançado em Portugal.

"O CINEMA DE ALLENDE" NUM FESTIVAL EM ITÁLIA

..De 12 a 19 de Setembro próximo terá lugar na cidade italiana de Pesaro, na décima «Mostra» internacional do novo filme, uma semana intitulada «O cinema de Allende». Esta manifestação foi organizada com a colaboração de representantes da resistência chilena e dos cineastas chilenos exilados.

Na lista de filmes que serão exibidos figuram alguns números do noticiário cinematográfico do Chile e os títulos seguintes: «Desconhecidos y Chascones», de Carlos Flores, «El Castilla», de Patricio Guzman, «La Historia», de Sergio Castilla, «Historia Del Movimento Obrero» (colectivo), «Companero Presidente», de Miguel Littin, «La Expropriacion», de Raul Ruiz, «La Respuesta de Octubre», de Patrizio Guzman, «No nos trancaram el paso» (colectivo), «Venceremos», de Pedro Chaskel e Hector Rios, «Casa o Mierda» (colectiva), «Mijita» de Sérgio e Patricio Castilla, «Cronica del Salitre», de Angelina Vasquez, «Esquela Santa Maria de Iquique», de Claudio Sapiain, e «No es hora de llorar», de Pedro Chaskel.

Esta lista é provisória e serão também projectados os filmes «La Tierra Prometida», de Miguel Littin, e «Dialogos de Exilados», de Raul Ruiz, o segundo dos quais realizado fora do Chile.

Vão ser atribuídos os "Prémios Gulbenkian"

. Conforme foi oportunamente anunciado, a Fundação Calouste Gulbenkian vai promover a realização do IV Concurso Nacional de Composição para a atribuição dos «Prémios Calouste Gulbenkian», dando assim continuidade a uma iniciativa que se efectua de três em três anos.

De acordo com o Regulamento do Concurso — que poderá ser requisitado na Recepção da Fundação — o Concurso abrange duas categorias, a saber: Secção A — obra para orquestra, constituida por cordas, 2 flautas, 2 oboés, 2 clarinestes. 2 fagores, 2 trompetes, 2 trompas, trombone e timbales, de duração compreendida entre 15 e 30 minutos, com ou sem solistas, podendo ainda incluir um ou dois instrumentistas suplementares; Secção B — obra de música de câmara para um conjunto até o máximo de 12 executantes, de duração compreendida entre 10 e 20 minutos.

O montante dos prémios é de 60 000$00 (sessenta mil escudos) para a Secção A e de 50 000$00 (cinquenta mil escudos) para a Secção B. As obras premiadas serão apresentadas, em primeira audição absoluta, no decorrer de 1975.

As partituras, em papel transparente, deverão ser enviadas ao Serviço de Música da Fundação Gulbenkian, Av. de Berna, 45 — Lisboa, até o dia 30 de Novembro de 1974, sob a forma de encomenda postal registada.

O Júri será constituído por elementos portugueses e estrangeiros de reconhecida competência e autoridade, cujos nomes serão oportunamente tornados públicos, devendo reunir em Lisboa, em Dezembro de 1974.

LER O JORNAL

Continuação da pág. 3

assim fosse. E muitos eram, do lado das «direitas», nem sempre convertidas.

Isto também um dia escrevi, ao abrigo de uma breve tolerância de Censura, em período eleitoral — e me cortaram...

...E é por isso que, depois do 25 de Abril, **todas** as notícias devem poder ser leal e francamente publicadas; senão, numa desconfiança antiga, voltaríamos a ter que adivinhar os acontecimentos reais de uma Pátria ainda alienada em tabus oficiais.

GERAL

GUARDA

Encerramento de quatro fábricas

. GONÇALO, GUARDA (pelo nosso correspondente) — Encontram-se fechadas pelos patrões as quatro fábricas de Gonçalo, concelho da Guarda, que empregavam cerca de 300 operários, sob a justificação de que as empresas não podem pagar o ordenado mínimo nacional.

Os trabalhadores não têm na zona outro meio de sobrevivência que não seja aquela, tanto mais que a emigração sempre lhes foi dificultada.

Viram-se despedidos todos os operários que estavam habilitados a receber o salário mínimo nacional, tendo continuado os que não são abrangidos por este salário.

Note-se que os operários nunca entraram em greve. Uma hipótese para a solução do seu problema, consiste num aumento de 20 a cinquenta por cento sobre o antigo salário, não atingindo este os 3.300$00.

Depois de contactos com o ministro do Trabalho e Economia (e como o processo demorasse), resolveram os operários barricar a estrada para chamar assim a atenção da opinião pública e das autoridades da Guarda sobre a sua precária situação.

De facto, tanto em Lisboa como na Guarda, reconhece-se aos operários o direito ao salário mínimo.

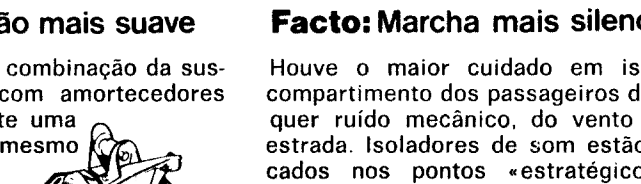
Além disto os patrões querem pagar 50 por cento de indemnizações de despedimentos, manobra que pretende dar como facto consumado o despedimento colectivo, não reconhecido pelos operários.

Neste momento os operários (a braços com a subsistência de 2000 bocas) apenas contam com a sua organização autónoma que consiste numa comissão de trabalhadores onde estão representadas as quatro fábricas e em reuniões de trabalhadores onde se tomam as decisões.

Resta dizer que os operários não pertencem a nenhum sindicato, apesar de já terem reivindicado a sua filiação.

"MADAME DE..." NA CINEMATECA

. . O Cineclube Imagem realiza hoje, pelas 21 e 30, uma sessão da Cinemateca Nacional (Palácio Foz), na qual será exibido o filme «Madame De...», de Max Ophuls.



COMUNICADO DO SECRETARIADO DA COMISSÃO PRÓ-UNEP AOS PARTICIPANTES DAS CAMPANHAS

Pedimos a todos os participantes das Campanhas de Alfabetização e à Educação Sanitária, inscritos para o mês de Setembro que, até à próxima 5.ª feira, dia 29 de Agosto confirmem a sua ida e ainda que os participantes que não entregaram as fotografias, o façam o mais rapidamente na sede da comissão pró-UNEP, R. D. Estefânia, 14.

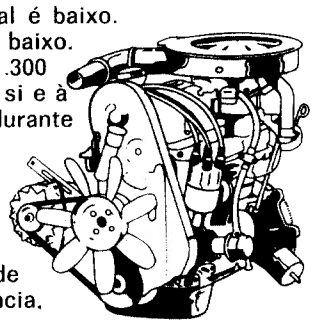
Apelamos ainda para que estejam atentos aos orgãos de informação, pois muito em breve serão anunciados a data da partida, dos locais de concentração e distribuição das pessoas.

pelo secretariado da comissão pró-UNEP
Ana Maria Abrantes Gonçalves

Atenção, condutores! Os factos falam pelo Ford Cortina.

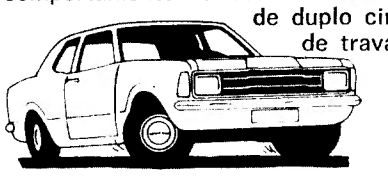
Facto: Maior economia

O preço inicial é baixo. O consumo é baixo. O motor de 1.300 cm3 leva-o, a si e à sua família, durante 100 Km por apenas 8,5l de gasolina. E entre as revisões são 10 000 Km de plena eficiência.



Facto: Melhor comportamento na estrada

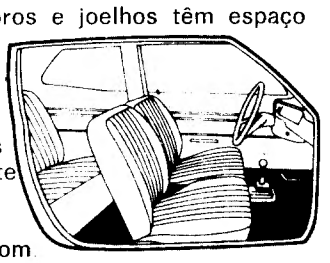
Direcção mais precisa, barras estabilizadoras e via mais larga para óptimo comportamento na estrada. O sistema de duplo circuito de travagem,



servo-freio e disco à frente garantem que o carro pára mesmo.

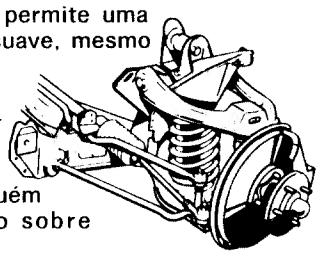
Facto: Mais espaço para a família

Pernas, ombros e joelhos têm espaço à vontade, à frente e atrás. Bancos bem almofadados (os da frente reclináveis) e um porta-bagagens com 324 dm3 úteis. Ideal para famílias de 4 ou mais pessoas.



Facto: Condução mais suave

No Ford Cortina, a combinação da suspensão helicoidal com amortecedores telescópicos permite uma condução suave, mesmo nas piores estradas. Suave e confortável. É que no Ford Cortina ninguém vai sentado sobre as rodas.



Facto: Marcha mais silenciosa

Houve o maior cuidado em isolar o compartimento dos passageiros de qualquer ruído mecânico, do vento ou da estrada. Isoladores de som estão colocados nos pontos «estratégicos». E mais: as portas e as janelas são rigorosamente ajustadas.

Facto: Maior segurança

À garantia de segurança que o seu sistema de travagem e a sua suspensão oferecem, o Ford Cortina acrescenta: coluna de direcção compressível em caso de impacto, colocação racional dos instrumentos num painel espessamente almofadado, bancos envolventes, posição de condução correcta e portas traseiras com fecho de dupla segurança.

Vá ver ao seu concessionário Ford toda a gama de modelos Cortina: 1.300 L, 1.600 XL, 2.000 GT, 2.000 E e 1.600 «Leva Tudo».

Ford Cortina - Um carro de facto!

FORD À FRENTE!

MONUMENTAL

Telef. 555133

VASCO MORGADO
APRESENTA
HOJE 2 SESSÕES
Às 20.45 e 23 horas
Um SUSEXO em Lisboa

O ÚLTIMO FADO EM LISBOA

Com **BADARÓ**
Alina Vaz, Sandra, David Silva, Carlos Queiroz, Cristina Cassola, Nuno Emanuel e Ana Le Mattre
Ballet de **Fernando Reina**
Colaboração da Estrela Internacional
VIOLETA MONTENEGRO
El Amerindio/Barry Burgess
O corpo sem censura de
POUPÉE LA ROSE
Vedeta do Crazy Horse Saloon de Paris
O show russo de
VAHÉ DJERRAHIAN
em danças e cantares da URSS
HUMOR, LINDAS MULHERES E MÚSICA NUM
SEXERCÍCIO TEATRAL!
(Interdito a menores de 18 anos)
Domingos: «matinées» às 16 h.; 2.ª Feira: Descanso da Companhia.

. . O «DIARIO DE LISBOA» é vendido na Papelaria e Tabacaria Santa Sofia — Rua de Santa Sofia, 10-A — CRUZ QUEBRADA.

GERAL

A EXPLORAÇÃO DO SOLO AGRÍCOLA

Continuação da pág. 3

outro para a mão do foreiro.

A característica fundamental deste contrato é a sua indistratibilidade, a não ser pelo comum acordo de ambas as partes e daqui a sua perenidade, o que dá uma situação estável ao cultivador da terra que assim praticará nela as culturas de mais morosa exploração, introduzirá melhoramentos, numa palavra, tudo fará no sentido de tornar a propriedade mais útil, como se sua fosse, que o é na verdade, embora sob condição de pagamento do foro.

Com a reintrodução deste tipo de contrato rústico no nosso direito, já o fascismo demonstrou estar preocupado com os problemas da produção agrícola, buscando formas de ligação dos trabalhadores à terra embora, como quase sempre lhe acontecia, ao querer realizar obra de auxílio a esta classe, lhe saía goraďa. Efectivamente não há notícia de contratos de foros realizados ao abrigo do novo Código Civil porque tal tipo de contrato tinha sido próprio de uma estrutura rural completamente diferente da dos nossos dias.

O foro teve larga aplicação quando a terra praticamente não tinha preço e se não antevia forma da sua utilização, nem através dos meios do proprietário nem dos braços de trabalho circundantes.

Nestas condições o dono da terra, em lugar de a manter em seu exclusivo domínio sem produtividade, como em gerações sucessivas anteriores, transferia-a, com carácter definitivo, para outrem que lhe pagasse alguma coisa, o foro.

O fascismo ao introduzir novamente este contrato que o visconde de Seabra entendeu ser obsoleto e pôs de parte um século antes, não fez mais do que revelar a sua inabilidade na interpretação dos elementos económico-sociais da nossa época, na forma de resolver os problemas de hoje, sempre com recurso ao medievo, como também no medievo se radicava o corporativismo, aliás segundo as próprias lições de todos os líderes do regime que, como regra, foram professores de Direito. Quando se mergulha no passado e se não vem à superfície com a pura experiência e lição da história, para realização atempada e actual do presente, cai-se irremediavelmente na frustração, no erro e na inutilidade.

A estrutura económico-social agrária dos nossos tempos já não admite a hipótese de terras sem esperança de possibilidade de cultivo por parte do dono ou dos vizinhos. Assim, quem as possui não vai desfazer-se delas com carácter definitivo, antes procurará qualquer outro título pelo qual possa sempre reavê-las para seu cultivo, para lhe dar outro destino inclusivamente para entregar a outro rendeiro.

A forma moderna da transferência do direito de cultivo de terra para outrem é o arrendamento.

Vejamos, em relação às terras cultiváveis, mas não cultivadas se o contrato de arrendamento servirá hoje tal objectivo e em que termos.

Antes de mais, o arrendamento é um contrato bilateral que, portanto, implica a existência da vontade do dono da terra no sentido de arrendá-la e do rendeiro no de tomá-la para seu cultivo.

Se não houver um factor coercivo determinante da vontade do primeiro, não mais se sairá deste impasse que é o estorvo máximo no imediato aproveitamento do solo nacional.

Uma verdade temos de admitir: não pode continuar esta situação dos que **não fazem nem deixam fazer**.

Há 600 anos fora o problema visto e da resolução régia tomada diz Rocha Martins: «pela lei das sesmarias, D. Fernando mandou que os proprietários do solo arável fossem obrigados a cultivá-lo, por sua conta ou dando-o de renda, devendo os lavradores possuir o número de bois necessário para o trato de seu terreno».

«Quando subisse o preço deste gado, as autoridades obrigariam os seus donos a vendê-lo por quantias razoáveis. Quem não aproveitasse o solo ficaria sem ele.»

«Enquanto aos filhos dos lavradores, que tivessem menos de 500 libras eram compelidos a trabalhar no ofício dos seus pais, se não praticassem outro de utilidade para o reino. Agarravam-se os mendigos, vadios, esmolantes e mandavam-se lidar no cultivo. Os que alegassem enfermidades trabalhariam do mesmo modo naquilo que pudessem fazer.

Aos relapsos açoitavam-se.»

Dentro em pouco, nasciam as florescentes searas, os pinhais; os campos de pastagem alastravam e havia abundância.»

Foi o arrendamento o contrato pelo qual no final da primeira dinastia se procurou resolver o problema da transferência do direito do cultivo das terras incultas, parecendo que, nos nossos dias, se não encontra ainda outro meio, a não ser que queira lançar-se mão da expropriação o que não está nos presentes planos, segundo se sabe, dos governantes.

Poderá admitir-se a hipótese do arrendamento coercivo, o qual deve ser legislado em termos inequívocos, de fácil execução e também de fácil verificação às condições indispensáveis para que possa recorrer-se à coacção.

Não bastará, porém, obrigar a arrendar, pois que, de um lado se impõe que o arrendamento venha efectivamente a traduzir-se num aumento de produção, portanto, numa contribuição para melhoria do rendimento nacional, por outro, será indispensável que se fixe um prazo pelo qual o rendeiro se sinta seguro para o cultivo que deseja efectuar.

Relativamente ao prazo, parece ser indicável que ele se subordine inteiramente ao cultivo possível do terreno indicado pelo rendeiro.

Já no domínio do Código Civil e de outras leis de inquilinato rústico se punha o problema do prazo fixo para o arrendamento rústico, independentemente da espécie de cultura a efectuar, com a excepção da arborescente. O problema continua a subsistir, não sendo apenas relativo ao arrendamento coercivo, pois também em relação ao voluntário há que medir muito bem as consequências do prazo demasiado curto ou demasiado largo.

Um prazo mínimo demasiado largo e renovações podem levar grande parte dos proprietários a abster-se de contratos de arrendamento que doutro modo realizariam. Também o prazo muito curto pode impedir o rendeiro de se dedicar profundamente à terra a qual procurará explorar ao máximo, em seu proveito, sem preocupação de não esgotá-la e, portanto, de que fiquem condições de futuras culturas.

Quando o arrendamento voluntário não tenha tido lugar e os terrenos continuem incultos, surgirá uma situação que obrigará a um conjunto de medidas exigentes do maior conhecimento do meio campesino português e de providências muito sensatas e adequadas.

Não há, porém, que arrepiar caminho. As terras de Portugal têm de ser cultivadas.

MASCULINO—FEMININO
PRIMÁRIO, CICLO PREPARATÓRIO E LICEAL
— DIURNO E NOCTURNO —
EXTERNATO DE ALVALADE
Telef. 77 19 65 LISBOA
Rua Isidro Viana, 12 ——— Campo Pequeno

SENECA
CURSOS DE VERÃO
CICLO LICEAL COMPLEMENTAR
Av. Almirante Reis, 73-[illegible] e 2 T 824983

CDS
PARTIDO DO CENTRO DEMOCRÁTICO SOCIAL
CDS CDS

SESSÕES DE ESCLARECIMENTO

6ª FEIRA, 23 DE AGOSTO ÀS 21,30
ESPLANADA DO LOULETANO EM LOULÉ

SÁBADO, 24 DE AGOSTO ÀS 21,30
CINEMA MARIANI EM MONTE GORDO

DOMINGO, 25 DE AGOSTO ÀS 21,30
CINE-TEATRO DE PORTIMÃO

2ª FEIRA, 2 DE SETEMBRO ÀS 21,30
ESPLANADA DE S.LUÍS EM FARO

A. OLIVEIRA
ELECTRODOMÉSTICOS
Av. Almirante Reis, 91-A
Rua Angelina Vidal, 63 | Lisboa

NACIONAL

ESPELHO DA IMPRENSA

OS CONTRASTES NO SEIO DA ALFABETIZAÇÃO

. «(...) Fala-se agora muito no nosso País das novas brigadas de alfabetização, constituídas normalmente por gente nova, disseminadas pelas várias províncias do território português.

«Sejam bem-vindas, se vierem por bem. Mas, por Deus! não venham destruir património riquíssimo da nossa vida familiar, não venham despedaçar em nome do progresso os laços de parentesco ou vizinhança que desde há muito prendem os membros das nossas comunidades rurais.

«É que há progressos, que o são apenas de nome, porque na realidade são retrocessos.

«Como diria Pio XII, há por vezes um contraste que nos deixa pensativos, entre o que poderíamos chamar um gigantesco progresso sob o ponto de vista técnico ou científico e a pavorosa decadência moral. Tal facto constitui um problema gritante de que jamais poderá abdicar uma pessoa de bom senso. Por isso afirmou o nosso Pontífice, como antevisão profética, que este pobre mundo, sem disso se dar conta, se precipita por despenhadeiros que levam ao abismo almas e corpos, bons e maus, civilizações e povos. Diríamos que nos encontramos face a uma derrocada total.

«Se me referi às brigadas de alfabetização, não o faço em estilo derrotista. Elas irão a toda a parte transmitir uma mensagem. Trata-se de esclarecer ou politizar a gente simples. Tais jovens levam as credenciais do Ministério da Educação e Cultura. Mas a palavra educação tem muito que se diga, na certeza que só educam os educadores bem educados e a educação não se improvisa.

«Durante o Ministério de Veiga Simão, levantou-se em todo o País um clamor angustioso, clamor motivado pelos professores feitos à pressa. Não se poderá agora vir a cair precisamente naquilo que lamentamos no regime anterior!

. **(De «Saneamento Rural», por Ilídio Fernandes, «Diário do Minho», de 20 de Agosto de 1974).**

«Pela primeira vez em Portugal, no campo concreto do quotidiano, os estudantes portugueses decidem associar-se às camadas da população desfavorecidas do pão negro e das lágrimas sentidas. Pela primeira vez em Portugal, à luz do sol, e livremente respeitando os a r e s portugueses, os estudantes ligam-se à terra, bebem os ares da vida não prostituída, sentem o povo nas raízes da terra-mãe.

«Há dias, chegaram mais três elementos a acrescentar à brigada sanitária do concelho de Belmonte, reforçando assim a brigada n.º 8, instalada em Colmeal da Torre. Daqui saudamos estes nossos amigos, e fazemos votos para que as lições tiradas da região, nos contactos directos com a população sejam frutuosos e que constituam estímulo para nos visitarem mais vezes, ou encorajarem outros amigos a procurarem-nos, aqui, junto das nossas portas, na vizinhança das nossas raízes.»

. **(«Jornal do Fundão», 18 de Agosto de 1974).**

"UM PADRE NÃO EXEMPLAR"

. **«Democracia é Amor, Respeito, Alegria» e «Não aos boateiros fascistas» — eis as legendas que, num muro fronteiro à sede do Movimento Democrático de Golães, e propriedade de componentes deste, ficaram inscritas, mercê da acção da prestigiosa rapaziada democrática do local.**

«Admitindo a acção de galopins que nesta terra de padres hereges impunemente se salientam pelo ousio de provocações sucessivas, os prevenidos rapazes assentaram na necessidade de proteger a inscrição através de turnos de vigilância.

Efectivamente, com pasmo, surpreenderam o pároco Manuel da Silva, pela calada da noite (eram quatro horas), a borratar as legendas, munido dum pote de roxo-rei e de broxa em punho!

. **O *audaz* clérigo, cuja façanha envergonhou os cristãos de austera e timorata consciência, foi levado ao posto da G.N.R., que tomou conta da triste ocorrência.**

Custa-nos os olhos da cara fazer esta notícia.

«Edificante! ... T.C.»

. ***N.R. — Já no mês de Julho tinha acontecido ser roubado no mesmo local um painel que anunciava a realização de um comício do Movimento Democrático. Foi por essa razão que os democratas da localidade se decidiram pela vigilância.***

E assim ficou esclarecida uma dúvida.

(«Correio do Minho», 18 de Agosto de 1974)

O pároco da Soalheira é um problema

. «O problema do pároco ainda está por resolver. Para nós, é o mais importante. Dele derivam outros problemas. A presença do actual pároco (vinte e seis anos de permanência), é contestada pela maioria do povo da Soalheira. Mas o medo e o terror incutidos ao longo da sua permanência na Soalheira não permitem qualquer manifestação pública.

«No domingo passado, um grupo de pessoas promoveu a primeira manifestação com os seguintes «slogans»: «Quererá o povo um padre que bate e atemoriza as crianças?», «Cristo era amigo dos pobres — Queremos um padre amigo do povo», «O povo não quer um padre inimigo, mas irmão», «Não a um prior colaborador do Fascismo», etc.

«A manifestação iniciou-se à saída da missa do meio-dia, não tendo havido propaganda prévia. Algumas pessoas, cerca de meia dúzia, apenas mulheres, procuraram entrar em provocação directa, chegando à agressão física. Os elementos da manifestação não responderam a estas provocações, provando assim que não pretendem a desordem».

(«Jornal do Fundão», 18 de Agosto de 1974).

AS TAREFAS COLECTIVAS EXIGEM DISCIPLINA

. *Vocês estavam à margem da Europa. Ninguém os conhecia. Hoje, uma acção policial no Rossio ou no Saldanha vem estampada nas páginas da Imprensa mundial. A vossa experiência interessa muita gente. Ora acontece que os vossos amigos andam preocupados com os seus próprios problemas e os vossos inimigos temem que um foco de incêncio na Península alastre pela Europa. Estamos há cinco semanas em Portugal e surpreende-nos ver como tantos se empenham em deteriorar a imagem de uma revolução pacífica que já lhes deu tanto, embora tenha muito ainda que dar.*

«Isto me diz um casal de jornalistas alemães, experimentados no Chile — de onde saíram depois da morte de Allende, por acção do seu embaixador —, expulsos da Espanha franquista, e sempre vivamente empenhados em acompanhar a marcha do Mundo nos próprios lugares onde se faz história.

«Gostaria de responder-lhe que alguns se sentem frustrados por não terem feito a revolução e quererem mostrar que estavam vivos antes do 25 de Abril.

«Mas se assim fosse seria demasiado simples.

«Há outras razões, até esta de cada um querer mostrar o que vale, indiferente à disciplina que as tarefas colectivas não podem dispensar».

(«Jornal do Fundão», 18 de Agosto de 1974)

O M.D.P. contra a comissão administrativa da Câmara do Porto

PORTO — O Movimento Democrático do Porto enviou ao Primeiro-Ministro e ao Ministério da Administração Interna, o seguinte telegrama:

. «A comissão executiva do M.D. do Porto, tendo tomado conhecimento de um projecto da comissão administrativa para a Câmara Municipal do Porto, não representativa das forças democráticas e insusceptível de apoio da população do concelho e cidade, manifesta a sua firme oposição a esta tentativa que não tem em conta as forças políticas que, há longos anos, vêm lutando pela real democratização do País. Chama, ainda, a atenção para a situação extraordinariamente grave que seria criada pelo empossamento de tal comissão administrativa».

Entretanto, o dr. Raul de Castro, Joaquim Felgueiras, Berta Monteiro e o arq.º Célio Costa, todos membros do M.D.P., que haviam sido contactados pelo Ministério da Administração Interna, recusaram o convite que lhes fora endereçado e enviaram ao ministro da Administração Interna o seguinte telegrama:

. «Movimento Democrático do Porto discorda da comissão administrativa para Câmara Municipal do Porto comunicada por V. Ex.ª em 23 de corrente, com a inclusão dos nossos nomes como vereadores. Concordamos inteiramente com a posição do M.D.P. e não desejamos participar em tal comissão administrativa».

livros na banca do jornalista

"PACHECO VERSUS CESARINY"

. A Estampa acaba de publicar, na sua colecção «Novas direcções», o volume «Pacheco Versus Cesariny». Classificado de «folhetim de feição epistolográfica», numa «invenção e montagem de Luís Pacheco» (349 páginas de texto compacto em corpo 10, incluindo algumas ilustrações de Martim Avilez) tem um «roteiro» que vale a pena transcrever:

. **As vozes** (por ordem de entrada na paginação): Luís Pacheco, Mário Cesariny de Vasconcelos, Delfim da Costa (O cangalheiro da cidade), Virgílio Martinho, Manuel de Lima, António José Forte, dr. Vergílio Ferreira, Vítor Silva Tavares, Bruno da Ponte, Ricarte Dácio e Artur do Cruzeiro Seixas.

As datas: Rompimento Inaugural (texto anexo a A Afixação Proibida), 8 de Setembro de 1953; À Guisa de Epitáfio (carta de Manuel de Lima), 20 de Novembro de 1972.

Os locais: Lisboa, Setúbal, Paris, Caldas da Rainha, Londres, Santarém, etc.

Os episódios: atribulações de escribas portugueses durante a Era Salazaresca: projectos de revistas jamais realizadas, livros apreendidos, processos de abuso da liberdade de Imprensa. Muita fome, muita aldrabice, alguma miséria».

HEMINGWAY E OUTROS

Livros do Brasil lançou, em «Autores de Sempre», o célebre romance de Ernest Hemingway, «Ter ou não Ter», obra que reflecte toda a grandeza do genio do autor, com uma força e uma vibração dramática dificilmente realizáveis. Traduzido por Jorge de Sena, este livro de Hemingway (Prémio Nobel da Literatura) justifica, de forma evidente, o justo apreço em que é tido o escritor.

Livros do Brasil lançou também: «A Vida Quotidiana em Inglaterra no Tempo de Isabel II», de Léon Lemonnier, que nos descreve um dos períodos mais agitados e empolgantes da História da Inglaterra; e, no âmbito das comemorações do 50.º aniversário da morte de Kafka, «O Processo», livro acerca do qual André Gide disse não saber o que mais admirar: se a notação «naturalista» de um universo fantástico, mas que a minúcia das descrições sabe tornar real aos nossos olhos, se a audácia segura das suas incursões no domínio do estranho.

T. da L.

6.ª FEIRA
DIA 30
SAI O N.º 66

motor revista

NESTE NÚMERO:

- CORREIO DOS LEITORES
- RIAS BAJAS-74
- CAMPEONATO MUNDIAL DE CONDUTORES-F. 1
- CAMPEONATO MUNDIAL DE MARCAS
- FÓRMULA 2, SPORT/2 LITROS, TURISMOS
- CAMPEONATO MUNDIAL DE RALLIES
- KARTING: O FINAL DO CAMPEONATO

DOIS TESTES: UM BARCO E
UM AUTOMÓVEL (DATSUN 1600-J-SSS)

MESMO FORMATO ★ MESMO NÚMERO DE PÁGINAS
MESMO PREÇO 10$00

ECONOMIA

Um tribunal sindical para maus gestores

Com um abraço num cartão de visita houve quem nos fizesse chegar às mãos um recorte do «Times» de 18 de Julho, ao mesmo tempo que nos chamavam a atenção, no mesmo cartão, para a «graça» do recorte. Ainda nem agradecemos tão simpática lembrança mas pensamos que a melhor forma de agradecer será a de aproveitar mais largamente, na informação que vamos carrilando, a «graça» desse recorte. Aliás, muito oportuna!

O título é «**Union** forma tribunais disciplinares para observar gestores ineficientes», e a notícia é sobre a criação desses tribunais.

De que se trata? Pois trata-se de um sindicato («Transport and General Workers' Union in mid-Wales») que resolveu formar tribunais disciplinares de gestão, em que colherá informações e «julgará» o que for ineficácia gestora e perda de tempo e de dinheiro, de que sejam culpados gestores na indústria e na administração local.

Para começar, 134 ramos do sindicato arrancaram com a observação do comportamento gestor, e em caso de evidente «culpabilidade» — ou «flagrante delito» —, o tribunal chamará os responsáveis para «prestarem contas», podendo a «pena» ir de uma recomendação até ao convite à frequência de cursos de formação ou reciclagem.

Como explica um dos dirigentes do sindicato não se trata de vigiar a hora de almoço do patrão, mas de não consentir que a «qualidade» de patrão e de gestor seu representante sejam cobertura para desperdício, ineficácia, deseconomias que prejudicam toda a comunidade, inclusive com a agravante de não tomarem em consideração tomadas de posição dos trabalhadores menosprezando-as ou nem sequer as ouvindo.

Claro que esta formação de tribunais e o espírito que o fundamenta é muito discutível, ou poderá ser, se os próprios trabalhadores e o sindicato se «entusiasmarem» com a eficácia da gestão e não estiverem atentos à finalidade da gestão que se trata de explorar a sua força de trabalho, que é afinal a característica da base que está na raíz do processo de exploração que justifica um sistema, e sua gestão dos recursos da comunidade.

De qualquer modo, é muito interessante, neste «tempo de saneamento» (?), não esquecer o aspecto da utilização dos recursos da comunidade por forma que é prejudicial para a própria comunidade, e em razão de ineficaz gestão. Muito teria de fazer um tribunal como este em Portugal...

SÉRGIO RIBEIRO

A libra mantém-se forte apesar de certo pessimismo

Por: MARJORIE DEANE
Especial para o «DL»

Os industriais britânicos não esperam ansiosamente as suas férias de Verão. A sua confiança cambaleante veio claramente ao de cima no estudo trimestral sobre tendências industriais feito pela Confederação das Indústrias Britânicas (CBI). Embora o estudo fosse feito pouco antes das medidas anti-inflacionárias anunciadas pelo Chanceler do Tesouro, Mr. Dennis Healey, a CBI considera pouco provável que estas medidas tivessem chegado para aliviar os ânimos.

O estudo mostrou que os industriais britânicos estão mais pessimistas quanto à situação económica do que em qualquer outra altura normal após o conjunto maciço de medidas anti-inflacionárias de Julho de 1966. Parece-lhes até mesmo que as possibilidades no campo das exportações «azedaram» ligeiramente — embora este tom azedo não fosse confirmado na última sondagem do «Financial Times», que mostrou que dois terços dos indivíduos sondados estavam mais confiantes quanto às possibilidades das exportações agora do que há quatro meses.

Mas a parte mais desanimadora do estudo foi revelar que o pessimismo se estava a apoderar dos planos de investimento, com mais firmas a planearem reduzir as suas despesas de capital durante os próximos 12 meses do que a planearem aumentá-las.

Os resultados obtidos pela CBI não sugerem, contudo, uma quebra brusca na actividade industrial. Embora as tendências recentes tenham sido menos do que boas, as fábricas britânicas têm estado a trabalhar fazendo uso da sua capacidade média. A produção está actualmente abaixo do normal mas isto deve-se mais a faltas de materiais e de mão-de-obra especializada do que a falta de encomendas. E embora seis de cada dez firmas fabricantes de bens de consumo tenham referido a falta de encomendas como factor possivelmente limitativo durante os três meses que restam até Novembro, a proporção de firmas que o fizeram no ramo das indústrias dos bens de capital foi de apenas uma em cada cinco, número inferior ao de Abril.

Mr. Healey poderá sentir que o mundo dos negócios não foi muito cortês no modo como recebeu as suas medidas anti-inflacionárias de 22 de Julho. Na base dos indicadores económicos chave, o Chanceler procedeu de modo acertado ao ter a coragem de deflacionar e de afirmar que está preparado para o fazer de novo no Outono, caso seja necessário. Transigiu bastante mais do que, de um modo geral, se esperava, desfazendo muito do que tinha feito quatro meses atrás. O seu orçamento de Março aumentou os impostos indirectos em 680 milhões de libras (cerca de 40 800 000 contos). O orçamento actual reduziu-os em 660 milhões de libras (aprox. 39 600 000 contos).

Fez esta redução reduzindo o valor do imposto de valor acrescentado (VAT) de 10 para 8 por cento, o que representa 510 milhões de libras (aprox. 30 600 000 contos) durante o ano, e minorando taxas locais no valor de 150 milhões de libras (aprox. 9 000 000 contos) para os proprietários de casas cujas taxas aumentaram mais de 20 por cento este ano.

Para a indústria houve o duplicar do prémio de emprego regional, lançado pelo Governo para suavizar o efeito da crise crescente de desemprego nas áreas de desenvolvimento britânicas. Esta medida dará mais 118 milhões de libras (aprox. 7 080 000 contos) por ano, apagando quase por completo os 130 milhões de libras (aprox. 7 800 000 contos) que, em Março, o Chanceler lançou de impostos à indústria ao subir o imposto industrial de 50 por cento para 52 1/2 por cento. Mas a ajuda vai apenas para as firmas que trabalham nas zonas menos desenvolvidas e estas não são necessariamente as mais eficientes da Grã-Bretanha.

Para a «City» (Centro financeiro) houve um abrandamento de restrições nos dividendos; o valor anual dos aumentos permitido foi elevado de 5 por cento para 12 1/2 por cento. Mas houve um certo desapontamento porque o Chanceler não retirou totalmente o controlo.

A crítica mais generalizada às medidas do Chanceler é que não só fizeram muito pouco para restaurar o mercado de capitais como não conseguiram fazer o suficiente pelo «cash flow» da indústria. Na verdade, o corte feito ao imposto de valor acrescentado tem o efeito de piorar a posição de liquidez das companhias, uma vez que estas pagam o imposto com atraso e pagá-lo-ão à taxa antiga embora o cobrem à taxa nova.

Com decréscimo para 4 por cento da taxa de aumento anual de oferta de dinheiro na Grã-Bretanha, não há dúvida de que algumas firmas vêem as suas finanças severamente apertadas. O «Pay Board» foi abolido, existem pressões de custo cada vez maiores, mas o código de preços desgasta-se proveitosamente.

Mas a indústria virá a ganhar com os cortes feitos ao VAT, e não só em vendas extras. Beneficiará também do facto de pagar menos aumentos de pagamentos limiares de 40 p por semana aos empregados por cada aumento de um por cento no índice de preços no consumidor. O Chanceler pensa que as últimas medi-

Continua na pág. 18

"O TRABALHO É O CORAÇÃO DE PORTUGAL..."

É a segunda vez que abordamos o tema do TRABALHO. Fazêmo-lo com a consciência de estarmos a ser úteis, dada a sua importância neste momento decisivo da vida portuguesa.

Certo capital industrial e financeiro, ligado ao imperialismo, tenta o boicote da nossa economia no abominável objectivo da reconquista da hegemonia política pela degradação, e consequente aniquilamento, da estrutura económica portuguesa, convindo-lhes estabelecer uma relação de forças que, como última consequência, trará uma situação **ainda pior** que a existente antes do 25 de Abril.

É o saudosismo «irritado» do tempo em que **poder económico se confundia com poder político**; e esse saudosismo **tudo fará, todos os meios utilizará**, como por esse mundo fora se tem visto, para reconquistar o terreno perdido pois para si, muito mais importante que democracia, liberdade, cultura e bem-estar do povo, é o PODER. Os «cordelinhos» pretendem eles mexê-los, em exclusivo, e para tanto não há que respeitar meios... mas sim que olhar a fins.

Pois não se ouve falar em culturas e terrenos abandonados, em colheitas que não se efectuam, em produtos que criminosamente se deixam deteriorar, em fábricas que fecham ou reduzem a sua actividade sem justificação válida (umas vezes porque os seus proprietários não abdicam de «certa» margem de lucro outras vezes para «ajudar» ao desemprego, invocando a impossibilidade do mantimento da sanidade económica mas, de uma forma ou de outra, servindo a reacção), em crédito retirado pela banca comercial invocando falta de liquidez, em investimentos programados mas não efectivados, as mais das vezes sem razões transparentes?

Parece-nos que num duplo sentido os trabalhadores terão que orientar o seu trabalho.

O primeiro, muito importante, através da denúncia das manobras criminosas de sabotagem económica, ou outras, perpetradas pelo capital reaccionário no intuito de defraudar as unidades económicas mais débeis, aumentando o desemprego e criando um clima emocional de instabilidade, visando aquilo que é oposto ao interesse de quem trabalha: a consolidação da democracia que **tudo** tem a ver com o desafogo económico de um país.

O segundo, igualmente importante, e que está nas próprias mãos do trabalhador, **é o melhoramento da qualidade e da quantidade da sua força de trabalho.**

O melhoramento da qualidade da força do trabalho liga-se directamente à produtividade de mão-de-obra e foi por nós focado nesta mesma página de Economia na passada terça-feira. Aí pretendeu-se realçar que o reapetrechamento industrial necessário no nosso país para efectivar um aumento de produtividade, bem como o «saneamento» dos métodos e das mentalidades habituadas a protecções de toda a ordem (o que provocou a sua estagnação e o seu amorfismo) não é coisa que se consiga de **imediato**.

Em face disso, como **via prioritária** preconizamos **a quantidade de força de trabalho** alertando, para tanto, que nessa mesma focagem de prioridades quer economicamente (pelo aumento da produção) quer socialmente (pelo incremento da capacidade de emprego) a medida era a mais aconselhável.

Também se escreveu sobre os países socialistas onde vigorou e vigora um esforço colectivo por via da quantidade da força de trabalho que os levou a atingir um elevado índice de desenvolvimento.

Hoje fizemos uma recolha de elementos referentes a um destes países — a Bulgária.

Na República Popular da Bulgária, país em que a produção e as relações de produção reflectem o sistema socialista, verifica-se que de 1952 a 1971 o salário nominal aumentou 235 por cento e o salário real 282,9 por cento. (1).

Resulta, pois, que em pouco tempo o povo búlgaro viu substancialmente aumentado o seu nível de vida. Goza hoje de melhores condições de vida, alimenta-se, veste-se e cultiva-se melhor.

Não há muito que a Bulgária era um país atrasado, essencialmente agrícola. As destruições originadas pela Segunda Guerra Mundial, todavia, apesar de todos os malefícios, não deixaram de ter repercussões importantes. É assim que desde 1944 o povo búlgaro se esforçou abnegadamente tornando possível a transformação da Bulgária num país desenvolvido, agrícola e industrialmente e em 1971 já 56 por cento do rendimento nacional provinha da indústria. Enquanto que em 1948, de cada 100 pessoas activas, 82 trabalhavam na agricultura, 8 na indústria e 10 noutros sectores, os números actuais são 31, 36 e 33, respectivamente. Desde 1948, o rendimento nacional aumentou 626 por cento e o rendimento **per capita** 522 por cento!

De acordo com as previsões a longo prazo, para o período até 1990, o crescimento médio anual será de 9 a 10 por cento, o que quer dizer que nesse ano o rendimento nacional será o quíntuplo do de 1971.

Mas, é bom de ver, a maior parte deste aumento procederá da melhora contínua e rápida da produtividade do trabalho. Prevê-se uma taxa anual média de crescimento de 10,2 por cento por pessoa ocupada na produção de bens materiais, o que significa que em 1990 a produtividade será, também, cinco vezes maior que em 1970.

Também neste esforço tem parte determinante o horário de trabalho. E assim é que em 1971, 90 por cento das pessoas trabalhavam 46 horas por semana (seis dias úteis), havendo somente 10 por cento que praticavam 42,5 horas. Prevê-se, para 1975, a implantação generalizada da semana de 42,5, distribuídas por cinco dias, e à medida que se for incrementando o nível de produtividade ir-se-á reduzindo a duração do trabalho, esperando chegar-se às 40 horas em 1980.

Este aumento suplementar da produtividade é importante por duas razões socio-económicas. Por um lado, trata-se de manter o volume de produção ao mesmo tempo que o nível e a composição do consumo; por outro, há que garantir a capacidade de consumo dos trabalhadores, que depende do seu salário.

Neste momento concreto, também nós necessitamos de compreender que esse estímulo já existe (a queda do fascismo...) e que devemos consubstanciar a nossa oposição a um recuo pela tomada de posições correctas, das quais o TRABALHO é uma das mais importantes.

Estão criadas situações objectivas para possibilitar à maioria dos trabalhadores o sistema socio-económico-político que melhor venha a satisfazer as suas aspirações. Assim como vários perigos os espreitam...

Acima de tudo que prevaleça a lucidez.

(1) O salário nominal é a remuneração tal como a percebe o trabalhador, enquanto o **salário real** reflecte o poder aquisitivo que ela lhe proporciona.

S. M.

GERAL

As remessas dos emigrantes fonte de financiamento da economia nacional

. No artigo que há oito dias publicámos anunciando e justificando a divulgação de uma série de estudos sobre temas de natureza económica, monetária e financeira, referimos que seriam publicados na Imprensa diária os que mais se prendessem com as preocupações actuais da opinião pública.

Quer isto dizer que não virão a lume na dita imprensa, todos os estudos que destinamos a publicação final em brochura, pois que nem todos se encontrarão nas circunstâncias referidas, muito embora todos sejam considerados do maior interesse, tendo em vista a elaboração de um amplo quadro da vida económica portuguesa.

Em conformidade com o anunciado propósito damos hoje publicidade ao estudo: as remessas dos emigrantes — fonte de financiamento da economia nacional.

O tema presta-se, naturalmente, à formulação de opiniões dominadas pela emotividade resultante da simpatia humana que a situação de emigrado necessariamente inspira.

A circunstância de se encontrarem, neste momento, entre nós, talvez centenas de milhares de emigrantes, mais contribui para acentuar essa tendência.

A festa que muito justamente lhe foi dedicada teve o efeito de despertar o sentimento do País para essa importante realidade social que é constituída por centenas e centenas de milhares de portugueses que se viram forçados a buscar nas pátrias alheias aquilo que a sua lhes negou.

Procuraremos, porém, revelar neste trabalho, apenas o importantíssimo significado económico dessa realidade, utilizando, por isso mesmo, fundamentalmente, a linguagem dos números.

A quanto ascendem as transferências dos emigrantes?

1. Convém, antes de mais, esclarecer que não há nas estatísticas oficiais, relativas à balança de pagamentos, uma rubrica que se refira exclusivamente a estas transferências: compreendidas no capítulo das transferências privadas encontram-se também, pensões e rendas, donativos, assistência social e bolsas de estudo e remessas de natureza análoga. Pode-se, porém, afirmar que, face aos volumes das transferências dos emigrantes, as restantes transferências nada significam.

2. Há dez anos a esta parte, aquelas remessas atingiam um montante de 2.270 mil contos, isto é, representavam 19,95 por cento do valor das mercadorias exportadas e 12,94 por cento do valor das mercadorias importadas; no último ano, porém, já atingiram o expressivo número de 25.569 mil contos (valor estimado), o que significa 66,91 por cento do valor das mercadorias exportadas e 42,55 por cento do valor das mercadorias importadas, no mesmo ano.

Vejamos, no entanto, como se processou a referida evolução (milhares de contos):

1964 — 2270	1969 — 11 277
1965 — 3109	1970 — 13 875
1966 — 4537	1971 — 18 266
1967 — 5993	1972 — 21 831
1968 — 7548	1973 — 25 569

Total durante os referidos dez anos: 114 275 mil contos.

Total durante os referidos dez anos: 114.275 mil contos.

. Verifica-se, pois, que, praticamente desde 1969, foram os emigrantes que resolveram o problema da nossa balança de pagamentos, permitindo-nos pagar os bens destinados ao investimento que nos vimos forçados a importar, e até, e cada vez em maior grau, os que visavam alimentar a população dos «privilegiados» que não chegaram a emigrar.

A dívida que o País deixou de contrair

3. Qual o significado deste extraordinário «empréstimo» praticamente não reembolsável, que ao País foi proporcionado?

. Sendo a nossa balança comercial constituída pelas exportações e importações de mercadorias e dado que esta balança apresenta saldo negativo crónico, isto é, o valor das exportações fica sempre muito aquém das importações, há que arranjar forma de pagar ao estrangeiro o excesso do valor destas sobre aquelas.

Quais os meios que os países podem normalmente utilizar para resolver este problema quando não conseguem promover as suas exportações até encontrar o equilíbrio da respectiva balança comercial?

. — restrição das importações
— atrair capitais estrangeiros a título de investimento
— obter empréstimos a curto e médio prazo mas sobretudo a longo prazo.

4. Façamos algumas considerações sobre os inconvenientes que o recurso a tais medidas implica para o País que a elas se vê forçado a recorrer.

a) As restrições impostas às importações, sendo hoje muito difíceis de adoptar, face aos convénios internacionais que visam a liberalização do comércio internacional, para terem a necessária expressão não podem deixar de abranger bens indispensáveis ao desenvolvimento da economia, como sejam os bens de equipamento, alguns de alta tecnologia.

b) A abertura em grande escala aos capitais estrangeiros destinados ao investimento, põe problemas de natureza política de que são conhecidos exemplos esclarecedores e, a longo prazo, pode agravar o problema em vez de o resolver.

c) a obtenção de empréstimos, além de implicar os problemas referidos na alínea anterior e de pressupor a existência de crédito, conduz à oneração do património nacional e não pode deixar de implicar uma política de intenso desenvolvimento económico que vise a substituição das importações por produtos de origem nacional e um grande incremento das exportações para que se possa fazer face às exigências da balança de pagamentos logo que se comecem a vencer os juros e as amortizações dos empréstimos.

5. E à luz destas considerações que tem de ser apreciado o serviço que os emigrantes prestaram ao País.

Vejamos, porém, como se processou a evolução do saldo negativo da balança comercial durante os últimos dez anos, comparando-a simultaneamente com a evolução das remessas gradualmente coberto com o produto destas (milhares de contos):

Anos	Saldo da balança comercial	Remessas de emigrantes
1964	— 6162	+ 2270
1965	— 8526	+ 3109
1966	— 9785	+ 4537
1967	— 9564	+ 5993
1968	— 11 005	+ 7548
1969	— 11 191	+ 11 277
1970	— 14 340	+ 13 875
1971	— 18 166	+ 18 266
1972	— 18 294	+ 21 831
1973	— 21 875	+ 25 569

. Julgamos, pois, poder concluir-se que, durante este período, quem financiou a execução do III Plano de Fomento foram os emigrantes portugueses.

Como?

O financiamento dos Planos de Fomento

7. Como se sabe, os Planos de Fomento prevêm determinado montante de investimentos anuais a efectuar quer através do sector público quer através do sector privado.

O programa anual de investimentos implica a formulação de previsões relativas às suas fontes de financiamento.

Parece, pois, oportuno expor aqui os montantes de investimento anualmente programados, pelo menos no decurso dos quatro últimos anos de vigência do III Plano de Fomento, que abrangem os anos de 1968/73, e pôr o problema de saber qual a fonte real do seu financiamento.

Estes programas não compreendem os investimentos no sector das indústrias transformadoras.

Vejamos, pois, o seu montante e evolução (milhares de contos):

. 1970 — 12.649; 1971 — 17.924; 1972 — 20.748; 1973 — 27.334

É evidente que as fontes imediatas de financiamento tiveram de ser o Estado, as Instituições de Crédito, o Mercado Financeiro, os Particulares e Empresas, Fontes não Especificadas e, até, o Crédito Externo. Excluído este último, as fontes imediatas de financiamento, que poderemos designar de fontes internas, forneceram os seguintes meios (milhares de contos):

. 1970 — 12.016; 1971 — 16.408; 1972 — 18.988; 1973 — 25.059

Compare-se, porém, estes números, com as remessas dos emigrantes (milhares de contos):

Anos	Fontes Internas de Financiamento	Remessas de Emigrantes
1970	12 016	13 875
1971	16 408	18 266
1972	18 988	21 831
1973	25 059	25 569

As remessas dos emigrantes base de acumulação de poupança em Portugal

8. A forma mais significativa de constituição de poupança, sem entesouramento, consiste na constituição de depósitos a prazo junto do sistema bancário.

O sistema bancário português em fins de 1973, apresentava 143 milhões de contos de depósitos a prazo.

É significativo o confronto entre os valores acumulados, verificado ao longo dos últimos dez anos, das remessas dos emigrantes como total dos depósitos a prazo existentes em cada ano (milhares de contos):

Anos	Remessas de Emigrantes acumuladas a partir de 1964	Depósitos a Prazo (Globais)	p de 2/3
1	2	3	4
1964	2 270	14 699	15,44
1965	5 379	20 271	26,53
1966	9 916	20 294	48,86
1967	1509	26 456	60,13
1968	23 457	36 088	65
1969	34 734	47 178	73,62
1970	48 609	66 688	72,89
1971	66 875	88 914	75,21
1972	88 706	115 439	76,84
1973	114 275	143 607	79,57

Face a estes números, não será possível afirmar que a principal força financeira do nosso País é constituída pelo conjunto dos mais sacrificados de todos os seus cidadãos, apesar de parte significativa daquelas remessas ser lançada no mercado através do consumo dos seus familiares aqui residentes?

. Basta referir que o poder financeiro autónomo, isto é, não dependente dos capitais que lhe são confiados, das instituições do sistema bancário português, expresso em termos de capitais próprios, ou melhor, em termos de capital e reservas, não chega a atingir os 29 milhões de contos, segundo números de 28/2/1974.

As remessas dos emigrantes e a solidez do escudo

9. E do conhecimento geral que o escudo é uma moeda forte. Internacionalmente, assim é considerado.

Deriva esta apreciável qualidade, do facto de o País dispor, permanentemente, de elevadas reservas em ouro e em determinadas divisas (moeda estrangeira).

São as referidas reservas que constituem, grosso modo, a base fundamental da emissão de notas por parte do Banco de Portugal. Por lei, não podem as referidas notas exceder determinado limite dessas reservas.

Há longos anos, porém, que a cobertura para as notas em circulação é largamente superior ao mínimo estabelecido por lei. Por outro lado, carecendo, tanto, o País, de fazer importações de mercadorias que não consegue compensar com exportações, a solidez do escudo manifesta-se através da possibilidade de cobrir o custo de largos meses dessas importações, com a garantia de que se dispõe de meios para pagar aos países fornecedores.

Basta dizer que em 1973 se importaram 60 milhões de contos de mercadorias e que as disponibilidades em ouro e em moeda estrangeira em poder do Banco de Portugal atingiram 69 milhões de contos em 31-12, sem referir outros meios de pagamento internacionais de que o referido banco se pode socorrer, em consequência da participação do País em instituições monetárias internacionais.

Excluindo as exportações de mercadorias, qual tem sido a maior fonte de abastecimento de divisas, do Banco de Portugal, através do conjunto do sistema bancário?

. Qual tem sido, consequentemente, o maior factor de constituição de solidez para o escudo?

A banca comercial e as remessas dos emigrantes

10. Tem a «Banca» sido acusada indiscriminada e irresponsavelmente.

Sem dúvida que não se pode deixar de imputar responsabilidades a quem as tiver.

E para esse efeito que se pretende liberdade de pensamento e de expressão.

Mas é preciso descobrir realmente e com objectividade onde estão os males. Com informação exacta; com rigor de análise; com espírito construtivo conforme as conveniências do País em cada momento.

O sistema bancário carece de profunda revisão. Afirmá-lo é reconhecer que há males que precisam de ser remediados.

Como se comportou, porém, a «Banca» em relação ao fenómeno da emigração?

. Até que ponto terá ela contribuído para que os emigrantes se tenham mantido mais ligados à Pátria e que os seus capitais tenham podido ser remetidos para Portugal em tão expressivos montantes, em vez de servirem de meio de financiamento das economias locais que os acolheram?

. A grande maioria dos bancos portugueses participou, para proveiro do País, na captação e drenagem da poupança dos emigrantes. E se excepção houve, foi porque se fez contas, cálculos de rentabilidade e se chegou à conclusão de que a «operação» não era rentável.

Na verdade, a acção a desenvolver junto dos núcleos de emigrantes portugueses seria tanto mais eficaz quanto fosse pessoalizada a correspondente acção de pagamento junto dos respectivos familiares radicados no País.

Assim, a «operação» era, e é, indiscutivelmente, onerosa. Lançaram-se nela, no entanto, os que tiveram a percepção do extraordinário volume de poupança que viria a atingir-se, expressa, na origem, em moeda estrangeira, e se determinaram mais pelo móbil do crescimento do que do lucro puro e simples.

O Banco Pinto Sotto Mayor não terá sido o primeiro a ter a percepção do problema, mas conta-se, certamente, entre os primeiros.

Na verdade, a sua acção neste domínio, desencadeou-se logo no princípio do ano de 1966 quando as remessas dos emigrantes apenas atingiram o montante de três milhões de contos.

Contribui-se, deste modo, para evitar que os emigrantes portugueses radicados em países onde as taxas de juro sempre foram muito mais atraentes do que as existentes em Portugal, entregassem em maior grau a sua poupança às instituições de crédito locais e, sobretudo, a-

Continua na pág. 20

NACIONAL

NÃO EM BREVE, MAS JÁ...

(carta aberta a Torquato da Luz e a Pedro Coelho)

A propósito do artigo «Não agora, mas em breve», de Torquato da Luz, que recentemente publicámos na página 3, enviou-nos o dr. Rocha Barbosa, médico com consultórios no Montijo e em Lisboa, a seguinte «carta aberta» àquele nosso camarada e ao secretário de Estado da Emigração, eng.º Pedro Coelho:

«Não ponho em dúvida nem as intenções, nem tão pouco a decisão de acção imediata do secretário de Estado Pedro Coelho. Não pretendo estabelecer polémica, ainda que a tal me não recuse, nem sequer deixar de dar o meu aplauso e a minha solidariedade ao programa enunciado de encarar, duma vez por todas e a sério, os problemas dos nossos emigrantes, concedendo-lhes, com efectividade, realidade e eficiência, uma atitude de presença activa e verdadeiramente util.

Concordo inteiramente que é necessário «falar claro» e, para falar claro, considero indispensável que, em primeiro lugar, seja totalmente desmistificada uma pseudo-acção de apoio aos nossos emigrantes, que nunca existiu na realidade, e em segundo lugar dar a saber, ao povo português em geral e à massa dos emigrantes em particular, que o País está perfeitamente consciente das condições em que foram atirados, sem qualquer tipo de assistência-moral ou material, para ambientes estranhos e tantas vezes inóspitos e até hostis, e ainda termos perfeita consciência dos problemas tremendos criados a esses homens e mulheres, das dificuldades que arrastaram, dos exames que sofreram «na qualidade de pobres diabos vindos da terra de Salazar», das humilhações a que os sujeitaram, e sobretudo da exploração a que tantas entidades patronais não os pouparam, sabendo, como sabiam, das condições de ilegalidade ou clandestinidade em que chegavam e do total isolamento em que passavam a estar em relação à Pátria-Mãe, que não passava duma «Pátria-Madrasta».

Não vale a pena falar dos celebérrimos espectáculos-negócios em que artistas portugueses se deslocavam a França e à Alemanha, pela mão de «organizações» sobre as quais muita coisa se poderia talvez escrever ou contar; não vale a pena falar da forma como durante anos e anos, «rebanhos» de portugueses esperavam à chuva e ao frio, pela madrugada dentro, à porta do Consulado, onde cônsules perfeitamente desumanizados ou inconscientes do seu dever não tinham um só gesto ou uma só atitude de piedade ou de solidariedade por esses compatriotas fugidos à fome e ao terror; não vale a pena falar do infindável novelo de peias burocráticas postas pelas nossas autoridades no estrangeiro à legalização e documentação de toda essa gente, e isto, este mau serviço, tantas vezes vergonhosamente pago por emolumentos despropositados e de verdadeira exploração; não vale a pena falar do total e degradante divórcio entre as nossas autoridades e as populações portuguesas colocadas «à sua guarda», populações que sempre fizeram e continuam fazendo parte da Nação Portuguesa.

Há muita coisa escrita sobre isso, mas estamos longe de se ter escrito tudo, ou de se ter dito tudo. Urge e é imperioso que se mude totalmente de atitudes e processos em relação aos nossos emigrantes que, além do mais, não deixam de ter a perfeita noção de que, **depois de tudo o resto,** têm agora em Paris e por outras cidades da França e da Alemanha, «simpáticas e pressurosas agências bancárias» para lhes sugarem, se possível, **também o resto.**

Não pretendo também entrar em litígio com essas agências bancárias, mas é bom que se saiba e se tenha consciência que elas não apoiam nem nunca apoiaram o emigrante, antes se servem do emigrante com malabarismos de câmbios para chorudos negócios.

Já alguém pensou nisso? Já alguém meditou no que é de chocante, de atentatório da dignidade das pessoas, mudarem-nas sem quaisquer condições ou ajudas, sem qualquer tipo de solidariedade ou de apoio, e virem anos depois fazer uma propaganda de apoio e de «comunhão de interesses»? As agências bancárias? Não é ridículo, além de tudo o mais? Mas não é ainda a isto que me quero referir. Assente pois que, de qualquer maneira, mas sempre má maneira, exportamos para todo o mundo centenas de milhares dos nossos melhores homens como capacidade de trabalho, a vários níveis, o que se fez ou o que se pretende fazer pela defesa da saúde física e psíquica dessa massa imensa de produtores de trabalho e de riqueza? Em que medida é que nós vamos finalmente? cumprir o nosso inalienável dever de vigiar, cuidar e defender esse imenso capital humano, a maior de todas as riquezas, e que é parte importantíssima do presente e do futuro da Nação Portuguesa?

Os que sabem, sabem como as coisas se têm passado. Tenho agora, aqui, internado no Hospital desta terra, que é a sua e é a minha, um «farrapo físico e moral» dum emigrante que na França deu tudo por tudo, para matar a fome, conseguir um nível de vida decente, e para ajudar o país que o acolheu. Caído numa situação invulgar, mas não tara, de certo tipo de acidente de trabalho, o mau conhecimento da língua francesa, a dificuldade em se exprimir junto de médicos e enfermeiros e agentes de segurança, fez com que fosse adiando uma entrevista de consulta, que era imperiosa mas que temia pelas dificuldades de comunicação. Colocado numa contingência, frequente de todos os dias em França e não só, de inferioridade, pelo desconhecimento do idioma e da lei, o nosso compatriota é hoje vítima do total abandono a que, neste aspecto, o País tem votado todos os seus filhos, em terras da estranja.

Eu não posso aqui tomar uma posição contra a França e as suas autoridades, antes pelo contrário. A França foi, em muitos e muitos casos, generosa para todos aqueles centos de milhares de homens que acolheu, por vezes até em más condições sanitárias.

Importante sim é, para quem conhece o problema de perto, ao longo de muitos e muitos anos, dar um grito de alarme que se ouça bem pelos responsáveis e que, «falando claro», se saiba que o **património humano** da nossa Pátria foi forte e gravemente defraudado, não apenas pelo fenómeno migratório em si mesmo, não apenas pela excepcional dureza dos tipos de trabalho sempre os mais duros impostos aos portugueses, não apenas pelas frequentemente precárias condições de habitabilidade usufruidas pela maioria dos nossos, não apenas pela gama extensa de problemas psicológicos postos a indivíduos subitamente desenraizados do seu «habitat» **habitual ou normal**, não apenas por tudo isso, mas ainda e em larga medida porque não dispuseram duma assistência social ou médico-social a que o Governo português se deveria ter sentido inalienavelmente ligado. Considero que este aspecto é monstruoso, porque vivi o problema anos e anos, e ainda o vivo, na convivência com muitos deles, nas trocas de impressões com muitos colegas meus amigos, médicos franceses aos quais é justo tributar a nossa homenagem pelo muito que tantas vezes fizeram pelos nossos compatriotas.

Fácil é compreender como foi difícil e tantas vezes impossível para milhares de portugueses, ignorantes da língua, explicar aos seus médicos pormenores subjectivos que, bem descritos ou descritos na língua materna, constituem só por si indicação insofismável de doenças, perturbações da saúde, alterações da mobilidade ou da sensibilidade reveladoras de situações bem graves, em marcha.

Quantos casos destes? Quantos milhares de situações em que o capital humano da nossa gente foi grosseiramente desprezado ou ignorado?

O que a massa trabalhadora portuguesa perde, cada ano, em volume de indemnizações que não recebe, ou foram mal calculadas, por deficiência de informação, considero eu uma verba astronómica.

Isto não falando nos prejuízos de ordem moral, perturbações psicopáticas de toda a ordem, síndromas depressivos, todo um conjunto complexo de situações em que o abandono abominável do Governo dum povo conferiu a esse povo uma das mais violentas situações de frustração e de grave prejuízo que imaginar se possam.

Muitos desses homens ficarão por lá, ninguém o duvide. Mas muitos e muitos milhares voltarão um dia, saudosos, alquebrados, doentes, incapacitados total ou parcialmente, à terra que os repudiou um dia, mas que eles nunca deixaram de guardar no seu coração como o mais sagrado dos cultos.

É urgente que «não em breve, mas já, agora mesmo», o Governo dos Portugueses actue com decisão, energia, solidariedade, amor por essa gente, que é a nossa gente.

Necessário é que haja equipas de Medicina social e de assistentes sociais, portuguesas, que tomem em mão, com perfeito conhecimento e sentido de responsabilidade, essa missão inadiável.

Há em Paris um Serviço Social para os portugueses, aliás, enquadrado por homens muito honestos e muito válidos; e para que serve esse Serviço Social, se nem sequer é legal perante a Lei Francesa? Se os seus homens não podem actuar? Porquê e para quê existe?

Um quarto de século de contactos quase permanentes com a França, com os nossos emigrantes, com médicos e professores franceses, com assistentes sociais e psicólogos, permitiram-nos construir ao longo de todo esse tempo uma visão global dum problema que ficará na história do nosso País como uma espantosa gesta duns «outros **pieds noirs,** descalços e famintos, vindos duma outra Argélia, muito menos livre».

Falar claro significa apenas dismistificar todo este contencioso dum povo em fuga, batido na face pelo mais execrando fascismo, abandonado à sua sorte na maior carência e na maior irresponsabilidade por um Governo de tiranos sem alma.

O tempo tudo dilui e tudo faz esquecer. Mas os milhares de nomes portugueses que hoje e no futuro inundarão as escolas francesas, e se integrarão na vida francesa, falarão bem alto, pelas gerações fora, dum dos aspectos da maior das violências que jamais foi exercida sobre um povo.

Certo é que, mesmo aqui, todos fomos menores mentais para quem nos governava, todos sofremos, todos mordemos o pó da ignomínia e do achincalhe como cidadãos de terceira classe.

Mas o problema da emigração, o problema dos emigrantes, a forma como centenas de milhares de homens desarmados e de mãos vazias, despojados de qualquer protecção ou carinho, foram à conquista do direito contra a fome e contra a miséria, por toda a Europa e por todo o mundo, e o total abandono a que foram votados, tudo isso tem de ser revisto, equacionado, ponderado e alvo das urgentes medidas que o interesse dos portugueses emigrantes, **como cidadãos de parte inteira,** exige e impõe um Governo Novo num país novo e democrático, num país mais justo e portanto mais humano para todos os seus filhos.

Falar claro é isto: ter presente que a Nação Portuguesa não acaba no Caia, ou em Vilar Formoso, invade a Europa e o Mundo. E que o Governo dos portugueses terá de ir procurá-los e ajudá-los, lá para onde foram sem culpa própria, mas apenas fugidos à fome, à repressão e à violência.

Que, quando o desgaste, a doença, a incapacidade para o trabalho, o envelhecimento e a nostalgia da Pátria os atormentem, tenham razões para fé e confiança numa Pátria que não deve continuar a abandoná-los, como o fez até aqui.

E isso, esta tomada de posição clara e insofismável, «não deve ser para breve, deve ser para já».

CURSO DE PINTURA LIVRE

Crianças dos 4 aos 14 anos. Mês de Setembro em Lisboa. Tel. 262294

C. T. M. — COMPANHIA PORTUGUESA DE TRANSPORTES MARÍTIMOS

COMUNICADO

PAQUETE «FUNCHAL»

Avisam-se os Senhores Passageiros e Público em geral que devido ao Navio «UIGE» ter sido fretado, o **Paquete «FUNCHAL»** por imperiosa necessidade do tráfego nacional **regressa ao serviço das linhas** regulares da **MADEIRA e dos AÇORES,** cancelando os Cruzeiros Internacionais a partir de **17 de Setembro.**

Para reservas e outras informações solicitamos aos Senhores Passageiros o favor de ser contactada a nossa SECÇÃO DE PASSAGENS: **RUA AUGUSTA, 152 — Telefs. 67 71 81 / 69 01 51 — LISBOA**

ESTRANGEIRO

INGLATERRA

As eleições podem ser antecipadas para Outubro

. LONDRES, 27 (Por Basile Tesselin, da F.P.) Embora não tenha vindo qualquer indicação oficial do gabinete do primeiro-ministro, os ministros e a administração do Partido Trabalhista parecem preparar-se para eleições gerais antecipadas.

As datas mais frequentemente citadas são as de 3 ou 10 de Outubro próximo, embora em certos meios políticos se pense que 4 de Outubro seria mais apropriado, pois assim a campanha eleitoral — que neste país dura três semanas decorreria com a certeza de que todos os ingleses tinham regressado das suas férias.

O Partido Trabalhista acaba de lançar uma campanha publicitária apoiada por um fundo de 150.00 libras, e Harold Wilson aceitou falar no Congresso dos Sindicatos, que terá início em Brighton em 5 de Setembro. Será sem dúvida o discurso mais esperado nos meios políticos, como nos indústriais e assalariados. Wilson não poderá anunciar a realização de eleições, mas o seu tom poderá ser revelador. No dia seguinte, estará em Balmoral, na Escócia, para a sua entrevista regular com a raínha: é à soberana que ele deve pedir a dissolução do Parlamento.

Tanto entre os ministros como entre os membros da oposição, considera-se, de qualquer modo, que o governo minoritário de Harold Wilson já não está em condições de governar verdadeiramente e que lhe será impossível impor as suas soluções, para os problemas económicos que a Grã-Bretanha deve enfrentar, a um Parlamento cada vez mais reticente.

WILSON PODE ESPERAR GANHAR

A ajuizar pelas últimas sondagens da opinião pública, Harold Wilson pode esperar ganhar as próximas eleições obtendo uma maioria suficiente na nova Câmara dos Comuns. Todas as medidas que foram até agora tomadas pelo seu governo foram relativamente populares: solução da greve dos mineiros, regresso a uma semana de trabalho normal, anulação da lei relativa às relações indústriais — que provocara tanta hostilidade contra Edward Heath — aumento das pensões dos reformados, etc. Para Wilson, trata-se de colher os benefícios políticos daquelas decisões antes que sejam... apresentadas as facturas.

Ora, as previsões económicas para o fim do ano são cada vez mais péssimistas: a inflação de cerca de 20 por cento, ameaça de maior desemprego, apuramento das contas deficitárias avaliado em perto de quatro milhares de milhões de libras, etc.

Por outro lado, na arena política os conservadores ainda não se levantaram da sua derrota na Primavera passada. Os liberais não parecem realizar novos progressos e ser-lhes-á de facto bastante difícil aumentar sensivelmente o número dos seus lugares no Parlamento — actualmente 14.

O MANÁ DO PETRÓLEO

Mas há uma incógnita: trata-se do que os nacionalistas escoceses poderão vir a fazer. A corrente nacionalista desenvolve-se incontestavelmente, prometendo em especial, unicamente para a Escócia, o maná do petróleo do Mar do Norte. Mas os nacionalistas escoceses são travados por uma ausência real de individualidades de valor a opôr eficazmente aos deputados profissionais cessantes — sejam eles trabalhistas ou conservadores.

Pensa-se no entanto que os trabalhistas poderão perder uns sete ou oito lugares na Escócia e os conservadores talvez três. Se tal acontecesse, voltar-se-ia a um Parlamento sem uma verdadeira maioria e seria preciso realmente formar então um governo de coligação.

Morreu Charles Lindbergh

. Charles A. Lindbergh, a «Águia Solitária», que pwa primeira vez conseguiu fazer a travessia aérea do Atlântico Norte, morreu ontem no Hawai. Contava 72 anos e morreu vítima de um cancro do sistema linfático. Charles Lindbergh tinha decidido sentindo-se cgndenado regressar há uma semana à ilha de Maui, onde vários anos passava férias. Queria passar os seus derradeiros dias numa casa sem electricidade que desenhara ele próprio e construira afastada duma pequena aldeia, numa das ilhas do arquipélago. O presidente norte-americano Gerald Ford manifestou pesar pelo falecimento de Charles Lindbergh Numa breve declaração divulgada depois da morte do aviador afirmou que «América recordará o seu herói como um dos maiores de todos os tempos e como um grande pioneiro da idade aérea». Expressando condolências à família, Ford recordou o dia em que Lindbergh sobrevoou o Atlântico, desde Nova Iorque a Paris, em 1927.

Dois milhões de alcoólicos

. MADRID, 27 — (F.P.) — Dois milhões de espanhóis entregam-se à bebida, afirma o jornal «La Hoja del Lunes», o único jornal que aparece em Espanha às segundas-feiras. Este pede que seja banida da televisão toda a publicidade relativa a bebidas alcoólicas.

Suez: reabertura possível em fins de Janeiro

. CAIRO, 27 (A.N.I.) — Dois navios de salvamento da marinha dos Estados Unidos tomaram posição para começarem a remover os dez navios afundados ou encalhados no Canal de Suez desde a guerra árabe-israelita de 1967 — anunciou um informador da marinha norte-americana.

Dois grandes rebocadores filipinos deslocaram os navios «Grilley» e «Crandall» para a entrada sul do Canal e o informador indicou que a companhia de salvamento que tem o contrato com o governo para remover barcos afundados, «provavelmente começará a operação de salvamento ainda hoje».

A não ser que surjam problemas imprevistos e com as quatro nações a colaborarem na desmontagem de bombas como se espera, comandantes da marinha norte-americana, francesa, inglesa e egípcia afirmaram que o canal poderá estar livre de obstáculos, se as operações de dragagem começarem a 15 de Dezembro.

O comandante geral, contra-almirante egípcio Hassan Ali Hassan, disse a semana passada que o Canal poderia reabrir ao comércio em fins de Janeiro.

O «Crilley» e o «Crandal», com 27 e 20 tripulantes respectivamente, tem grandes guindastes que podem ser usados para prender cabos por baixo dos navios afundados e puxá-los para a superfície.

Alguns navios afundados no início da guerra dos «Seis Dias», em 1967, podem ser postos de novo a flutuar, sendo mínimas as operações de salvamento. Outros podem ser levantados intactos ou desmontados onde estão, e retirados peça por peça.

Um informador da autoridade do Canal do Suez indicou que os navios de salvamento norte-americanos começariam a trabalhar primeiro nas duas pequenas embarcações egípcias que bloqueiam a entrada do canal no extremo sul.

JORNALISTA TURCO FERIDO DE MORTE

. NICOSIA, 27 — (F.P.) — Morreu em Adana (Turquia) o jornalismo turco Adem Yavuz, gravemente ferido em Chipre por um soldado da guarda nacional cipriota, sabe-se em Nicosia de fonte turca.

Segundo Umit Gurtuna, presidente do Sindicato dos Jornalistas de Ankara, Adem Yavuz, de 29 anos, reporter da agência Anka, caíra prisioneiro em 14 do corrente em Kaymakli, ao norte de Nicosia, depois os cipriotas gregos terem metralhado o veículo civil em que seguia.

Mais tarde — afirmou o presidente do Sindicato — um soldado da guarda nacional alvejou à queima-roupa o jornalista que tinha os olhos vendados e as mãos ligadas atrás das costas.

Atingido no ventre por sete balas de pistola-metralhadora, Adem Yavuz foi operado duas vezes no sector cipriota-grego, acabando por ser libertado na passada sexta-feira e entregue às autoridades turcas.

O soldado responsável pelo incidente teria sido detido pela polícia cipriota grega, indicam de fonte turca.

AS NAMORADAS DE CARLOS

. LONDRES, 27 — (R) — Os cronistas mundanos da Imprensa britânica descobriram que o príncipe Carlos, herdeiro do trono, tem uma nova namorada.

Segundo o cronista do «Daily Express» trata-se de Davina Sheffield, uma loira de 23 anos, que pertence a uma família da alta burguesia, embora não aristocrática.

Segundo o cronista mundano a jovem passou ontem o dia com o príncipe no Castelo de Balmoral, na Escócia, e foi visto ao lado de Carlos quando a família real se deslocou à igreja para assistir ao serviço religioso dominical.

Mais tarde, os dois jovens partiram para um passeio de automóvel, sozinhos, com o príncipe Carlos a conduzir.

Amigos de miss Sheffield dizem que ela á «uma rapariga com muita vida e cheia de espírito mas também capaz de ponderação e de encarar as coisas a sério».

Interrogada pelos jornalistas, a mãe da jovem apenas comentou: «Só queria que os deixassem em paz para eles poderem, conhecer-se melhor como é normal entre jovens».

RÁDIO PEQUIM E A POLÍTICA SOVIÉTICA

HONG-KONG, 27 (FP) — «O desenvolvimento das Forças Armadas Soviéticas mostra que o Ocidente tem sido sempre o principal objectivo dos desígnios político-militares soviéticos», declarou Rádio Pequim, captada em Hong-Kong, referindo-se a um artigo da revista alemã-ocidental, «Die Politische Meinung».

Citando essa publicação, a estação indicou que «75 por cento do exército soviético, 70 por cento da sua força aérea 90 por cento dos mísseis de médio alcance e cerca de 85 por cento dos mísseis de pequeno raio de acção estão em posição na zona europeia da URSS». Acrescentou que a «ofensiva de paz» soviética obedece a uma «dupla estratégia» visando «bloquear os progressos da comunidade europeia» e «congelar os preparativos de defesa do Ociente contra o desenvolvimento militar soviético».

Como se este desenvolvimento não bastasse, a União Soviética aumentou os seus efectivos na Europa Oriental, de tal maneira que «o equilíbrio das forças militares na Europa Central não tem deixado de ser desfavorável ao Ocidente», concluiu Rádio Pequim, continuando a citar «Die Politische Meinung».

Mestiços da Rodésia contra a discriminação racial

. SALISBÚRIA, 27 — (R) — A população mestiça da Rodésia, revoltada com a discriminação racial que se pratica no país, está políticamente a identificar-se cada vez mais com a maioria negra, muito embora os indivíduos de sangue misto sejam classificados como brancos no estatuto vigente.

O aparecimento de uma sucursal do Conselho Nacional Africano (CNA) — a mais destacada formação política negra da Rodésia — em Arcádia, bairro mestiço de Salisbúria, é um indício flagrante dessa tendência.

«Entre as camadas jovens, é este o sentimento que reina: Estamos com os negros» — declara Gerald Raftopoulos, dirigente da comunidade mestiça.

Mas não foi sempre assim, as pessoas de cor — como são designados na Rodésia os frutos da miscigenação entre as ração negra e branca — tendiam a identificar-se com os seus antepassados brancos.

Os políticos mestiços reconhecem que alguns membros mais idosos da sua comunidade continuam a considerar-se socialmente superiores aos negros. Todavia, afirmam que a rejeição persistente dos mestiços pelos brancos levou a nova geração a colocar-se firmemente no campo negro.

Com efeito, os vinte mil rodesianos que a miscigenação produziu neste país governado pela minoria branca vive num mundo de relações raciais anómalas.

Gozam os mesmos direitos eleitorais que os brancos nas eleições legislativas e municipais e pagam impostos ao mesmo nível. Segundo os seus representantes políticos, isso deveria assegurar-lhes o usufruto dos direitos civis atribuídos aos brancos, e que, de certa maneira, se verifica. Na verdade, os mestiços podem frequentar as mesmas piscinas que os brancos, comer nos mesmos restaurantes, beber nos mesmos bares e ver filmes nos mesmos cinemas.

Contudo, em muitas outras esferas a sua liberdade é cerceada pela segregação racial, em parte estatuída por lei mas sobretudo resultando do hábito a que Raftopoulos dá a designação de «o apartheid civilizado da Rodésia».

A lei que se revela talvez mais incomodativa é a que autoriza os brancos a estipular as condições de residência nas zonas que habitam, o que, na prática, nega efectivamente aos mestiços o direito de adquirirem propriedade nos bairros brancos.

As escolas oficiais e os hospitais civis são igualmente segregados, ao passo que a grande maioria dos proprietários dos restaurantes, aos quais pertence a última palavra no assunto, se recusa a servir a clientela de cor.

Raftopoulos, que é o dirigente da associação nacional das pessoas de cor, declara que a discriminação reduz também as oportunidades profissionais para a sua comunidade. Assim, os maquinistas mestiços, embora altamente qualificados, são excluídos das principais vias ferroviárias e, por conseguinte, auferem salários mais baixos do que os seus homólogos brancos.

Por outro lado, não há elementos de cor na força de polícia, ao passo que os que prestam serviço no exército, particularmente no combate contra os guerrilheios negros no Nordeste, exercem principalmente funções subalternas.

«Na fase actual, não creio que a nossa gente esteja muito interessada em desempenhar um papel de destaque no combate, visto sermos cidadãos de segunda classe — frisa Raftopoulos.

«A maioria dentre nós interroga-se para que está a combater. Será justo defender a supremacia branca?».

Salienta, da mesma maneira, o facto de o Governo rodesiano, que lançou uma campanha intensiva para atraír ao país colonos brancos, ser categórico quanto à exclusão de toda e qualquer imigração de mestiços.

Porém, apesar de tudo isto, Raftopoulos assegura que «não odiamos os brancos». «Podemos sentir-nos frustrados e azedos, mas não experimentamos ódio» — acrescenta. Frisa que os mestiços têm plena consciência de que há compatriotas que se encontram em situação muito pior — os rodesianos negros, que são tratados como «cidadãos de terceira classe».

Não poderá haver harmonia na Rodésia, enquanto não for totalmente abolida a discriminação racial.

E acrescenta que os mestiços não querem ser considerados brancos: «Orgulhamo-nos do que somos — queremos apenas igualdade de direitos.»

Mais um desastre na mina de ouro

. JOHANESBURGO, 27 (F.P.) — Morreram no sábado cinco mineiros negros em consequência dum aluímento numa galeria da mina de ouro «Western Deep Level», perto de Carltonville, a uns cinquenta quilómetros a oeste de Johanesburgo, anunciou um porta-voz da campanhia.

Eleva-se assim a 34 pelo menos o número de mortos acidentais nas minas de ouro da África do Sul desde o princípio do mês de Março.

Em 1973, onze mineiros da «Western Deep Level» foram mortos pela polícia durante motins. No mês de Abril deste ano dez outros mineiros negros morreram durante desordens tribais.

ESTRANGEIRO

Chipre entre duas ameaças: a dos guerrilheiros gregos e a dos separatistas turcos

. NICÓSIA, 27 (R) .— Sobre a ilha de Chipre, onde se mantém um cessar-fogo precário, paira agora a dupla amaça dos cipriotas turcos proclamarem uma república independente no seu sector e de elementos cipriotas gregos das direitas desencadearem uma luta de guerrilhas.

Surgiram por outro lado indicações, após a visita do secretário-geral da O.N.U. a Nicósia, de que o mandato das forças de paz da O.N.U. poderá ser revisto para lhes permitir desempenhar mais eficazmente a sua missão.

Um dos aspectos mais positivos da visita de Kurt Waldheim foi o de permitir uma reunião entre o presidente cipriota grego Clerides e o chefe da comunidade cipriota turca Rauf Denktash, os quais não se viam desde a invasão turca da ilha.

Oa dois homens, embora defendendo posições antagónicas, são amigos de infância e concordaram em reunir-se regularmente, todas as segundas-feiras, para discutirem os problemas que afectam os 200 mil refugiados de guerra.

Waldheim disse que o encontro com os dois dirigentes foi frutuoso, representando um primeiro passo com vista à solução pacífica do conflito cipriota, mas pouco depois do secretário-geral da O.N.U. ter partido para Ankara, Denktash fez saber que poderia recorrer à proclamação de uma república turca indpendente em Chipre, caso a Grécia ponha a questão cipriota perante a Assembleia Geral da O.N.U., que começa no próximo dia 17 de Setembro.

Em princípio, o caso cipriota deverá ser apresentado ao Conselho de Segurança, com a presença de representantes gregos, turcos e cipriotas, mas um informador oficial de Atenas disse que se essa tentativa falhar a Grécia recorrerá à Assembleia Geral, onde sabe poder contar com o apoio de uma larga maioria, incluindo os países não alinhados, que são favoráveis à independência e soberania de Chipre.

Por outro lado, o presidente Clerides poderá ser pressionado por elementos das direitas pertencentes à organização EOKA-B, que continua decidida a lutar pela «Enosis» ou união com a Grécia.

Um dos dirigentes dessa organização extremista, o capitão Andreas Moustakas, concedeu uma entrevista à Reuter durante a qual afirmou que os seus homens continuavam dispostos a recorrer à luta de guerrilha para alcançarem esse objectivo.

«Preferimos morrer a desistir da Enosis — disse o capitão — temos homens, armas e munições em quantidade suficiente».

Moustakas foi entrevistado num esconderijo das montanhas, onde se refugiaram muitos cipriotas gregos.

O dirigente da EOKA-B disse que a organização lutará inclusivamente contra o presidente Clerides se ele ceder alguma parcela da ilha aos turcos.

RESPOSTA TURCA PARA HOJE

ANKARA, 27 (EFE-ANI) — A Turquia responderá hoje oficialmente ao plano soviético sobre Chipre — anunciou o primeiro-ministro turco, Bulent Ecevit.

O primeiro-ministro turco, que ontem teve uma reunião com o secretário-geral da O.N.U., Kurt Waldheim, em visita oficial a Ankara, declarou que tinha estudado a fundo o plano soviético juntamente com o seu ministro dos Negócios Estrangeiros, Turan Gunes.

Ecevit respondeu que «dentro de um ou dois dias poderemos falar mais claramente», quando os jornalistas lhe perguntaram a sua opinião sobre a posição grega e sobre o futuro de uma solução negociada.

E.U.A. CONTRA A PROPOSTA SOVIÉTICA

WASHINGTON, 27 (F.P.) — O porta-voz do Departamento de Estado, Robert Anderson, deu claramente a entender na segunda-feira que os Estados Unidos não são actualmente a favor da proposta soviética de convocação de uma conferência internacional alargada para resolver o problema cipriota. Anderson acentuou que tal conferência constituiria «mais um forum que não seria útil». «Presentemente é esta a nossa impressão, mas estamos dispostos a considerar qualquer proposta aceitável por todas as partes».

MINISTRO JUGOSLAVO EM CHIPRE

BELGRADO, 27 (UPI-ANI) — O presidente Tito envia hoje a Nicósia o ministro jugoslavo dos Negócios Estrangeiros, Milos Minic, com mensagens para Turquia como com a Grécia e, o líder dos cipriotas turcos, Rauf Denktash.

No dmingo, o Governo jugoslavo recebera a proposta soviética de uma conferência sobre Chipre no âmbito da O.N.U. como um contributo significativo para as iniciativas tendentes a uma solução política da crise.

A Jugoslávia tem mantido relações amistosas tanto com a TUurquia como com a Grécia e, particularmente, com o antigo Governo cipriota, o do arcebispo Makarios.

O secretário-geral das Nações Unidas, Kurt Waldheim (à esquerda na telefoto) avistou-se ontem em Ankara com o primeiro-ministro turco, Bulent Ecevit, na sua tentativa de encontrar uma solução satisfatória para a crise cipriota. (Telefoto UPI-Telimprensa)

ETIÓPIA
O Governo anterior responsável pela morte de cem mil pessoas

ADIS-ABEBA, 27 — (R.) — Os quinze membros de uma Comissão de Inquérito, instituida pelos militares que actualmente dirigem o país chegaram por unanimidade à conclusão de que o Governo deposto do primeiro-ministro Aklilu Wold foi colectivamente responsável pela morte de 100 mil pessoas que pereceram de fome no ano passado na Etiópia durante a seca.

Num relatório divulgado oficialmente ontem à noite, a Comissão de Inquérito acusa o Governo de negligência por não ter tomado as medidas urgentes que se impunham para auxiliar as populações afectadas, ao mesmo tempo que deliberadamente suprimia a divulgação das notícias sobre a verdadeira situação na província de Wollo, onde a tragédia assumiu maiores proporções.

O primeiro-ministro Aklilu, derrubado pelos militares em Fevereiro, encontra-se actualmente detido, juntamente com os membros do seu Governo, pendendo sobre eles graves acusações de corrupção e má administração.

O IMPERADOR ISOLADO

O imperador Hailé Selassié da Etiópia, a quem foram retirados já virtualmente todos os poderes, assim como os palácios, parece agora prestes a perder o direito de circular à vontade no seu reino montanhoso.

A Comissão das Forças Armadas, que governa o país, deve anunciar em breve, segundo se espera, que o monarca, de 82 anos, deve permanecer em Addis-Abeba e efectuar apenas viagens muito restritas.

A Comissão, segundo notícias fidedignas, deve fazer uma série de comunicações importantes, durante a próxima semana, afectando todas elas de perto o imperador.

Essas notícias dizem que a Comissão definirá o papel e os deveres do soberano, que governou o país durante os últimos 44 anos.

Os militares decretaram no fim da semana que Hailé Selassié deveria ser privado de todos os seus palácios, que se crê atingirem cerca de uma dezena — e que os edifícios deveriam ser dados todos ao Governo.

O edifício foi construído em isolamento virtual no que era anteriormente conhecido como o Palácio do Jubileu, mas foi baptizado de novo, no sábado passado, passando a ser o Palácio do Povo.

O edifício foi construido em 1955, no 25.º aniversário do reinado do soberano.

As comunicações da próxima semana pelas Forças Armadas devem revelar, segundo se aguarda, alguns escândalos acerca de manipulações financeiras internas e no estrangeiro, implicando pessoas altamente colocadas.

As Forças Armadas detêm cerca de 160 ex-ministros, funcionários civis, militares, governadores provinciais e juízes no QG da 4.ª Divisão do Exército, no centro da cidade.

Estão a ser alvo de um investigação feita por uma comissão de 15 membros por causa de acusações de má administração e corrupção.

Referendo para independência dos Comores

PARIS, 27 — (FP) — Oliver Stirn, secretário de Estado para os Territórios e Departamentos do Ultramar, anunciou ontem numa reunião com a Imprensa, a decisão do Governo francês de submeter um projecto de lei organizando um referendo nas Comores acerca da independência deste arquilélago

Esta decisão segue-se — explicou — aos «compromissos» assumidos pelo presidente Giscard d'Estaing no decurso da campanha eleitoral. Permitirá, também, definir a posição da França neste domínio antes da reunião, quarta-feira em Nova York, da Comissão de Descolonização da ONU que tratará entre outras questões da das Comores.

No que se refere à data da consulta, Stirn precisou que por causa do Ramadão, poderia, em vez de Dezembro, ser marcada para Março de 1975.

A MENINGITE NO BRASIL -220 MORTOS ESTE MÊS

SÃO PAULO, 27 (EFE/ANI) — O número de vítimas provocadas pela meningite no mês de Agosto, no Brasil, é de 220 mortos, de acordo com os dados estatísticos fornecidos ontem pela Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo.

O documento revela que actualmente o número de internados nos diversos hospitais atinge os 1782 doentes, tendo sido efectuadas este mês 171 novas admissões e dadas 126 altas.

A sobrevivência da ONU pode depender de Chipre -adverte Mavros

MUNIQUE, 27 — (DPA-ANI) — Mais de setenta países não alinhados teriam de temer pela sua independência e soberania se a força fosse utilizada para resolver o problema de Chipre — afirmou o ministro grego dos Negócios Estrangeiros, Georgios Mavros, numa entrevista publicada em Munique.

Segundo ele, a sobrevivência das Nações Unidas será também duvidosa se os princípios fundamentais de que dependeu o mundo do pós-guerra forem abandonados na ilha.

Numa entrevista publicada no Diário «Sueddeutsche Zeitung», Mavros sublinhou que a solução do problema cipriota ajudaria também largamente a determinar o futuro das relações dos Estados Europeus com as superpotências.

Mavros revelou que o seu País não estava disposto a rever a decisão de cessar a cooperação militar com os membros da NATO.

Mas a Grécia permanecerá como membro do Conselho Político da NATO.

O Governo também continua os seus esforços para se tornar membro da Comunidade Económica Europeia.

A finalizar Mavros afirmou: «Ninguém deve alimentar ilusões de que o Governo grego não continue com determinação a sua política externa».

Greve de mineiros no Peru

. LIMA, 27 — (FP) — Os 13 mil mineiros da empresa estatal «Centromin Peru» iniciaram, na manhã de ontem uma greve de 48 horas, com o objectivo de protestarem contra a lentidão com que a Direcção tem a alisado as suas reivindicações salariais.

Os jazigos explorados pela «Centromin Peru» estão situados na cadeia montanhosa central do Peru. Trata-se de jazigos de cobre, chumbo e zinco, dobretudo.

Prospecção de petróleo

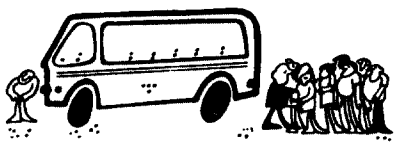
ISLAMABAD, 27 — (FP) — O Paquistão assinou ontem um acordo petrolífero com a firma «Texas Gulf» que, em breve, vai iniciar prospecções de petróleo e de gás natural numa zona de 28 000 km. No Baluquistão e no Estado de Pendjab.

Companhias alemãs, francesas e americanas já obtiveram concessões para prospecções petrolíferas na Paquistão.

AUXÍLIO SUECO A HANÓI

ESTOCOLMO, 27 — (UPI/ANI) — A Suécia anunciou um auxílio de 770 milhões de coroas ao Vietname do Norte (cerca de 4400 milhões de escudos), nomeadamente para reconstruír a indústria do papel.

Trata-se de um dos maiores investimentos jamais feitos pela Suécia no estrangeiro — declarou o secretário de Estado Lennart Klackenberg, que no fim-de-semana regressou de uma visita à Indochina.



EUROPA EM AUTOCARRO

Viagens acompanhadas em autocarro de luxo
Organização Politur

Madrid	4 dias	2.100$00
Vigo, Santiago e Corunha	5 dias	2.800$00
Andaluzia	8 dias	4.390$00
Lourdes, Andorra e Madrid	9 dias	4.750$00
Paris, Londres e Madrid	16 dias	10.500$00
Espanha, França, Suiça e Itália	21 dias	13.700$00
ica, Holanda, Vale do Reno e Suiça	20 dias	13.700$00
Romântica	21 dias	13.950$00
. Áustria e Itália	24 dias	15.900$00
Suiça, Áustria, Hungria e Itália	24 dias	15.900$00

Mais um programa com o apoio da nossa organização

INFORMAÇÕES E RESERVAS
Rua Rosa Araújo, 2 - Tel: 536971 - LISBOA

Meliá
na sua rota pelo mundo

TURISMO

"A SITUAÇÃO DO EMIGRANTE COMO TURISTA É UM CAMPO DE ACÇÃO A EXPLORAR"

-afirma o secretário de Estado da Emigração

Entrevista conduzida por JOSÉ VACONDEUS

. Num folheto largamente distribuído aos emigrantes chegados recentemente a Portugal, editado pela Secretaria de Estado da Emigração, o eng. Pedro Coelho, depois de uma saudação de boas-vindas, afirma que o trabalhador português, que foi forçado a procurar no estrangeiro os meios indispensáveis à sua subsistência, encontra, agora, um País diferente, uma Pátria onde a liberdade e a dignidade humanas foram restituídas após o 25 de Abril.

E acrescenta que a Secretaria de Estado, consciente da importância dos problemas e necessidades sentidas pelos trabalhadores portugueses no estrangeiro, procurará, na medida das suas possibilidades, soluções para algumas carências mais prementes e estabelecer um plano de actuação futura que pressupõe a colaboração necessária dos emigrantes e suas organizações.

Este espírito enunciado e a própria juventude de toda a equipa por que é constituído aquele novo departamente, dependente do Ministério do Trabalho, constitui uma razão mais para ouvirmos directamente o engenheiro Pedro Coelho sobre casos específicos, cujas respostas interessariam, não só todos os nossos compatriotas que labutam além-fronteiras, mas, de uma forma geral, o País inteiro.

«Diário de Lisboa» — O emigrante, como turista, foi sempre ignorado pelas entidades oficiais portuguesas. Concretamente, para além da importância económica que representa para o nosso país a vinda de férias dos nossos compatriotas que, por motivos de uma procura de sobrevivência mais digna, foram forçados a radicar-se no estrangeiro — sabe-se que cada emigrante deixa, em média, em divisas, sempre que nos visita, mais dinheiro do que qualquer turista de qualidade —, a conveniência de não desenraizar da Pátria essas centenas de milhares de trabalhadores que, na maioria dos casos, foram obter também uma especialização profissional e o legítimo direito que adquiriram de um tratamento especial por parte do Governo, pergunta-se se terá chegado o momento de encarar o problema com a amplitude que o caso merece e se já estará definido algum programa de actuação por parte da Secretaria de Estado da Emigração.

Secretário de Estado — Neste momento não temos ainda um programa de actuação, com um programa de iniciativas, que visem a promoção do turismo em Portugal, da parte do emigrante.

É evidente que o problema é interessante, quer do ponto de vista da ligação do português à Pátria, como do ponto de vista económico no sentido do desenvolvimento do turismo em Portugal. Pensamos, pois, que é um campo de acção a explorar, tanto mais que o enquadramos na área de recepção ao português quando se encontra em Portugal a passar férias.

APOIO DA BANCA PRIVADA

D.L. — Vários estabelecimentos de crédito têm, desde a primeira hora da existência de grandes núcleos de emigração no estrangeiro (especialmente em França e na Alemanha), desenvolvido larga actividade no sentido de captar o produto das economias daqueles trabalhadores, com nítido benefício para o equilíbrio da nossa balança de pagamentos.

Sabe-se que, no último ano, a entrada de divisas correspondente à transferência para Portugal do remanescente do produto do trabalho dos nossos compatriotas ultrapassou os vinte e cinco milhões de contos — mais de o dobro conseguido com os turistas estrangeiros. Entende o sr. secretário de Estado que deveria ser feito o apelo à banca privada no sentido de contribuir para um serviço de apoio local — financeiro, social, recreativo, educacional, etc. — aos portugueses que trabalham além-fronteiras?

S.E. — Não me parece que caiba ao sector bancário o desenvolvimento de iniciativas no campo social, cultural ou de ocupação de tempos livres. Essas actividades cabem principalmente à própria iniciativa de grupos e associações de emigrantes, apoiadas essencialmente, quer por esta Secretaria de Estado, quer por outros departamentos do Estado português, como o Ministério da Educação e Cultura, o Ministério dos Negócios Estrangeiros, Turismo, etc., bem como em organismos dos países onde se encontram os que se dedicam a essas actividades junto do emigrante.

Quanto à questão financeira é legítimo, pela própria definição de actividade, que a banca privada desenvolva um trabalho junto dos emigrantes.

Há, no entanto, a acautelar — e nesse aspecto o Estado, particularmente esta Secretaria de Estado, tem um papel fundamental — que as poupanças dos emigrantes sejam investidas em projectos que lhe dêem uma taxa de juro compensadora e, por outro lado, estejam ao serviço da melhoria de condições de vida de todos os portugueses. Nesta ordem de ideias não deixo de referir a importância que deverão ter as entidades bancárias estatais de crédito e fomento, como a Caixa Geral de Depósitos e o Banco de Fomento, nas operações de investimento das remessas dos emigrantes.

O IDIOMA PÁTRIO...

D.L. — O fenómeno que se passa com o emigrante português no estrangeiro, de se adaptar facilmente aos sistemas de vida dos países onde se instala, da sua rápida aprendizagem do idioma-ambiente, a assimilação acelerada, especialmente por parte dos descendentes jovens, dos usos e costumes que os rodeiam, são tudo condições favoráveis a um progressivo afastamento da Pátria e, sobretudo em gerações futuras, à perda da nacionalidade portuguesa. Estão previstas escolas, junto dos núcleos mais representativos dos nossos emigrantes, com o objectivo de manter a presença viva da nossa cultura? Será de admitir a possibilidade de criação de bolsas de estudo, para o ensino secundário e até superior, destinadas aos filhos dos emigrantes portugueses?

S.E. — Sem dúvida nenhuma que sim, quer na primeira, quer à segunda questão. Quanto à primeira, em colaboração com o Ministério da Educação e Cultura, projectamos elaborar um programa de acção que nos permita atingir esse desidério.

Isto é tanto mais importante, quanto as carências de ensino básico em português são agudamente sentidas por grande número de compatriotas nossos que vivem no estrangeiro. O campo das Bolsas cai, mais directamente, sob a alçada do Ministério da Educação e Cultura, embora estejamos certos que, dentro do espírito de grande entendimento dos problemas de educação e cultura que a actual equipa responsável por esse ministério possui, e de acordo com os orçamentos disponíveis, esse será um programa que lhe interessará seguramente.

Quero ainda referir que, em qualquer programa de educação ou de ensino e promoção cultural, destinado ao emigrante, considero indispensável a comparticipação activa dos governos locais. Esta comparticipação, aliás, já existe sob várias formas nomeadamente na Alemanha e na França.

D.L. — Para pôr em prática todo um esquema que vise o despertar da apetência da visita a Portugal, não só em período de férias como também durante fins-de-semana prolongados, será certamente necessário efectuar um trabalho promocional para o qual muito contribuirá a informação escrita e audiovisual. A televisão terá um importante papel a desempenhar para se atingirem os objectivos desejados. É previsível a utilização de canais da TV francesa, alemã, canadiana, brasileira e dos Estados Unidos, com programas especialmente destinados aos emigrantes portugueses e que, simultaneamente, façam a promoção turística do nosso País junto dos públicos estrangeiros?

S.E. — Está prevista, na realidade, a elaboração de programas em língua portuguesa nos países em que a emigração portuguesa é significativa. Já existem, aliás, em alguns países, como o Canadá, por exemplo, programas deste tipo. Parece-nos, pois, que nesses programas poderão ser incluídos alguns aspectos que fomentem a visita dos portugueses ao seu País.

D.L. A Federação Nacional para a Alegria no Trabalho (F.N.A.T.), agora entregue ao Ministério do Trabalho, esteve sempre canalizada para a utilização pelo trabalhador residente em Portugal. Não será legítimo esperar que os seus campos de férias possam passar a ser ocupados também pelos nossos compatriotas que residem além-fronteiras, quando venham em visita à sua Pátria?

S.E. — E cedo para podermos fazer projectos sobre qual será o destino da F.N.A.T.e,consequentemente, mais difícil é prever a sua utilização pelos nossos compatriotas que residam além-fronteias.

O EMIGRANTE E OS HÁBITOS CULINÁRIOS LUSITANOS

D.L. — Para além do aspecto rurístico e do problemas de férias do emigrante, razões principais desta entrevista, gostaríamos de conhecer a opinião do sr. secretário de Estado da Emigração acerca de uma situação que julgamos deverá ser considerada prioritária — em nossa opinião — quanto à manutenção dos usos e costumes da nossa terra, sobretudo no campo culinário. Sabe-se que, um dos elementos mais fortes de ligação da Pátria com os seus filhos que trabalham fora do ambiente natal é o conservadorismo dos hábitos na alimentação. Por outro lado, a enorme dificuldade na obtenção de géneros genuinamente nacionais nos mercados estrangeiros faz com que, a pouco e pouco, se vão criando costumes alimentares totalmente diferentes dos dos portugueses. Estará prevista a criação de centros comerciais junto dos núcleos da emigração que sejam, simultaneamente, o local de venda de produtos legítimos do nosso país, o ponto de reunião e convívio dos nossos compatriotas, o posto de venda de jornais e revistas e livros de língua lusitana, o centro de informação turística, o sítio onde se encontra o banco e a agência de viagens, o restaurante característico e, eventualmente, sala de espectáculos e de filmes, estes preparados propositadamente pelas autoridades portuguesas?

S.E. — Neste momento não estão previstas quaisquer iniciativas de tipo comercial por parte da Secretaria de Estado da Emigração. Pensamos que, na realidade, há um interessante mercado para produtos alimentares portugueses junto dos grandes centros de emigração e será, com certeza, uma preocupação da Secretaria de Estado do Comérico Externo o estudo efectivo das condições e viabilidade prática do fomento e do desenvolvimento desses mercados.

O CASO DOS COLONOS

D.L. — Por último, e interpretando, provavelmente o desejo de conhecimento da resposta a uma interrogação bastante generalizada neste momento, gostaríamos de saber se estará previsto pela Secretaria de Estado algum acolhimento especial aos emigrantes, tanto os que estão a chegar como os que venham a ser esperados, oriundos das colónias portuguesas.

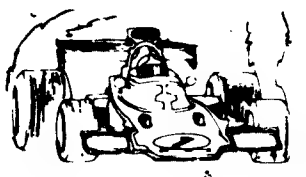
S.E. — Um plano de recepção aos emigrantes será desenvolvido de modo a ter início no próximo Natal. O acolhimento no Verão em curso não foi satisfatório, embora se tivessem tentado algumas medidas de emergência, mais de carácter psicológico pelo aspecto de carinho e interesse que demonstraram, do que, propriamente, pela sua eficácia e extensão.

Assim, distribuímos algumas dezenas de milhares de um jornal de boas-vindas e espalhámos por diversos postos, por onde o emigrante poderá passar, alguns milhares de cartazes e autocolantes. Talvez o trabalho mais de fundo que ainda houve tempo de fazer tenham sido algumas reuniões, o que tem permitido um contacto directo do secretário de Estado e dos seus colaboradores com algumas centenas de emigrantes.

Quanto aos que voltam definitivamente, o problema reveste-se de um âmbito interministerial pois a sua solução passa pela garantia de postos de trabalho, em condições minimamente aceitáveis. Para os eventuais retornados de África será nomeada uma comissão interministerial, que se dedicará exclusivamente a esse problema.

Eng.º Pedro Coelho: «O trabalhador português emigrado encontra agora um país diferente»

ÀS TERÇAS-FEIRAS



O JORNAL moto

NACIONAL

Protesto da CDE de Sintra

Da Comissão Concelhia da CDE de Sintra recebemos, com pedido de publicação, o seguinte telegrama endereçado ao ministro da Administração Interna:

«Concelho de Sintra manifesta profunda apreensão demora verificada homologação Comissões Administrativas autarquias locais longo tempo eleitas assembleias públicas solicitando decisão urgente permita realização programa MFA».

Livreiro bejense arma em censor

A reacção organiza-se, desperta de pútrido letargo, avança sob formas, as mais variadas. Senão vejamos: antes existia uma Censura, uma Pide, que proibiam, apreendiam, amputavam, adulteravam artigos, gravuras, fotos, livros. Pois agora à falta de tão sinistros aparelhos repressivos, surge outra fauna não menos activa e ardilosa.

Certos livreiros, frente avançada do obscurantismo, guardiões empenhados da reacção, que, recusando o escritor fulano de tal, porque o querem marginalizado, estão a prestar amplos serviços aos seus correligionários ainda agora conspirando na sombra.

Aconteceu há dias com um livro da minha autoria, «Sangue Negro, Sangue Branco e o Suor da Guerra», que a Pide em Setembro de 73 retirara do mercado, sob a alegação de «altamente subversivo» e «atentatório da moral do exército português». E aconteceu em Beja, na livraria «Correia», por obra e graça do seu proprietário, que precisou: **De Manuel Geraldo e outros não entra já nenhum livro no meu estabelecimento!** — Sim, porque o problema da desfascistização e da descolonização portuguesa, causam engulhos a muito boa gente. Livreiros e não só.

Proibidos pela Pide antes do 25 de Abril, agora vetados pelo senhor Correia e outros senhores Correias que já vão despontando por esse País fora. Que fazer? Para já não calar nem aguardar serenamente que, à falta de polícia política, alguma brigada de livreiros, género «Ordem Nova», comece para aí a marginar escribas e a prendê-los pela calada da noite, à sinistra maneira dos maus velhos tempos.

MANUEL GERALDO

AMENDOIM DE ISRAEL

GRADO
SABOROSO
NUTRITIVO

Com Amendoim de Israel mais
VITALIDADE

LUSOFRIO
REPARAÇÕES
FRIGORÍFICAS
Telef. 77 62 87 — LISBOA

SIDERURGIA NACIONAL, S.A.R.L.

Rua Braamcamp, 7 — LISBOA

AUMENTO DE CAPITAL DE 847 321 PARA 1 440 445 CONTOS POR INCORPORAÇÃO DE RESERVAS

Devido a condicionamentos legais que ainda impendem sobre os valores mobiliários e a razões de ordem prática que restringem a livre movimentação de títulos, fica adiada, para data a anunciar oportunamente, a subscrição marcada para o período de 26 a 30 de Agosto e correspondente ao aumento de capital efectuado por incorporação de reservas.

Lisboa, 23 de Agosto de 1974.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

EXCURSÕES C. P.
PROGRAMA DE SETEMBRO
FINS-DE-SEMANA

- BOM JESUS — CANICADA — GERÊS
  Dias: 31 Ag./1 — 21/22
  LISBOA ..... 890$00 — PORTO ... 640$00
- VIAGEM «HISTÓRICA» no «COMBOIO HISTÓRICO»
  Dias: 31 Ag./1 — 14/15 — 21/22 — 28/29
  LISBOA desde 890$00 — PORTO ... 390$00
- CEIA E FESTA MINHOTA EM VIANA DO CASTELO
  Dias: 21/22
  LISBOA, desde 940$00 — PORTO, desde 690$00
- URGEIRIÇA E SERRA DO CARAMULO
  Dias: 14/15
  LISBOA ..... 750$00 — PORTO ... 700$00
- O DOURO DAS VINDIMAS
  Dias: 14/15 — 21/22 — 28/29
  LISBOA ..... 980$00 — PORTO ... 730$00

3 DIAS

- PASSEIO MISTÉRIO E PIQUENIQUE NA PENEDA-GERÊS
  Dias: 31 Ag./1/2 — 14/15/16 — 28/29/30
  LISBOA, desde 1.120$00
- QUARTEIRA — ALBUFEIRA — FARO
  Dias: 7/8/9 — 14/15/16 — 28/29/30
  LISBOA ... 1.200$00 — PORTO ... 1.450$00
- LAGOS — SAGRES — TORRALTA
  Dias: 21/22/23
  LISBOA ... 1.250$00 — PORTO ... 1.500$00

UM DIA SÓ

- BEIRA ALTA E MIRADOUROS DE LORIGA
  Dias: 22 — 29
  LISBOA ..... 390$00 — PORTO ... 340$00
- ALMOÇO-PIQUENIQUE NA PENEDA-GERÊS
  Partida do Porto — Dias: 15 — 29
  PORTO ... 280$00

Folhetos e informações:
LISBOA — Estações de Lisboa-Rossio e St.ª Apolónia.
» — E. G. T. — Rua do Arsenal, 124.
PORTO — Estação de Porto-S. Bento.
Reservas rápidas — LISBOA T. 36 75 29
» » — PORTO T. 5 70 61

PROPRIEDADE
VENDE-SE COM 1.000 m2 E PEQUENA CASA NA RINCHOA — TRATA PELO Telef. 214282 ou 48629

GERAL

CONTRA A ONDA DE VIOLÊNCIA NO CHILE

Medidas urgentes da Comissão Internacional investigadora dos crimes da Junta Militar

O Gabinete de Relações Internacionais da Intersindical recebeu com o pedido de divulgação, a seguinte declaração da Comissão Internacional Investigadora dos Crimes da Junta Militar do Chile, intitulada «Basta de terror político no Chile»:

. — Com base nas informações da sua primeira sessão, celebrada em Helsínquia de 21 a 24 de Março último e da sessão extraordinária em Copenhague de 26 e 27 de Junho e com todas as outras informações recebidas posteriormente, a Comissão Internacional Investigadora dos Crimes da Junta Militar do Chile pede a atenção da opinião mundial perante a nova onda de terror político e de brutalidade que tem lugar no Chile.

Em 30 de Julho de 1974, o Tribunal Militar da Força Aérea pronunciou quatro penas de morte e bastantes sentenças pesadas contra um grupo numeroso de pessoas inocentes com total desconhecimento das normas legais. Os julgamentos políticos continuam. Em consequência disto, deu-se início ao julgamento de 73 membros do Partido Socialista, para que o procurador pede quatro penas de morte.

Em resultado da nova onda de detenção, estão neste momento detidos mais de 10 838 cidadãos chilenos, a maior parte em campos de concentração.

Muitos dos dirigentes do Governo de Salvador Allende e dos Partidos da Unidade Popular permanecem presos arbitrariamente. As torturas e outros actos de violência provocaram a morte ou a incapacidade física a grande número de presos.

Dado que a Junta Militar continua na intenção de ocultar a natureza e a dimensão do terror político que desencadeou, existem motivos para temer que ela busca propositadamente a morte de dirigentes políticos, criando para isso condições desumanas nas prisões.

— A Comissão Internacional, expressando a vontade da opinião mundial para que cesse o terror político no Chile, formula as seguintes exigências mínimas que a Junta Militar deve cumprir imediatamente:

. — Anular todas as condenações à morte.

— Libertar incondicionalmente todos os presos políticos. A prolongada detenção dos dirigentes, membros do Governo e dos partidos da Unidade Popular, sem a formulação de culpa e sem lhe proporcionar defesa, constitui uma violação das leis constitucionais.

— Pôr fim à interpretação e aplicação contrárias ao sentido dos artigos 418 e 419 do Código de Justiça Militar, em virtude do qual se considera inimigo nacional, o Governo Constitucional do Presidente Salvador Allende. Perante isso, chama-se aos democratas chilenos nos tribunais militares «traidores» e condena-os por este delito, em conformidade com os artigos 245, n.° 1 e 274.

Intervir nos processos já iniciados, assim como pôr em liberdade as pessoas condenadas por conselhos de guerra, fazendo uso das faculdades do mando militar para revogar ou modificar as sentenças dos tribunais militares (artigo 74 e 75 do Código de Justiça Militar).

— Pôr fim ao estado de sítio e ao estado de guerra interna, inconstitucionalmente declarados e, consequentemente, derrogar os decretos da Junta N.°s 3 e 5 de 18 de Setembro de 1973, assim como o Decreto N.° 13, de 20 de Setembro de 1973.

— Pôr fim a toda actuação dos conselhos de guerra. A jurisdição de tempo de guerra foi implantada pela Junta, em contravenção do Art.° 72 da Constituição do Chile e sem se verificarem as condições previstas pelo Código de Justiça Militar (artigo 73) e a Lei n.° 12 927, de 6 de Agosto de 1958 sobre a Segurança do Estado (artigo 35).

— essar toda a detenção arbitrária e injustificada. Não se deve impedir que a Corte Suprema e as Cortes de Apelações possam levar a cabo, a pedido dos presos, seus familiares ou defensores, tanto de organismos nacionais como internacionais, a comprovação dos fundamentos do arresto e as condições da reclusão. O procedimento de Habeas Corpus (Recurso de Amparo) deve aplicar-se a todos os casos de detenção e encarceramente, incluindo os efectuados por organismos militares e do serviço de inteligência.

— Assegurar um tratamento humano aos presos políticos, dando, em particular, cumprimento às disposições contidas na Declaração Universal dos Direitos Humanos (art. 7) sobre a inadmissibilidade de aplicar torturas, trato ou castigo desumano ou vexatório da dignidade. Dar hospitalização e adequada atenção médica a todos os detidos, cujas condições de saúde assim o exijam.

Garantir o livre acesso aos lugares de reclusão de representantes do Secretariado Geral da O.N.U., da Comissão da O.N.U. para os Direitos Humanos e de outras organizações intergovernamentais e não governamentais, com o fim de comprovar os fundamentos da detenção e encarceramento, clusão, outorgando permissão a representantes da Cruz Vermelha Internacional para inspeccionar o tratamento dado aos presos.

A Comissão Internacional crê que as medidas expostas são apenas as mais urgentes para salvar a vida de pessoas inocentes e impedir novos crimes da Junta Militar do Chile.

Ao mesmo tempo a Comissão reafirma a resolução da sua sessão extraordinária de Copenhaga:

; Se a Junta deu início ao julgamento dos dirigentes da Unidade Popular e funcionários do Governo de Allende, não levando em conta as diligências da opinião pública do mundo no sentido da sua imediata libertação, a Comissão levará a efeito juízos paralelos de carácter internacional.

O Secretariado da Comissão realiza para isso as consultas e os preparativos que sejam necessários.

A Comissão levará estas diligências ao conhecimento da Junta Militar do Chile.

A Comissão chama a apoiá-las todas as pessoas e organizações que se guiam por princípios humanos e estejam dispostas a colaborar no estabelecimento da democracia e do império da lei no Chile».

ETIÓPIA:

«The Times»/«DL»

Exército à procura de políticos

Na Etiópia, com geral surpresa, a Comissão das Forças Armadas convocou Michael Imru, outro político, para substituir Endalkashew Makonnen, que os soldados consideram, após cinco meses de actuação, ter falhado redondamente no restabelecimento da estabilidade económica do País e no estabelecimento da lista de reformas que a Comissão defendeu publicamente.

Imru terá de dirigir o país (tanto quanto possível) com os oficiais à perna e a administrar mal os ministérios que controlam. Trata-se de um homem capaz, aceite pelos militares porque foi relegado sempre para lugares de menor importância ou simplesmente mantido afastado pelo ciúme do imperador ou dos seus ministros. Imru favorece certamente a abolição prometida das instituições e práticas feudais. Pode mesmo aprovar a investigação dos registos das contas dos funcionários, ministros e oficiais do exército de alta patente (incluindo um antigo primeiro-ministro, Habte Wold, e um antigo ministro da defesa, general Abede) que se encontram actualmente detidos e acusados de corrupção e de terem «levado a Etiópia à sua actual situação miserável e vergonhosa». Porém, sem mais recursos nem apoio administrativo do que os seus antecessores, Imru foi chamado a fazer um trabalho que os militares não conseguem fazer.

Embora tenham dirigido o país durante meses, os oficiais mostraram ser incapazes de se ajustarem aos pormenores precisos mas essenciais da sua prometida nova constituição democrática, ou mesmo para explicar exactamente o que pretendem dizer com a sua reivindicação para «terminar com algumas das crenças tradcionais e costumes da Igreja». Não apareceu nenhum chefe aceite por todo o exército. O exército permanece, portanto, dividido, o que reflecte as divisões provinciais e tribais do país que se transformaram perseverantemente em feudos pessoais ou familiares pelos métodos políticos do imperador.

Há apenas um denominador comum básico que é fornecido pelo largo número de descontentes constituído pelos oficiais de menor patente e por outros. A libertação dos oficiais da Força Aérea (que queriam bombardear o palácio) sugere que o radicalismo dos jovens é (como eco de Portugal) a verdadeira corrente que se encontra por detrás da Comissão das Forças Armadas, e de que a Força Aérea (em larga medida treinada no estrangeiro) é a mais radical e modernizada de todas as forças. Cabeças mais velhas e sensatas agiram por forma a manter o imperador como chefe do Estado, dado que ele é, ainda o único facto unificador entre as massas tribais, e a reprimir o anarquismo estudantil.

As incertezas da chefia são compostas pelo secessionismo. A mais grave de todas as ameaças é o Movimento de Libertação da Eritreia, no qual o debate interno sobre a independência contra o federalismo (advogado por alguns maoístas da Eritreia, como sendo o melhor caminho para levar o comunismo a todo o país e a única maneira de terminar com o sistema existente da grande propriedade terrena) foi finalmente resolvida (com derramamento de sangue) a favor da independência do tipo árabe. Bem armadas, apoiadas pelos árabes e pelo dinheiro comunista, as guerrilhas da Eritreia constituem um permanente desafio para o Estado etíope (bem como destroem a até agora relativamente rendosa ecnonomia da Eritreia). Todavia, sinistramente, os povos do Tigre, Gondar e Shoa, e acima de tudo o povo Galla, estão a tomar nota da propaganda anti-Amhara do Movimento de Libertação da Eritreia.

Com as esperanças perdidas quanto a um acordo com a Eritreia, o exército está, também, cada vez mais preocupado com a crescente ameaça que vem da Somália, onde os anos de treino e rearmamento sob a direcção dos russos, juntamente com uma sensação de confiança gerada pela descoberta de petróleo, fez reviver o movimento para uma Somália maior. Este, evidentemente, está dirigido directamente contra o Quénia e contra os franceses em Djibuti, porém, mobiliza, talvez, um terço do exército nas fronteiras com a Somália.

Existem formidáveis problemas para Imru. O Parlamento está ainda largamente nas mãos dos proprietários de terras e o Senado ainda é composto pelos amigos do imperador (embora se tenha isolado pessoalmente dos seus adeptos e defensores feudais aristocráticos). Para organizar novas eleições será difícil enquanto o exército não puder estabelecer a Constituição que quer. Os julgamentos por corrupção revelarão simplesmente um estado caótico. A verdade é que movimentar um país que ainda está meio submerso no Século XVII para o trazer até ao Século XX, já no seu fim, é algo que não pode ser feito em poucos meses. Imru tem todas as condições à sua volta para vir a desapontar os ardentes mas ignorantes jovens oficiais que tudo esperam dele.

REGIME CEREALÍFERO

Esclarecimento sobre a política de preços

A Secretaria de Estado do Abastecimento e Preços elaborou uma nota de esclarecimento sobre o ajustamento de preços relativos ao regime cerealífero, salientando as precauções havidas para não sobrecarregar exageradamente o consumidor.

Assim, quanto à lavoura, actualizaram-se os preços dos cereais, dentro de uma política semelhante à da C. E. E., por forma a facilitar a rotação das culturas e o melhor aproveitamento das explorações agrícolas; aproximaram-se os preços dos seus custos reais e suprimiram-se os descontos anteriormente feitos, o que corresponde a uma efectiva melhoria de preços; e reduziu-se o montante de subsídios concedidos pelo Fundo de Abastecimento de modo a possibilitar a sua intervenção em investimentos mais produtivos para a própria lavoura.

Relativamente à indústria de moagem, o aumento de taxa foi apenas de 36,2 por cento, enquanto o pretendido era da ordem dos 105 por cento; aboliu-se o sistema proteccionista das quotas de rateio que, entravando o desenvolvimento da indústria, permitiu situações de privilégio insustentáveis na actual política do Governo, etc. Além disso, os organismos corporativos do sector que sempre actuaram de forma particularmente rígida, serão extintos por um diploma a sair brevemente.

No que diz respeito à indústria de panificação, foi favorecida a taxa de panificação em relação aos formatos grandes, a fim de levar a indústria a promover o melhor fabrico destes formatos e o consumidor a dar-lhe a sua preferência. Não foi, no entanto, atribuída a taxa pretendida, por acarretar aumento de preço substancial, sobretudo no pão de formato pequeno (de maior consumo).

A indústria passou a ter a facilidade, há muito pretendida, de adquirir as farinhas livremente nas moagens que lhe ofereçam melhores condições de qualidade e preços.

Finalmente, a nota da Secretaria de Estado do Abastecimento e Preços chama a atenção do consumidor para o facto de o aumento de preço da carcaça de 50 gramas ser mais aparente do que real, visto que, anteriormente, nem sempre o pão tinha o peso exigido; para a vantagem da existência do pão formato grande, que poderá aliar uma melhor qualidade a maior poder de conservação e consumo mais económico; e para o facto de apesar dos aumentos, se ter limitado o preço de pão de segunda e das massas não contidas em embalagens de luxo e isso por ambos os produtos serem fabricados com farinhas fortemente subsidiadas).

INTITULARAM-SE PIDES PARA ATEMORIZAR

Quando ontem cerca das 17 horas, Augusto Nunes, um reformado de 55 anos, utilizava os urinóis públicos do Rossio, sentiu que lhe furtavam a carteira contendo cinco contos em dinheiro. Ainda tentou evitar que o acto se concretizasse, mas já era demasiado tarde: Silvério Gomes, o autor do golpe, já galgava dois a dois os degraus de acesso aos sanitários, e perdia-se pouco depois entre a multidão.

Foi então que Augusto gritou: **«Agarrem que é ladrão!»** Acorreram populares e, após movimentada perseguição o ousado carteirista acabou por ser detido já ao cimo da Rua do Carmo, de onde foi conduzido sob prisão para os calabouços do Governo Civil.

Horas mais tarde, já em sua casa, Augusto Nunes recebeu um telefonema anónimo, nestes termos: .. **Se enterraste o Silvério na Polícia, estás tramado com a gente. E olha que nós não somos para brincadeiras, pois somos agentes da PIDE na clandestinidade».**

Em pânico, Augusto pediu a protecção das autoridades.

GERAL

GUINÉ-BISSAU

RETIRADA DAS TROPAS ATÉ 31 DE OUTUBRO

Continuação da pág. 1

gem do alto relevo atribuído ao facto.

A declaração conjunta estabelece o cessar-fogo de direito, após se ter observado no próprio território o seu estabelecimento de facto, e institucionaliza a transmissão de poderes para o P.A.I.G.C.

O acordo foi assinado, pelo lado português, pelos ministros dr. Mário Soares e Almeida Santos e comandante Almeida d'Eça e major Hugo dos Santos, oficiais do M.F.A. Pelo P.A.I.G.C., subscreveram os componentes do Comité Executivo de Luta, tendo à frente o major Pedro Pires, vice-ministro da Defesa. Teve, também, papel preponderante o ministro argelino dos Negócios Estrangeiros, que esteve encarregado de acompanhar as conversações entre as duas partes, as queis se arrastaram por mais de três meses.

A PAZ PASSA POR CABO VERDE

No respeitante ao problema de Cabo Verde o pacto agora firmado, proclama novamente o direito do povo cabo-verdiano à autodeterminação e independência, sem se fixar qualquer data para tal, e dentro do respeito pelas resoluções da O.N.U. e tendo em consideração vontade expressa da O.U.A. No comunicado conjunto, que publicamos noutro local, reconhece-se também que a independência das ilhas de Cabo Verde representa «um facto necessário a uma paz duradoura e a uma cooperação sincera entre a República da Guiné-Bissau e a República Portuguesa».

Amilcar Cabral visto pelo pintor António Carmo

Amilcar Cabral, o grande líder do P.A.I.G.C. foi ontem emocionadamente recordado em Argel. Desta capital, e em transmissão para Lisboa, um camarada da Informação afirmava: «Mataram Amilcar Cabral, enterraram-no, mas semearam-no». Eis porque o recordamos também hoje, quando considerou no seu último discurso de desesperada a política do Governo colonial fascista de Marcelo Caetano:

«Perdem o seu tempo e fazem perder ingloriamente a vida dos jovens portugueses que enviam para a guerra. Praticarão ainda crimes contra as populações, tentarão destruir o Partido, farão actos de agressão contra países vizinhos. Tudo em vão. Porque nenhum crime, nenhuma força, nenhuma manobra ou demagogia dos criminosos agressores colonialistas portugueses poderá deter a marcha da História, a marcha irreversível do povo da Guiné e Cabo Verde para a independência.»

As palavras foram proferidas em Janeiro de 1973, aquando da mensagem de Ano Novo, e anunciavam em definitivo o nascimento da República da Guiné-Bissau. Amilcar Cabral está, pois, entre o povo guinéu e cabo-verdiano. Agora mais vivo que nunca.

A TAP continua em greve

Cerca de 2500 trabalhadores da manutenção da TAP continuam em greve, iniciada às 19 horas de ontem, precisamente três horas e meia depois de ter expirado o último prazo concedido ao Ministério do Trabalho e à Comissão Administrativa para responder satisfatoriamente ao caderno reivindicativo apresentado no dia 18.

Por esse motivo, todos os voos da companhia, e das estrangeiras assistidas por estes trabalhadores, à excepção dos que trazem as tropas de Bissau, se encontram suspensos. Efectivamente os metalúrgicos da TAP devem verificar todos os aviões antes da viagem, como garantia de segurança. Se, no entanto, o seu trabalho não paralisasse só por si o tráfego, a solidariedade dos trabalhadores dos outros sectores, que se manifestou logo após a decisão de greve tomada no plenário de ontem à tarde, permitiria que a sua forma de luta se desenrolasse consequentemente.

São os seguintes os pontos incluídos no caderno reivindicativo da Divisão de Manutenção e Engenharia:

«A TAP deverá respeitar o saneamento já feito pelos trabalhadores que abrange 12 pessoas; revisão de salários; um aumento salarial a ser feito de acordo com a fórmula seguinte: 16 000$00 menos vencimento base a dividir por quatro; que este aumento tenha efeitos retroactivos, a partir de 1 de Julho de 1974; a aplicação imediata [illegible] horários de trabalho já con[illegible]s no acordo colectivo em negociação; rápida investigação, [illegible]icação aos trabalhadores e julgamento dos criminosos dos actos de 12-7-73, castigo dos responsáveis pelos despedimentos efectuados até 25-4-74, com conhecimento aos trabalhadores e à Imprensa; a parte dos lucros respeitante ao ano de 1973, que cabe aos trabalhadores, deverá ser atribuída de forma equitativa; não reconhecimento e a não aceitação de despedimentos sem justa causa; que o posto médico esteja aberto durante as 24 horas, ininterruptamente, com garantia de clínico e permanência de uma ambulância.

Este caderno é independente do Acordo Colectivo de Trabalho cuja negociação está em curso, entre a Comissão Sindical que representa os trabalhadores de todos os sectores da companhia e a Comissão Administrativa, no âmbito do Ministério do Trabalho.

Efectivamente, os metalúrgicos reivindicam a autonomia da sua luta, não permitindo «posições dirigistas, venham elas de que órgãos vierem, mesmo que esses órgãos se digam representantes dos trabalhadores», segundo afirmam num comunicado distribuído no dia 18. Esta posição segue-se a uma crítica à actuação da Comissão Administrativa, a quem acusam do «impasse nas negociações do «acordo» e à Comissão Sindical com interesses bem diferentes da classe (...) não têm vindo a tomar posições correctas face às manobras da Comissão Administrativa», tendo, pelo contrário, «tentado travar as justas reivindicações que os trabalhadores da manutenção vêm avançando».

A autonomia dos metalúrgicos baseia-se, por outro lado, no facto de na companhia, segundo o mesmo comunicado, os ordenados irem desde 5050$00 a 52 650$00, o que revela «existirem nos TAP classes com interesses bem opostos e que a união sempre tão apregoada só será possível entre aqueles que sofrem na pele os mesmos problemas».

Entretanto, após ter tentado em vão dissuadir os trabalhadores de seguirem com a decisão da greve, o ministro do Trabalho anunciou, depois de uma reunião de negociações a que os metalúrgicos assistiram como observadores até às 15 horas, que durante ela tinham sido avançados vários pontos do Acordo Colectivo de Trabalho.

A libra mantém-se forte

Continuação da pág. 10

das que adoptou reduzirão o ritmo da subida dos preços no consumidor em 1 1/2 por cento.

Entretanto a libra mantêm-se forte e a Grã-Bretanha não tem qualquer dificuldade em financiar, através de pedidos de empréstimo. A sua balança de pagamentos, mesmo se durante o segundo trimestre o défice da conta corrente corresse ao ritmo anual de $10 000 milhões. A linha de crédito iraniana de $ 1 milhão e 200 mil, anunciada em 22 de Julho, foi muito bem aceite pelas companhias britânicas.

Mas o Governo Britânico conseguiu anunciar que não tinham tocado nem os $2500 milhões do empréstimo do Eurodolar, que Mr. Healey anunciou com o seu primeiro orçamento, nem nos $ 1 000 milhões de linha de troca da Reserva Federal, que foi para o Fundo Monetário Internacional para levantamentos. Com os organismos públicos ainda capazes de obter empréstimos no Euromercado e com o aumento dos fundos do petróleo em Londres, as reservas oficiais britânicas, no final de Julho, ainda se encontravam ao nível de $ 6680 milhões, confortavelmente acima do nível a que se encontravam na primeira parte do ano.

NOTA OFICIOSA

RECONHECIMENTO DA GUINÉ-BISSAU

Recebemos ontem do Ministério dos Negócios Estrangeiros a seguinte nota oficiosa:

Foi assinado hoje, em Argel, um protocolo de cessar-fogo entre a delegação do Governo Português, composta pelos ministros da Coordenação Interterritorial e dos Negócios Estrangeiros, drs. Almeida Santos e Mário Soares, e, pelos srs. capitão-de-mar-e-guerra Almeida de Eça e major Hugo dos Santos, e a delegação do P.A.I.G.C., chefiada pelo comandante Pedro Pires.

Nos termos deste protocolo, ficou estabelecido «de jure» o cessar-fogo que existia já, «de facto», depois do encontro de Dakar, entre o dr. Mário Soares e o sr. Aristides Pereira, secretário-geral do P.A.I.G.C.

«Ficou igualmente acordado que Portugal reconhecerá, no próximo dia 10 de Setembro, a República da Guiné-Bissau. O Presidente da República, general António de Spínola, procederá, nessa data, e de acordo com a lei constitucional, ao reconhecimento da República da Guiné-Bissau, acto histórico que assinalará o primeiro marco no processo da descolonização.

Foi ainda decidido que, uma vez feito o reconhecimento, se procederá à troca imediata de embaixadores entre a República Portuguesa e a República da Guiné-Bissau.

No decurso das conversações, foram também abordados os termos em que poderá vir a ser estabelecida a futura cooperação entre a República Portuguesa e a República da Guiné-Bissau.»

Direito de Cabo Verde à independência

ARGEL, 27 (FP/DL) Após a assinatura do acordo entre Portugal e o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde, foi tornada pública a histórica declaração conjunta de ambas as partes, que passamos a transcrever:

«Reunidas em Argel, aos vinte e seis dias do mês de Agosto do ano de mil novecentos e setenta e quatro, as delegações do Governo português e do P.A.I.G.C. na sequência de negociações bilaterais anteriormente realizadas, em ambiente de grande cordialidade, em Londres e em Argel, anunciam ter chegado a acordo completo.

«Desse acordo destacam desde já, e em síntese, os pontos seguintes:

«1 — O reconhecimento «de jure» da República da Guiné-Bissau, como Estado soberano, pelo Estado português, terá lugar no dia 10 de Setembro de 1974.

«2 — O cessar-fogo mutuamente observado «de facto» em todo o território da República da Guiné-Bissáu, pelas forças de terra, mar e ar das duas partes converte-se, automaticamente, a partir desta data, em cessar-fogo «de jure».

«3 — As duas delegações acordaram em que as Forças Armadas portugueses se retirarão totalmente do território da República da Guiné-Bissau até ao dia 31 de Outubro de 1974.

TROCA DE EMBAIXADORES

«4 — As duas delegações acordaram igualmente que o Estado português e a República da Guiné-Bissau estabeleça ou desenvolvam relações de cooperação activa, nomeadamente nos domínios económico, financeiro, cultural e técnico, numa base de independência, respeito mutuo, igualdade, reciprocidade de interesses, e de relações harmoniosas entre os cidadãos das duas Repúblicas.

«Para esse efeito, as duas delegações acordaram em que o Estado português e a República da Guiné-Bissau estabeleçam relações diplomáticas ao nível de embaixador após o reconhecimento «de jure» por Portugal da República da Guiné-Bissau e celebrem, no mais curto prazo, acordos que concretizarão as novas relações entre os dois países.

«5 — A delegação portuguesa, em nome do seu Governo, reafirma o direito do povo de Cabo Verde à autodeterminação e independência e garante a efectivação desse direito de acordo com as resoluções pertinentes da Organização das Nações Unidas, tendo também em conta a vontade expressa da Organização da Unidade Africana.

CABO VERDE

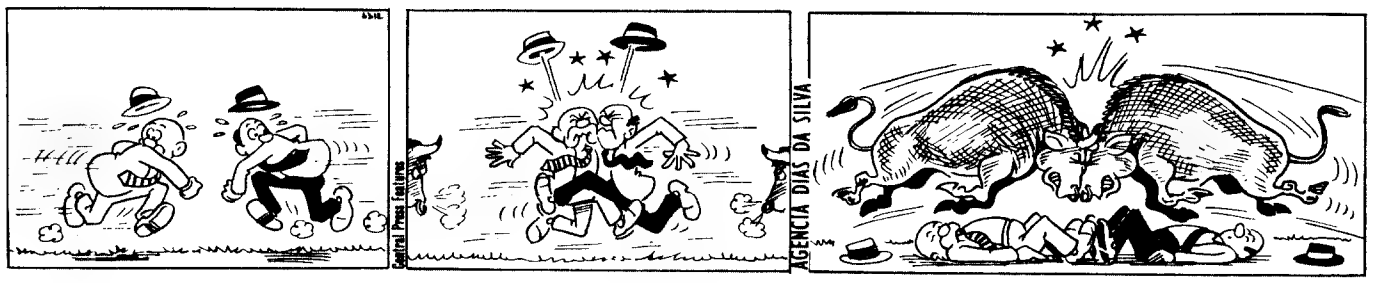
«6 — As duas partes consideram que o acesso de Cabo Verde à independência, no quadro geral da descolonização dos territórios africanos sob dominação portuguesa, constitui factor necessário para uma paz duradoura e uma cooperação sincera entre a República da Guiné-Bissau e a República portuguesa.

«7 — Lembrando a resolução do Conselho de Segurança, que recomenta a admissão da República da Guiné-Bissau na Organização das Nações Unidas, a delegação do P.A.I.G.C. regista com satisfação os esforços diplomáticos significativos feitos nessa ocasião pelo Governo português, os quais estão em perfeita harmonia com o espírito de boa vontade que anima ambas as partes.

«8 — As duas delegações exprimem a sua satisfação por terem podido levar a bom termo as negociações que tornaram possível o fim da guerra de que foi responsável o deposto regime português, e abriram perspectivas para uma frutuosa e fraterna cooperação entre os respectivos países e povos.

«A delegação do Governo português: Mário Soares, ministro dos Negócios Estrangeiros; António de Almeida Santos, ministro da Coordenação Interterritorial; Vicente Almeida D'Eça, capitão de mar-e-guerra; Hugo Manuel Rodrigues dos Santos, major de Infantaria.

Delegação do Comité Executivo da Luta (C.E.L.) do P.A.I.G.C.: Pedro Pires, membro do C.E.L. e comandante; Umaru Djalo, membro do C.E.L. e comandante; José Araújo, membro do C.E.L.; Otto Schacht, membro do C.E.L.; Lúcio Soares, membro do C.E.L. e comandante; Luís Oliveira Sanca, embaixador.»



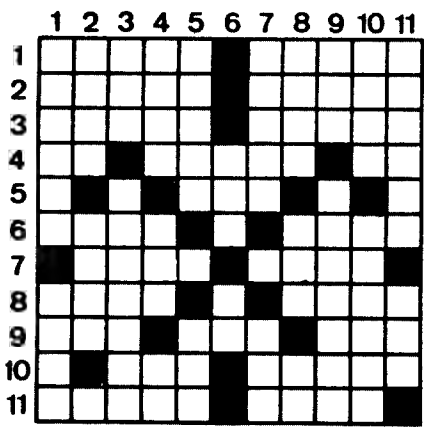
palavras cruzadas

COM PROVÉRBIO

PROBLEMA N.º 10871

HORIZONTAIS

1 Efemina. Canção de barqueiros.
2 Errar. Asa de brinco ou de arrecada (Açores)
3 Atrai. Rompe.
4 Nota musical. Amuralho. Sufixo que designa estado.
5 Espaço de doze meses.
6 Instrumento para atirar setas. Artigo definido. Chiada.
7 Cubro de lodo. Mais mal.
8 Apre! Vãos.
9 Madeira. Eia! Pega.
10 Força (fig.). Enguias.
11 Invulgares. Esteiros.



VERTICAIS

1 Desvia. Paixão
2 Está obrigado a. Zombara
3 Albino. Despertar.
4 Nome de fruto. Composição poética. Cobalto (s. q.).
5 Cerca de arames isolados.
6 Organização das Nações Unidas (inv.). Pronome pessoal
7 Argila. Estar.
8 Jarro (planta). Remo. para trás. Segundo
9 Troças. Planeara
10 Ignorante. Furiosos.
11 Aumenta. Sadias.

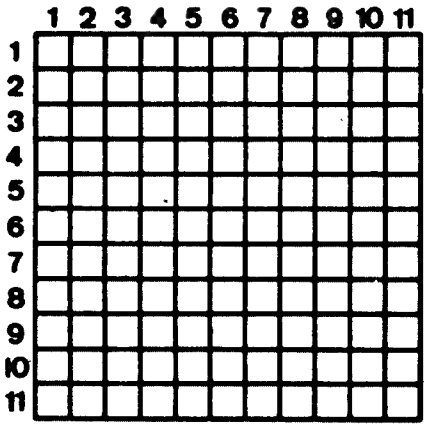
Resolveu completamente este problema?
Procure agora em segundo passatempo o PROVÉRBIO nele inscrito.

NOVA MODALIDADE

PROBLEMA N.º 7029

HORIZONTAIS

1 Risca. Mercado.
2 Ilha do Pequeno Belt. Estimar.
3 Ligue. Preposição. Fileira.
4 Avarento. Vagueiam.
5 Posto emissor sonoro. Pai do marido em relação à esposa.
6 Carta de jogar. O lado do vento.
7 Aqui. Cento e um em romano. Oferece. Letra grega.
8 Antecipareis.
9 Filtrar. Soluça.
10 Aparência. O mais. Roçar.
11 Quinhentas folhas. Pega.



VERTICIAS

1 Assolar. Apanhar.
2 Fúria. Venere.
3 Amalucada. Seguia.
4 Cobalto (s.q.). Eliminaram.
5 Filtro. Prefixo de negação. Nota musical.
6 Solitário. Tálio (s.q.).
7 Espaço de trinta dias. Quinto filho de Jacob. Batráquio.
8 Radio (s.q.). Rebolarias
9 Desagradável. Acto ou efeito de empar.
10 Guardar segredo. Beberrão (pop.)
11 Guarneço de arames. Rio de França.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 10870

HORIZONTAIS:

1 CONVERSA DE.
2 Rosaras. Mal.
3 Lás Pata.
4 Som. Coçai.
5 Trás. Para.
6 Rã. Amara.
7 AMIGO. Tias
8 Atora. Soe
9 Rita. Moa. Sm.
10 Ara PERDA.
11 DE. Meloa. Dó.

VERTICAIS:

1 Crista. Arad
2 Oó. Or. Atire.
3 N. S. Marmota.
4 Val. Saira.
5 Eram Ga. Pê
6 Rãs. Pão. Mel.
7 SS Cam. Coro.
8 Poras. Ada
9 Maçaras
10 Data. Aios
11 Elais TEMPO

Provérbio: CONVERSA DE AMIGO PERDA DE TEMPO.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 7028

HORIZONTAIS:

1 Segor Amiga.
2 Ares. Aoro.
3 Rodamos
4 Os Solas Ro.
5 III. Tar. Ce
6 Om. Ta. Alapa
7 Sura. Oder
8 Le. ANI. Al
9 Ma. Criva. Ab
10 Arola. Aviva
11 Lara. Amar

VERTICAIS:

1 Saloios. Mal.
2 Er. Simulara.
3 Ger. Re Or.
4 Osos Ta. Clã
5 Dota. Ara
6 Bala. ANI
7 Marú Ivã.
8 Mãos. Ló. AVa
9 Ios. Cada Im.
10 Gr Repelava.
11 Aoto. Ar. Bar.

os Kolans

DESPORTOS

INÍCIO NO PORTO

. Amanhã, disputam-se os jogos referentes à segunda jornada do «Torneio Início», promovido pela Associação de Futebol do Porto. Na primeira tarde da prova, verificaram-se os seguintes desfechos: Varzim, 2-Vilanovense, 0 e Boavista, 2-Salgueiros, 2. Eis a constituição das várias equipas:

VARZIM — Freitas; Basílio (Vitorino), Quim, Artur e Lima Pereira; Álvaro, Rubens e Augusto; Jarbas, Marques e João.

VILANOVENSE — Maravalhas; Alfredo, Álvaro, Mário e Ribeiro (Albano); Quim Zé, Maia e Gomes; Mota, Bandeira (António José) e Leite.

BOAVISTA — Vítor Cabral; Acácio (Rufino), Carolino (ex-Montijo), Amândio e Trindade; Celso, Alves e Tai, Francisco Mário (ex-Montijo), Salvador e Praia.

SALGUEIROS — Pedro (ex-Lourosa); Jorge Braga, «cap.», Hélder (ex-Leça), e Iri (ex-Famalicão); Mendes, Elvino e Fernando; Teixeira (ex-Lourosa), Serrão e Reis.

. Desfechos dos jogos de ontem: Penafiel, 3-Paços de Ferreira e F. C. Porto, 2-Leixões, 0.

Vilanovense-Varzim: os pupilos de Virgílio Mendes (Varzim) ao ataque

Boavista-Salgueiros: remate do brasileiro Salvador

NÓS, OS PALHAÇOS DE FEIRA

. Os espanhóis pelam-se por gozar à nossa custa. Antigamente, mesmo quando tudo eram rosas e oratórias nos abraçinhos entre as duas políticas, a coisa começou a tremer: eles não vinham até cá, a menos que tivessem a quase certeza de discutir em boas condições qualquer resultado desportivo. Daí que as suas visitas se tornassem tão esporádicas que sómente em andebol, em hóquei e no hipismo (mesmo assim de tempos a tempos) viamos por estas bandas os nossos salerosos vizinhos.

Em contrapartida, brincavam com a gente portas adentro. Contratavam qualquer grupo de segundo plano ou qualquer «team» de meia-tijela e trás: à custa dos pobres de Cristo, malhavam-nos como em centeio verde, ficando muito vaidosos por, nos torneios de Melilla ou do Rayo Vallecano, terem atirado por terra clubes da primeira divisão do futebol português. Sucedeu isso com tanta frequência que, a certa altura, os bombos de qualquer festança espanhola eram os clubes portugueses que, coitadinhos, por meia dúzia de pesetas apanhavam pancada de criar bicho, e voltavam de monco caído ao pátrio lar.

Pensávamos que, a exemplo do que sucede em quase todo o Mundo, um organismo abalizado como é a Direcção-Geral dos Desportos ou a Federação de Futebol, acabaria, mais tarde ou mais cedo, por interferir no assunto, proibindo (pura e simplesmente) as digressões de clubes portugueses aos cotejos com emblemas sem a mais pequena expressividade, porque só teriam a perder e nada a lucrar: um êxito nada acrescenta ao nosso «palmarés» e o mais pequeno desaire serve de gáudo aos oponentes.

Mas, não há meio de se colocar um travão na insensatez lusitana de abalar por aí fora de cabeça no ar, à aventura. E assistimos, então, à continuidade do mesmo estado de coisas: um campeão nacional a ser goleado por «teams» de franquíssimo gabarito, um companheiro sem treinos a apanhar na cara com um Granada sem cotação, olhanenses transformados em marionetas, toda a gente a divertir-se à custa dos portugueses. Melhor dizendo: dos dirigentes do nosso burgo, que, para encontrarem uns cobres que vão depois despediçar na compra de brasileiros e de supertécnicos infalíveis, sujeitam a figuras ridículas os emblemas de que são mandatários.

Num desporto novo, mas onde ainda não vislumbrámos a mais pequena centelha de movimentação, até quando poderá durar o caos, o deixar-andar, o «dolce farniente» de quem quer apenas ir a umas patuscadas e, no fim do mês, passar pela tribuna da sua vaidade?

NEVES DE SOUSA

SOBRE FUTEBOL

Treinadores já têm sindicato a sério

. Com a presença de 37 votantes, elegeu-se ontem a nova direcção do Sindicato de Treinadores, que passa a englobar os nomes que indicamos juntamente com a votação recolhida:

. ASSEMBLEIA GERAL: presidente — Júlio Pereira (Juca), 37 votos; vice-presidente — Fernando Cabrita, 37 votos; 1.º secretário, Álvaro Inácio, 37 votos; 2.º secretário, Nelo Barros, 37 votos; vogal, Pedro Silva, 37 votos.

DIRECÇÃO: presidente — Carlos Silva, 35 votos; vice-presidente, Mário Wilson, 36 votos; tesoureiro, Amâncio Nogueira, 34 votos; secretário-geral, Francisco Andrade, 36 votos; 2.º secretário, Mário Morais, 32 votos; 1.os vogais, José Augusto 37 votos, Peres Bandeira, 37 votos.

CONSELHO FISCAL: — presidente, Artur Baeta, 35 votos; vice-presidente, Fernando Caiado, 37 votos; 1.º secretário, António Peres, 37 votos; 2.º secretário, Eduardo Melo, 37 votos; vogal, Oscar Marques, 37 votos.

COIMBRA

No salão conimbricense da F.N.A.T. efectua-se amanhã, pelas 21 e 30, uma assembleia geral dos associados do União de Coimbra, para se abordarem problemas como o programa de trabalho para a próxima temporada, o «plantel» de jogadores profissionais e, ainda, para uma análise à situação económica da colectividade.

ATLÉTICO

Nova gerência alcantarense ontem eleita, para dirigir o clube por dois anos:

. ASSEMBLEIA GERAL: dr. José Ilídio Mendes (presidente), Alberto Leitão (1.º secretário) e João A. Fernandes (2.º secretário).

CONSELHO FISCAL: brig. José Henrique de Sousa (presidente); dr. Luís Torres de Carvalho (secretário); e cor. Luís Soares de Oliveira (relator).

DIRECÇÃO: Rui Duarte Severino (presidente); Alcínio Fernandes Raposo (vice-presidente administrativo); José Paulo Medeiros (vice-presidente desportivo); Henrique Ventura Henriques (tesoureiro); Júlio Marques (tesoureiro adjunto); Ventura Lima de Almeida (secretário-geral); Carlos Santos Fernandes (secretário-geral adjunto); Franklin Miranda Eichamann (relações exteriores); Artur Carreta Louro (serviços clínicos); Agostinho Pereira Gil (departamento futebol senior); Luís Ribeiro Mendes (departamento futebol juvenil); Horácio Marques de Carvalho, João Guilherme Martins, José António Melo, Mário Fernando Delfino Estêvão, Francisco Ferreira de Abreu, Fernando Martins Dias Simões (vogais); João Ferreira Jerónimo e Alda Lopes de Sousa (delegados à F.P. das C. Cultura e Recreio).

Os sócios do Atlético concordaram em pagar um bilhete extra (no valor de 7$50) em cada jogo que o seu clube realizar na Tapadinha. Outra inovação no grémio de Alcantara: mudança de equipamento para camisola com riscas verticais azuis e amarelas.

SETÚBAL

Dirigida por Fernando Salgueiro, partiu ontem para Valladolid (Espanha) a embaixada futebolística do Vitória de Setúbal que naquela cidade vai participar num torneio que envolve também o Granada, o grupo local e a turma russa do Dinamo de Kiev. Seguiram o treinador José Augusto, o massagista José Lima e os seguintes jogadores: Joaquim Tores, José Lino, Cardoso, José Mendes, Rebelo, Matine, José Maria, Octávio, Duda, Jacinto João, José Torres, Vaz, Bio, Carriço, Câmpora, Vicente e César.

"RECORDS" DE NATAÇÃO

A adolescente australiana Jenny Turrall bateu o seu próprio recorde mundial feminino dos 1 500 metros livres e Tim Shaw, um rapaz norte-americano de 17 anos, pulverizou a marca mundial masculina para a mesma distância, que pertencia ao australiano Stephen Holland.

Durante as provas a contar para os campeonatos da União Nacional de Atletismo Amador, a decorrerem em Concord (Califórnia), «miss» Turrall percorreu os 1 500 metros em 16 minutos e 33,94 segundos, tempo inferior em mais de cinco segundos ao seu recorde mundial anterior de 16 m e 39,28 s, que obtivera no princípio deste mês, em Mission Viejo, também na Califórnia.

Shaw, do clube de natação de Long Beach, bateu o seu terceiro máximo mundial em quatro dias, durante o campeonato: Nadou os 1 500 metros em 15 minutos e 31,75 segundos, pulverizando o máximo mundial de Holland (de 15 m e 31,85 s) estabelecido, no ano, passado, durante os campeonatos mundiais, em Belgrado, na Jugoslávia.

Shaw fixaria (também) antes mais dois recordes mundiais para os 200 e 400 metros livres.

As remessas dos emigrantes

Continuação da pág 11

dinâmicos mas nem sempre bem orientados Fundos de Investimento estrangeiros, alguns dos quais tantos dissabores causaram aos seus subscritores, entre os quais se contam muitos portugueses emigrados e até, não emigrados!

A confiança dos emigrantes na banca portuguesa

11. Contribuiu-se ainda, grandemente, para que os emigrantes portugueses adquirissem uma total confiança nos bancos portugueses, confiança que hoje está a resistir tão admiravelmente aos factores negativos que a atingem.

Não é demais repetir que essa confiança se encontra firmemente estabelecida. Prova disso, são as muitas centenas de cartas que nos são dirigidas do estrangeiro pelos emigrantes, em que se recusam aceitar, sem que nós lhes tenhamos dado o nosso testemunho, as afirmações malévolas que lhes são dirigidas.

. Citaremos aqui, apenas dois exemplos.

— Um emigrante na Africa do Sul, pergunta a uma Agência nossa:

. «... desejaria que o sr. Lemos me desse qualquer informação caso o possa fazer e souber, pois fui informado por um amigo dr. que se encontra em Lisboa, para eu não mandar mais dinheiro para Portugal... pois não mandarei mais nenhum sem ter resposta sua.»

. A uma outra Agência nossa, escreve um emigrante em França, nestes termos: «No mês de Julho parto de férias e andando um boato dizendo que não se pode levantar dinheiro aí em Portugal, dos Bancos, e como eu pretendia mandar algum para fazer as minhas férias no meu País, pedia que me fosse explicado se de facto é verdade. Caso não possa mandar pelo Banco para levantar aí, tomarei outro caminho e não irei passar férias a Portugal.»

. Recebida a resposta da Agência em questão, escreve-nos de novo o mesmo emigrante e declara:

. «Muito grato pela vossa resposta que tanto interesse me causou, como a muitos portugueses que se encontram aqui. A vossa carta me fez sentir tão feliz, que já há 41 anos não lia umas palavras tão claras, nem tão bem esclarecidas, pelo motivo de se não poder falar. Vou passar as minhas férias a Portugal, sim, com muita alegria e visitar a bela organização desse banco... a vossa carta deu tanto interesse que mandei fazer cem fotocópias que todos os portugueses me pediam.»

. 12. A confiança dos emigrantes resistiu!

. A dos seus familiares que se encontram no País e que têm a faculdade de dispor do valor das ordens de transferência que regularmente recebem, e da poupança que se encontra acumulada na banca, tem de manter-se intacta, pois dela depende o apoio que a banca possa dar à economia nacional.

O entesouramento, isto é, o «dinheiro no baú» não serve a ninguém, mas prejudica a todos!

Esta é a nossa lembrança para os emigrantes que neste momento se encontram a gozar férias na sua Pátria.

— **Esta é a nossa homenagem a todos os trabalhadores portugueses que tiveram de buscar no estrangeiro o posto de trabalho a que legitimamente aspiravam e que o País poderá em breve oferecer-lhes.**

BANCO PINTO E SOTTO MAYOR

DESPORTOS

IMPUGNADO (LOGICAMENTE) O CONGRESSO FEDERATIVO DO FUTEBOL

Os Clubes de Lisboa não querem participar num Campeonato Nacional com 20 emblemas

. Era mais que esperado: perante toda a série de diatribes e de atitudes falsas como muitas palavras que foram (impensadamente?) proferidas, no Congresso da Federação de Futebol, levantou-se uma onda geral de indignação, que tem os pontos fulcrais sobre as afirmações (ante dezenas de testemunhas) dos delegados aveirense (eng. Eduardo Rodrigues) e portista (dr. Sardoeira Pinto), colocando especialmente em causa a honorabilidade dos relatores do comunicado dos clubes da primeira divisão tornado público oportunamente e jamais contestado por qualquer das colectividades interessadas no caso.

João Rocha: na reunião de ontem, a manutenção da palavra do Sporting contra qualquer ideia de participação em campeonato alargado

Ontem, os cinco clubes lisboetas do escalão superior reuniram-se e deliberaram, através de porta-vozes oficiais e devidamente credenciados. Dirigiu o encontro o eng. Alfredo Valverde (presidente da A.F.L.) e estiveram presentes os seguintes dirigentes: João Rocha (Sporting), dr. Osvaldo Branco (Benfica), João Espada (Belenenses), Mário Gonzaga Ribeiro (Oriental), José Paulo de Medeiros e Horácio Santos (Atlético). No final, foi elaborado pela Associação de Futebol de Lisboa o seguinte comunicado:

. «Os filiados da A.F.L., que participam no Campeonato Nacional da 1.ª Divisão, reunidos com a direcção da sua Associação, tomaram conhecimento do modo como decorreu a sessão extraordinária do Congresso da F.P.F., realizada no passado dia 24 de Agosto e resolveram por unanimidade aconselhar a direcção da A.F.L. a promover todas as diligências tidas por convenientes e necessárias que visem a salvaguarda dos seus soberanos e inalienáveis interesses, nomeadamente a impugnação das decisões do referido Congresso.»

. Por seu lado, é do seguinte teor o comunicado elaborado pelos clubes:

. «Admitindo, porém, que em novo Congresso que eventualmente possa vir a ser realizado, posição semelhante possa ser aprovada, os clubes aqui reunidos, na defesa daqueilo que entendem ser os seus legítimos interesses, e até os dos próprios atletas, desde já se comprometem a consultar as suas massas associativas auscultando-as no sentido da sua não participação no Campeonato Nacional da 1.ª Divisão. Sendo assim, uma nova prova surgiria no panorama desportivo nacional em moldes que oportunamente seriam estabelecidos.»

. Mais: é pedida à Federação, em documento rubricado por todos os presentes, a imediata anulação do veredicto do Congresso, do sorteio, e, portanto, da realização do campeonato que (lembra-se) graças a Deus também ainda não está homologado superiormente...

PROTESTO

Também o União de Coimbra protestou o Congresso, elaborando um documento que seguirá amanhã da sua Associação para a Federação.

ADIAMENTO

Mesmo que vá por diante o início do campeonato no dia 8 de Setembro, o Benfica adia para mais tarde o seu encontro da jornada inicial (previsto para se realizar com o F.C. Porto em virtude de ter compromissos no estrangeiro já de há muito firmados. O clube portuense concordou com o adiamento.

DESMENTIDO

Também contra as afirmações do dr. Sardoeira Pinto (Porto) e eng.º Eduardo Rodrigues (Aveiro) se levantam dois prestigiosos clubes: o Futebol Clube do Porto e o Boavista, que remeteram aos seus colegas lisboetas dois telegramas suficientemente esclarecedores. Eis os documentos:

. «Lamentamos impossibilidade estar presente. Aderimos diligências tendentes evitar alargamento Campeonato I Divisão. F. C. do Porto.»

. «Impossibilidade comparência somos no entanto contra alargamento I Divisão. Boavista Futebol Clube.»

. Parece-nos, assim, que para além de ser retirada qualquer confiança na Associação do Porto (ou exclusivamente no seu presidente) é colocada na balança a «garantia» dada no Congresso pelo dr. Sardoeira Pinto de que o F. C. Porto e o Boavista eram «absolutamente» pelo alargamento...

ÁRBITROS

Atitude mais que lógica, em face das declarações do presidente da Associação portista no Congresso: grande número de árbitros de futebol reuniram-se ontem na sede da Comissão Regional de Lisboa e, para além de terem enviado telegramas de indignado protesto ao director-geral dos Desportos e ao presidente da Federação (dr. Jorge Fagundes) deliberaram **não dirigir, enquanto o dr. Sardoeira Pinto se mantiver no seu cargo, qualquer jogo de futebol em que intervenham clubes filiados na Associação do Porto».** Para dar força oficial a este desiderato, os árbitros convocaram um plenário nacional para a noite de 5.ª feira, na sede da Associação de Futebol de Lisboa.

POSIÇÃO

Coerente com a posição assumida, Coimbra (pela voz do dr. Guilherme de Oliveira, declara publicamente:

. — **Estou em crer que as instâncias superiores vão tomar a peito este caso.**

Isso até pode surgir expontaneamente, pelo lado do Governo, já que a Direcção-Geral dos Desportos até teve a iniciativa de mandar uma carta-aviso, pedindo aos congressistas a maior calma na discussão da matéria e sugerindo que o alargamento não fosse votado. Ora, o Congresso não prestou atenção ao teor dessa carta. Bem pelo contrário, protestou energicamente. Mas, como opinião pessoal, sempre devo acrescentar que o Governo de um País tem, evidentemente, de integrar e articular todas as ideias vindas de organismos, que têm autonomia, ou não, nos interesses gerais do país. Acontece que todas as instituições, mesmo as do futebol, se integram nos quadros de relações do Estado. Logo, não podem ser consideradas instituições a viverem em regime anárquico.» (em «Record», edição de hoje).

SOLIDARIEDADE

O Clube Académico de Coimbra, pela boca do seu presidente (eng.º Júlio Couceiro) é igualmente contra o alargamento:

. — **O aumento é, simplesmente, imoral. No aspecto desportivo e, tendo conhecimento de causa dos prejuízos sofridos quando da passagem de 14 para 16 clubes, este agora meio-sancionado alargamento é ilógico, imoral e crítico para o futebol português.** («Record»).

BARREIRO

Outro dirigente no mesmo lado da barricada: o presidente cufista João Aranha. Ele declara:

. — **O Congresso, ou a decisão tomada pelo Congresso, não reflecte a vontade dos clubes.**

E acrescenta:

. — **A C.U.F. não era, nem é, favorável ao aumento de clubes na primeira divisão.**

COLIGAÇÃO

Sporting e Benfica vão mais longe. Afirma o dr. Nunes dos Santos, dirigente sportinguista:

— **O Congresso foi manobrado por uma caterva de indivíduos despudorados, vaidosos e incompetentes. A decisão que tomou apenas pode entusiasmar indigentes mentais e vai vibrar um golpe no futebol nacional, enquanto meia dúzia de tunantes, peritos em mascambilhas de profissionais da «vermelhinha», por aí dão ao rabo, saltitando de incontida satisfação** (Em «Record», de hoje).

Por seu turno, também o dirigente benfiquista dr. Osvaldo Branco afirma em «Record»:

. — **Os clubes terão de manter-se unidos no ponto de vista expresso da reunião da secretaria do Benfica e na qual acabaram por se pronunciar pelo não alargamento. Neste momento, dar o dito por não dito, é um contra-senso que todos os clubes, a todo o custo, devem evitar.**

IMPUGNAÇÃO

Concluindo: o Congresso foi impugnado por quatro Associações: Coimbra, Lisboa, Faro e Funchal. Nessa previsão, o Conselho Superior de Justiça (em documento assinado pelo presidente dr. Juiz Fernando Olavo Gouveia da Veiga) remeteu às quatro entidades o seguinte despacho:

. «Das deliberações do Congresso da Federação Portuguesa de Futebol, realizado em 24 do corrente mês, é possível que alguma das Associações venha a interpor recurso para este Conselho Superior e Justiça.

«Prevenindo essa hipótese e no uso da faculdade que me foi conferida pelo Despacho do Director-Geral dos Desportos, de 30 de Maio do corrente ano, determino:

. a) O prazo de interposição de recurso é de 3 dias, a contar da data da comunicação telegráfica deste despacho;

. b) As contestações e respostas serão apresentadas nos 3 dias posteriores à notificação telegráfica da interposição de recurso;

. c) As notificações serão feitas telegraficamente às entidades recorridas e presidente do Congresso, nas 24 horas imediatas à apresentação do requerimento de interposição do recurso neste Conselho;

d) Os preparos — de recurso, das respostas e para julgamento — são feitos no momento da entrega da petição (os de recurso e julgamento) e das respostas;

. e) As custas prováveis serão depositadas, por quem as dever prestar, ou no auto de interposição dos recursos ou no de apresentação das respostas».

«Comunique-se este despacho ao presidente da Federação e presidente do Congresso e telegraficamente a todas as Associações e seus legais representantes.

«Se houver recurso, juntar-se-à cópia deste despacho ao respectivo processo.»

Sabemos que a impugnação vai avante, pois representantes de diversas Associações (e não apenas das quatro que inicialemente estiveram na origem do movimento contestatário do veredicto do Congresso) estiveram já hoje reunidas, elaborando um documento que, ao fim da tarde, será tornado público e, simultaneamente, remetido às entidades competentes. Talvez (então) se proceda ao saneamento de certo sector de dirigismo «desportivo...»

Os grupos do Sporting e do Farense que vão disputar hoje a final do Torneio Internacional de Futebol do Algarve. Eis os «teams»: Alhinho, Paulo Rocha, Bastos, Carlos Pereira, Vagner, Manaca, Damas, Marinho, Valter Joaquim Rocha e Dé (Sporting) e Correia, Almeida, O Benje, Lampreia, Manuel José, Sério, Adelino, Manuel Fernandes, Almeida II e Mirobaldo (Far... Para hoje há jogadores em dúvida, por se encontrarem lesionados: Manuel Fernandes, Almeida II, Joaquim Rocha e Manaca

NACIONAL

Manobras da reacção no Distrito de Setúbal

Na reunião intercâmaras do distrito de Setúbal, duas das comissões administrativas que apresentaram informações por escrito, referiram-se às manobras da reacção verificadas nos respectivos concelhos.

Assim, a Comissão administrativa da Moita denunciou «uma tentativa de boicote por parte de alguns elementos extremistas e reaccionários que procuram desviar a tenção da população dos seus problemas reais», tentativa que foi ao ponto de provocar o encerramento de uma sessão da Câmara.

Em consequência do sucedido, foi determinado que os problemas locais seriam tratados com a Comissão do Lugar, que futuramente passaria a reunir periodicamente, em conjunto com todas as Comissões do Concelho, a fim de se discutir da prioridade de actuação sobre os problemas mais prementes que afectam cada lugar.

A Câmara Municipal de Santiago do Cacém, depois de referir o prejuízo que está a causar nas actividades administrativas das dez freguesias do concelho, Comissões Administrativas relatou que nas freguesias rurais do conselho notou o aparecimento de gupos de jovens de ambos os sexos, não conhecidos na região, promovendo a venda do jornal «A Verdade», que cediam gratuitamente, se o abordado não comprava. A informação da Comissão Administrativa de Santiago de Cacém acrescenta ainda que esses grupos «lançam uma campanha de descrédito a diversos membros do Governo, como Mário Soares e Álvaro Cunhal e elogiam Caetano», bem como «incitam os trabalhadores à greve e a reivindicações incomportáveis».

Na mesma reunião, foi apresentada uma proposta da Comissão Administrativa de Almada em que se pedia o apoio da R.I.C. a uma moção apresentada numa reunião anterior da Comissão Administrativa de Almada, moção que exigia o julgamento público dos PIDES e inquéritos aos responsáveis pela situação propícia ao motim e pela violenta carga da P.S.P. contra milhares de pessoas concentradas junto à Penitenciária. Preconizava-se ainda na proposta um inquérito idêntico relativamente aos acontecimentos do Rossio, em que perdeu a vida o militante da C.D.E. Vitor Bernardes e várias pessoas ficaram feridas. A R.I.C. aprovou esta proposta por unanimidade.

Protesto do P.C.P. contra a explosão em Lavra

Fernando Costa e Zeferino Martinho, elementos da comissão administrativa da Junta de Freguesia de Lavra (Matosinhos), onde rebentou um engenho de fraca potência, no fim da noite de sábado, quando ali decorria uma reunião de democratas, avistaram-se ontem, juntamente com Artur Magalhães do Movimento Democrático que os acompanhou com o oficial encarregado dos assuntos civis, tenente-coronel Soares, a quem relataram os acontecimentos e pediram medidas urgentes; posteriormente, encontraram-se com o secretário do Governo Civil, dr. Januário Nunes, com o mesmo objectivo tendo este ficado de procurar acelerar o andamento do importante assunto, através da comissão administrativa da Câmara de Matosinhos e, depois, junto do ministério da Administração Interna.

Entretanto, o Partido Comunista distribuiu um comunicado de protesto contra a reacção e de incitamento ao povo de Matosinhos, para uma vigilância popular. Lê-se em dada altura:

«Os acontecimentos como este merecem uma séria reflexão e estudo. A comissão Concelhia de Matosinhos do P. C. P. afirma que estes actos (como aliás toda a actividade da reacção só foram possíveis por não terem ainda sido tomadas as medidas de saneamento que se impõem, nem ter sido dada uma resposta ás aspirações das populações quando estas propõem aos democratas da sua confiança para estarem á frente das instituições locais, como o caso de Lavra. Hesitações e demoras neste capítulo só favorecem os desígnios da reacção que, tomando-as como sinal de debilidade do processo de democratização, se atrevem a levantar cada vez mais ousadamente a cabeça.

Entende necessário a Comissão Concelhia de Matosinhos do P. C. P.: que se abra rigoroso inquérito tendente a localizar os autores e inspiradores de tal acção. Que os responsáveis e instigadores deste criminoso acto sejam julgados e severamente punidos como reaccionários, terroristas e provocadores da ordem democrática, que se avance rápidamente para medidas eficientes de saneamento das autarquias locais, dando posse imediatamente ás comissões já escolhidas pelo povo. A Comissão Concelhia de Matosinhos do P. C. P. considera indispensável a vigilância popular contra as conspirações da reacção fascista. Nesse sentido há que intensificar a vigilância. Comunicar ás autoridades militares, assim como ao P. C. P. e outras forças democráticas, tudo quanto pareça suspeito (reuniões de gente reaccionária, contactos em sítios recatados, afixação de cartazes anticomunistas, propostas de aliciamento etc) conduzir uma ampla campanha de denúncia política que isole inteiramente a reacção fascista e os seus implícitos provocatórios.»

A INFORMÁTICA AO SERVIÇO DOS PROFISSIONAIS DE ESCRITÓRIO

O Grupo de Trabalho da Informática do Sindicato dos Profissionais de Escritório de Lisboa foi ontem, recebido no Ministério do Trabalho, tendo feito entrega de um Programa contendo as linhas gerais da sua actuação futura.

Impedido de funcionar pela anterior direcção fascista, este Grupo atravessa actualmente uma fase de reactivação e alargamento, propondo-se como tarefa prioritária a definição e qualificação do sector da Informática.

A perspectiva sindical do Grupo quanto aos aspectos organizativos, é de que os trabalhadores se devem agrupar em sindicatos verticais, poucos e fortes, que permitam um maior fortalecimento da classe trabalhadora face ao patronato. Quanto aos sectores com problemas específicos, — como é o da Informática — defendem a criação de grupos de trabalho que analisem os problemas e forneçam ao sindicato elementos que lhe permitam defender os profissionais desses sectores.

GOVERNADOR CIVIL DE VIANA -P.S. OU P.C.P.?

PORTO, 27 — Ao ministro da Administração Interna foram indicados pelos três Partidos de coligação, os nomes dos seus candidatos, para ocuparem o lugar de governador civil de Viana do Castelo. António Ribeiro da Silva foi indicado pelo Partido Comunista Português, o dr. Alberto Marques Oliveira e Silva, pelo Partido Socialista, e o dr. Miranda Maciel pelo Partido Popular Democrático.

Segundo a opinião dos vianenses e de outros observadores do distrito, os candidatos dos Partidos Socialista e Comunista são aqueles que reúnem melhores condições para virem a desempenhar o cargo, pois gozam da maior estima.

televisão

HOJE	AMANHÃ
1.º Programa	**1.º Programa**
1.º Período	**1.º Período**
12.45 Abertura e Laurel e Hardy	12.45 Abertura e desenhos animados
13.00 Escrever é lutar	13.00 A lei e o povo
13.15 O Rapaz do elefante	13.15 A Tal rapariga
13.45 Telejornal - 1.ª edição	13.45 Telejornal - 1.ª edição
14.00 Almanaque	14.00 Fronteiras do amanhã
14.15 Logo à noite	14.15 Fecho
14.20 Fecho	
2.º Período	**2.º Período**
19.30 Minijornal	19.30 Minijornal
19.35 TV Infantil	19.35 TV Infantil
19.45 Há só uma Terra	20.00 Em defesa da saúde
20.30 Em foco	20.15 Perspectiva
21.00 Telejornal - 2.ª edição	21.00 Telejornal - 2.ª edição
2135 Noite de cinema A Fúria do ..e seio.	21.30 Políticos do século XX-Lenine
23.45 Telejornal - 3.ª edição	22.30 Ventos de fortuna
00.00 Fecho	23.15 O Teatro e as máscaras
	23.45 Telejornal - 3.ª edição
2.º Programa	00.00 Fecho
20.00 Abertura e desenhos animados	**2.º Programa**
20.15 O Rapaz do elefante	20.00 Abertura e desenhos animados
20.40 Escrever é lutar	20.15 A tal rapariga
21.00 A Folha do Acer	20.40 A lei e o povo
22.00 Concerto	21.00 Encontro com o Mundo
22.30 Telejornal	21.50 A Mala de Hamburgo
23.00 Fecho	22.40 Telejornal
	23.10 Fecho

urgência

Emergência	115	Judiciária	53 5380
Bombeiros	32 2222	Intoxicações	76 1176
CVP	66 5342	Aeroporto	71 1397
H. de S. Josè	86 0131	C.R.G.E.	53 7021
H. de S. Maria	73 0231	C. Águas	36 1361
P.S.P	36 6141	Combóios	32 6222

tempo

Situação do tempo 09.00 H.

Em Portugal Continental o céu estava pouco nublado ou limpo, o vento era fraco a moderado de Norte e havia neblina em alguns locais.

TEMPERATURAS DO AR

09.00 H.

PORTO	19
P. DOURADAS	15
COIMBRA	18
PORTALEGRE	21
LISBOA	20
FARO	28
FUNCHAL	21

TEMPERATURAS EXTREMAS

ELVAS
Máxima ..... 37,0°

VISEU
Mínima ..... 09,7°

TEMPERATURAS NO ESTORIL

Água do mar	16,0
Atmosfera	22,7

MARÉS DE HOJE

PREIA-MAR		BAIXA-MAR	
00.04	*3,0 m*	5.55	*1,8 m*
12.30	*3,3 m*	18.42	*1,6 m*
Dia 28			
1.09	*3,2 m*	6.55	*1,7 m*
13.28	*3,4 m*	19.21	*1,5 m*
Dia 29			
1.59	*3,3 m*	7.39	*1,5 m*
14.14	*3,6 m*	20.08	*1,8 m*

PREVISÃO GERAL ATÉ ÀS 24 H. DE AMANHÃ

Céu pouco nublado, temporariamente muito nublado a Norte do sistema montanhoso Montejunto-Estrela, vento fraco soprando de nortada fesca durante a tarde na Faixa Costeira Ocidental a Sul do Cabo Carvoeiro, possibilidade de neblina ou nevoeiro durante a noite na Faixa Costeira Ocidental a Norte do Cabo da Roca, ligeira descida de temperatura.

AMANHÃ

NASCER ÁS 7.01
OCASO ÁS 20.14

DIA 1 | DIA 9 | DIA 16 | DIA 23

rádio

EMISSORA 1.º Programa

16.00 Noticiário — rádio estudantil
17.00 Música coral
17.20 Temas de educação
18.00 Cantos de luta
18.30 Forças Armadas
19.05 Programa infantil — música variada
20.00 Jornal da noite
21.30 Que quer ouvir?
22.00 A grande música negra, por José Duarte
23.00 De um dia para o outro
23.30 Observação de cinema, por João Paulo Boavida
00.00 Junção (entrada do MF 1 de Lisboa) — sinal horário

Programa em MF 1 de Lsiboa

23.00 Rádio estudantil
00.00 Junção com o 1.º programa

2.º Programa

16.00 Uma obra, duas interpretações
17.05 Curiosidades musicais
17.45 Música de Pépin e Fortner
18.30 Gravações históricas
19.00 Música de câmara
19.30 Música sinfónica
20.00 Jornal da noite
21.15 Concerto Real n.º 2 de François Couperin
21.30 Música de piano
21.50 Concerto pela Orquestra de Arcos da fundação Musical dos Amigos das Crianças
22.10 Recital de alaúde, por Manuel Morais «O Alaúde na corte de Isabel I»
22.30 O gosto pela música, pelo dr João de Freitas Branco
23.00 Ópera
00.35 Música de câmara
01.00 Fecho

Programa Estereofónico

21.15 Música ligeira variada
22.00 Música sinfónica
23.30 Duo de piano
23.54 Música de bailado
00.42 Música de câmara
01.00 Fecho

RÁDIO CLUBE

Onda Média

16.00 Noticiário
16.45 Programa CDC
18.02 Programa Movimento
20.40 Probrama movimento — rádio teatro
21.03 Alegria no trabalho
21.32 Quando o telefone toca
22.05 Antiquário
22.30 Quando o telefone toca
23.05 Variando para agradar
02.00 A noite é nossa
06.00 Diário rural
07.00 Talismã

Modulação de Frequência

16.00 Noticiário
16.04 Programa CDC
18.02 O nosso programa
19.04 Em órbita-1
21.02 Boa noite em FM
22.02 Clube à gó-gó
00.02 Em órbita-dois
01.02 Banda sonora Sonipol
02.00 Perspectiva
03.00 Fecho

RÁDIO RENASCENÇA

16.00 Noticiário
16.05 Radiorama
18.00 Tri'S
18.22 Palavra do dia — no final: terço e benção da Basílica dos Mártires
19.00 Jornal do serviço de noticiários e reportagens de Rádio Renascença
19.30 Pagina 1
21.04 Igreja é plural
21.45 Pentagrama
22.00 Pentagrama
22.00 Quando o telefone toca
22.30 Esquema 13
23.05 A 23.ª hora

EMISSORES ASSOCIADOS DE LISBOA

Rádio Voz de Lisboa
Das 06.00 às 10.00 e das 14.30 as 17.00

Rádio Graça
Das 10.00 às 12.00 e das 22.00 às 02.00

Clube Radiofónico de Portugal
Das 12.00 às 14.30 e das 17.00 às 19.30

Rádio Peninsular
Das 19.30 às 22.00

farmácias de serviço

LISBOA

TURNO E-1

(Até às 22 horas)

ALVALADE
Cartaxo, Av. da Igreja, 21-C (Tel. 776358). **Nova Lisboa**, Rua Guilherme Sugga, 12 (Tel. 727721)
AREEIRO
João XXI, Av. João XXI, 18-A (Tel. 726462)
ARROIOS
Nunes, Rua Angela Pinto 32 (Tel. 497556)
AVENIDAS NOVAS
Novais, Av. Luis Bivar, 11-13 (Tel. 44324).
BAIXA
Barral, Rua Augusta, 221 (Tel. 361534/5)
BELÉM
Remisio, Rua dos Jerónimos 14-C (Tel. 631699)
BENFICA
Lisboa, Rua Claudio Nunes, 73-A (Tel. 703393)
CALÇADA DA BOA HORA
Sepol, Calçada da Boa Hora, 94-A (Tel. 631958)
CAMPOLIDE
Pátria, Calçada dos Mestres, 30-A (Tel. 680627)
CARNIDE
Leal de Matos, Rua Neves Costa, 33 (Tel. 780184)
CAMPO DE OURIQUE
Castro Fonseca, Rua Quartel de Infantaria, 28-A (Tel. 688857)
ESTEFÂNIA
Estefânia, Rua Pascoal de Melo, 90 (Tel. 44436)
GRAÇA
Santo António, Rua Leite de Vasconcelos 72-C (Tel. 866333)
LAPA
Carrasco, Rua Presidente Arriaga, 31 (Tel. 667460)
LUMIAR
S. Tomé, Estrada do Desvio, Lote 12-C (Tel. 790704)
MADRAGOA
Nunes Simões, Rua do Quelhas, 1 (Tel. 661275)
OLIVAIS
Nova dos Olivais, Rua E, lote 469, Olivais Sul (Tel. 316402)
PENHA DE FRANÇA
Carronho, Rua Padre Sena de Freitas, 16-A (Tel. 842518)
PICHELEIRA
Luzmar, Rua João Nascimento Costa, 16-A (Tel. 720703)
POÇO DO BISPO
Barros de Gouveia, Rua do Vale Formoso de Cima 79-B (Tel. 382180)
RATO
Janeiro, Rua Alfredo Roque Gameiro 23-D (Tel. 777953)

TURNO E-2

(TODA A NOITE)

AJUDA
Teles, Rua João de Barros, 2 (Tel. 638076)
ALCANTARA
Nogueira, Rua da Creche, 2 (Tel. 631635)
ALTO DE S. JOÃO
Oriente, Rua Lopes, 120 (Tel. 843381)
ALVALADE
Brisália, Av. Rio de Janeiro, 66-A (Tel. 722358). **Avis**, Av. de Roma, 56-B (Tel. 715370)
AREEIRO
Galeno, Av. Oscar Monteiro Torres, 38-A (Tel. 774920)
ARROIOS
Matos, R. Álvaro Coutinho, 10 (Tel. 821671)
AVENIDA DA LIBERDADE
Nacional, Rua do Salitre, 7 (Tel. 46858)
AVENIDAS NOVAS
Avenida, Av. da Republica, 27-A (Tel. 633688)
BAIRRO ALTO
Veritas, R. da Misericórdia, 135 (Tel. 324554/327663/4).
ARCO DO CEGO
Pama, Av. Duque d'Avila, 25-31 (Tel. 47088)
BAIRRO DA ENCARNAÇÃO
Ascenso, Praça do Norte, 11 (Tel. 31216)
BENFICA
Sousa, Estrada de Benfica 429 (Tel. 780027)
CAMPOLIDE
Gomes, R. Rodrigo da Fonseca, 101-A (Tel. 682333)
CAMPO DE OURIQUE
Ourique, R. Freitas Gazul 32-B (Tel. 671667)
GRAÇA
Rosas e Viegas, R. de S. Vicente, 81 (Tel. 864351)
LUMIAR
Alameda, Al. das Linhas de Torres, 201-B (Tel. 790742)
SANTA CATARINA
Modelar, R. dr. António de Sousa Macedo, 7-A (Tel. 678896)
SÃO SEBASTIÃO DA PEDREIRA
Aguiar, Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 98-A (Tel. 768343/764629)
XABREGAS
Salter, R. de Xabregas, 63-65 (Tel. 361195)

LINHA DE CASCAIS

ALGES
Combatentes, Av. Com. G. Guerra, 166 (Tel. 213953)
CAXIAS
Nova, R. Bernardim Ribeiro, 1-A (Tel. 242839)
PAÇO DE ARCOS
Pargana, Av. Eng. Bonneville Franco (Tel. 2435147)
OEIRAS
Central, R. Conde Ferreira, 29 (Tel. 2430058)
PAREDE
Brandão, Av. da Republica, 77-C (Tel. 2471054)
S. PEDRO DO ESTORIL
S. Pedro, R. 9 de Abril, 24 (Tel. 263052)
MONTE ESTORIL
Costa, Av. Saboia, 29-B (Tel. 260085)
CASCAIS
Misericórdia, R. Regimento 19-41 (Tel. 280141); Cascais, R. Conde de Monte Real-B. Caxias (Tel. 282407)

LINHA DE SINTRA

AMADORA
Amadora, P. 28 de Maio, 3-A (Tel. 935518); **Carmele**, R. Elias Garcia, lote 28 (Tel. 933303); **Helénica**, R. Elias Garcia, 2 (Tel. 933613); **S. Jorge**, R. Pedro del Negro, 5-Reboleira (Tel. 938703)
DAMAIA
Lemos, R. de Goa, 21-A (Tel. 971121)
QUELUZ
André, Av. Elias Garcia, 151 (Tel. 950043); **Queluz**, Av. Miguel Bombarda, 123-A (Tel. 951841)
CACEM
Central, R. Elias Garcia, 55 (Tel. 2940034)
MEM MARTINS
Rodrigues Rato

S. PEDRO DE SINTRA
Valentim, Tel. 980456)
SINTRA
Marrazes, L. Rainha Amélia, 20 (Tel. 2950155)
COLARES
Abreja, (Tel. 299088)

OUTRA BANDA

ALCOCHETE
Nunes, L. Coronel Ramos da Costa, 10 (Tel. 234137)
ALHOS VEDROS
Gusmão, R. Cândido dos Reis, 30 (Tel. 2040 20)
ALMADA
Castro Rodrigues, R. Capitão Leitão, 31-A (Tel. 270067)
BAIXA DA BANHEIRA
Aliança, Est. Nacional, 178-A (Tel. 2040302)
BARREIRO
Avenida, Av. Alfredo da Silva, 88 (Tel. 2073212)
COVA DA PIEDADE
Cerqueira Afonso, P. 5 de Outubro, 18 (Tel. 270254)
MOITA
Silva Rocha, P. da República, 16 (Tel. 239029)
MONTIJO
Higiene, R. José Joaquim Marques, 142 (Tel. 230370)
SESIMBRA
Leão, Av. Salazar (Tel. 229471)
SETUBAL
Normal do Sul, P. do Bocage (Tel. 22216)
SEIXAL
Soromenho, R. Paiva Coelho, 38 (Tel. 2218560)

PORTO

9.º TURNO

SUB-TURNO A

Martino, Sucr., Praça Marq. de Pombal, 122; **Pombeiro**, C. Mártires da Pátria, 152; **Prelada (da)**, Rua Central de Francos, 316; **S. Roque da Lameira**, Rua S. Roque Lameira, 1111; **Sá da Bandeira**, Rua Sá da Bandeira, 236.

SUB-TURNO A

Ameal, Rua do Ameal, 1227; **Campo Alegre (do)**, Rua do Campo Alegre, 723; **Ferreira da Silva**, Rua dos M. da Liberdade, 150; **Peninsular**, Rua Chã, 100-102; **S. Lázaro**, Av. Rodrigues de Freitas, 297.

COIMBRA

TURNO J

Machado, R. Bernardo de Albuquerque (Tel. 23767); **Sitália**, Largo da Sé Velha 13-14 (Tel. 23234); **Luciano e Matos**, R. da Sofia, 7-11 (Tel 22147)

cinemas ● cinemas ● cinemas

ROXI (T. 48560)
14.15, 16.30, 18.45 e 21.45
Grupo D (18 anos)
O célebre filme de Eric Rohmer uma crónica de amor livre! A COLECCIONADORA com Hayde Politoff, Patrick Bauchau e Mijanou

CONDES (T. 322523/326710)
14.15, 16.30, 18.45 e 21.45
Grupo D (18 anos)
16.ª Semana! Colorido
Julie Christie e Donald Sitherland AQUELE INVERNO EM VENEZA o acto de amor ... como jamais foi visto no écran «The Sun»

ESTUDIO APOLO 70 (T. 763319)
15.15, 18.30 e 21.45
Grupo B (10 anos)
Jean Gabin e Eric Von Stroheim A GRANDE ILUSÃO de Jean Renoir

MUNDIAL (T. 538743)
15.15, 1830 e 21.45
Interdito a menores de 18 anos
4.ª Semana!
BELA, RICA, COM PEQUENO DEFEITO FÍSICO, PROCURAM CAVALHEIRO malandrice, piada, fesquinho

OXFORD (CASCAIS)
16.00 e 21.45
Grupo D (18 anos)
Scope-Technicolor
Uma sátira divertida num espectáculo de graça e boa disposição ADULTÉRIO À ITALIANA com Nino Manfredi e Catherine Spaak

CINEARTE (T. 660446)
21.30
Grupo D (18 anos)
Colorido
PUNHOS DE VINGANÇA realização de Chang Hong Mau

ROMA (T. 727778)
15.30, 18.30 e 21.45
2.ª Semana
Não aconselhavel a menores de 18 anos.
2.ª Semana Technicolor
Technicolor
BILLY JACK, com Tom Laughglin

ODEON (T. 326283)
15.15, 18.15 e 21.30
Grupo D (18 anos)
5.ª Semana!
O filme que apaixonou as mulheres UMA HISTORIA PERVERSA com Marisa Meil e Jean Soler. Sinistro mistério de um crime de adultério premeditado para condenar um marido à morte

CINEMA CASTIL (T. 530194)
15.30, 18.30 e 21.45
Grupo A (18 anos)
Eastmancolor
Um novo Truffaut! UMA BELA RAPARIGA

RESTELO (T. 610375)
21.30
Grupo D (18 anos)
PRAZERES DE VAMPIRA com Susan Leigh, Barbara Jefford e Ralph Bates
Amanhã
21.30
Grupo D (18 anos)
VÊM AI OS CABELUDOS

IMPERIO (T. 555134)
15.15, 18.30 e 21.30
Não aconselhavel a menores de 18 anos
2.ª Semana!
Lee J. Cobb, Barbara Hershey, Lee Majors e Lola Falana O PREÇO DO SILÊNCIO
Amanhã
18.30
Grupo C (14 anos)
«Sessão Clássica»
Programa especial comemorativo da sessão 900 com a obra-prima de Fellini OS CLOWNS

CASINO ESTORIL (T. 264521/234946)
15.30, 18.30 e 21.30
Grupo C (14 anos)
Technicolor
ROMEU E JULIETA com Leonard Whiting e Olivia Hussey

ALVALADE (T. 717480)
15.30, 18.30 e 21.45
Grupo A (6 anos)
Colorido
Walt Disney apresenta PATO DONALD E CIA a grande parada das férias

EUROPA (T. 66 10 16)
15.15 e 21.30
3.ª Semana!
Não aconselhavel a menores de 18 anos.
TRATAMENTO DE CHOQUE, um filme de Alan Jessua, com Annie Girardot e Alain Delon.

ESTUDIO 444 (T. 779095)
15.30, 18.30 e 21.45
Grupo A (18 anos)
Eastmancolor
Um novo Truffaut! UMA BELA RAPARIGA

SATELITE (T. 56 26 32)
15.30, 18.30 e 21.45
3.ª Semana!
Interdito a menores de 18 anos
Marcello Mastroianni, Ugo Tognazzi, Philippe Noiret, Michel Piccoli e Andrea Ferrol LA GRANDE BOUFFE (A GRANDE FARRA), um filme de Marco Ferreri.
Este filme contém cenas eventualmente chocantes.
Direcção-Geral dos Espectaculos.

MONUMENTAL (T. 55 51 31)
15.15, 18.15 e 21.30
Não aconselhavel a menores de 13 anos
Colorido
A MULHER DO PADRE com Sophia Loren e Marcello Mastroianni.

AVIZ (T. 47163)
15.30, 18.30 e 21.45
Grupo C (18 anos)
2.ª Semana! Colorido
O CLUBE DA ALEGRIA com Ann Smyrner e Judi Arent

PHATE (Tel. 821923)
14.15, 16.30, 18.45 e 21.45
Grupo B (18 anos
2.ª Semana!
Pela primeira vez a espantosa versão integral de BLOW-UP (história de um fotógrafo)
Vanessa Redgrave- Sarah Miles e David Hemmings. A obra-prima de Antonioni. Grande Prémio do Festival de Cannes (Metro Arrois)

ESTUDIO (T. 55 51 35)
15.30, 18.30 e 21.45
3.ª Semana!
Interdito a menores de 18 anos
Marcello Mastroianni, Ugo Tognazzi, Philippe Noiret, Michel Piccoli e Andrea Ferrol LA GRANDE BOUFFE (A GRANDE FARRA), um filme de Marco Ferreri.
este filme contem cenas eventualmente chocantes
Direcção-Geral dos Espectaculos

BERNA (T. 776093)
15.15, 18.30 e 21.45
Grupo A (18 anos)
Color Todd-AO 35
Jim Brown A CHOLDRA DO INFERNO. MAVEL sexo e violência no submundo de New York!

TIVOLI (T. 570595)
15.15 e 21.15
2.ª Semana!
Grupo B (10 anos)
Technicolor 70 m/m
O maior filme de todos os tempos! OS DEZ MANDAMENTOS

ROYAL (T. 875037)
15.00 e 21.00
Grupo C (14 anos)
KITT, O VINGADOR em complemento O ENIGMA DA ESFINGE

S. JORGE (T. 54154/54153)
15.15, 18.15 e 21.30
Interdito a menores de 18 anos
3.ª Semana!
O ULTIMO TANGO EM PARIS
Aviso ao público: este filme contem cenas eventualmente chocantes
Direcção dos Serviços de Espectaculos

EDEN (T. 320768)
15.30, 18.30 e 21.45
4.ª Semana!
Grupo B (10 anos)
A NOVA VIAGEM DE SINBAD com John Philip Law.

POLITEAMA (T. 326305)
15.15, 18.15 e 21.45
Grupo D (18 anos)
5.ª Semana da divertida audácia em «sensualidade»
EMPRESTA-ME O TEU MOTORISTA com Lando Buzzanca num super-macho. Que tinha ele a mais para ser desejado pelas mulheres?

VOX (T. 720808)
15.15, 18.30 e 21.45
Interdito a menores de 18 anos
13.ª Semana! Color
Laura Antonelli e Alessandro momo em MALÍCIA

LONDRES (T. 80 13 13)
14.15, 16.30, 18.45 e 21.45
Interdito a menores de 18
7.ª Semana! Colorido
O filme de Luis Buñuel fi em Portugal BELLE DE JO Catherine Deneuve

EXPOSIÇÕES

BELAS ARTES — Perspectiva-74 e gravuras (das 14 às 20 h).

BLOCO (CASCAIS) — Colectiva (das 16 às 20 h).

ESCOLA PRIMARIA DA DAMAIA — Colectiva de pintura e tapeçaria (das 21 às 23 h)

CASINO ESTORIL — Pinturas de Vamona. Navelcar (das 15 às 3 h).

FOTO CLUBE 6X6 — Trabalhos de Alfredo Cunha (3.as e 6.as-feiras, das 21.30 às 24h.)

GALERIA 111 — Colectiva de gravuras, litografias e serigrafias (das 10 às 13 e das 15 às 19 h).

GRUPO AMIGOS DA COSTA — Trabalhos de Barbara Guerreiro (das 15 às 19 e das 21 às 24 h)

PALÁCIO FOZ — Trabalhos de Bernardette Stern, serigrafias de Acácio Assunção e António Brito Caiola (das 5 às 20 h)

LEIA ÀS TERÇAS-FEIRAS

O JORNAL motor

Outros Espectáculos

LISBOA/Teatros

MONUMENTAL
20.45 e 23.00 (18 anos)
«O Último Fado em Lisboa»

MARIA MATOS
21.45 (13 anos)
«Português, Escritor, 45 Anos de Idade»

LAURA ALVES
20.45 e 23.00 (18 anos)
«A Pai Adão»

LISBOA/Cinemas

PARIS
21.00 (18 anos)
«Dillinger»

PROMOTORA
21.00 (18 anos)
«A Filha do Milionário»

OLÍMPIA
19.00 (10 anos)
«A Tulipa Negra»

JARDIM CINEMA
21.00 (18 anos)
«A Sombra do Duplo Amante»

ESPLANADA CASTANHEIRA
21.30 (18 anos)
«Com a Minha Mulher, Não!»

SACAVÉM
S. José
21.00 (18 anos)
«A Mão de Ferro»

LINHA DE CASCAIS

ALGES
Stadium
21.30 (18 anos)
Bonitas de mais para serem honestas

PAREDE
Royal-Cine
21.15 (18 anos)
Os revoltados do cano

ESTORIL
Casino
12.30, 18.30 e 21.30 (18 anos)
«Romeu e Julieta»

Esplanada
21.30 (18 anos)
Bubu de Montparnasse

CASCAIS
Oxford
16.00 e 21.45 (18 anos)
«Adultério à Italiana»

CASCAIS
S. José
21.30 (18 anos)
«As Ras»

LINHA DE SINTRA

DAMAIA
D. João V
21.30 (18 anos)
«O Pistoleiro Esquecido»

AMADORA
Recreios Desportivos
21.30 (18 anos)
Vêm aí os cabeludos

SINTRA
Carlos Manuel
21.30 (18 anos)
Só as borboletas são livres

OUTRA BANDA

ALMADA
Incrível
21.15 (18 anos)
«Nem tudo o que vem à rede é peixe»

TRAFARIA
Pavilhão Jardim
21.15 (18 anos)
Paços na escuridão

PORTO/Cinemas

TRINDADE
21.30 (18 anos)
«O Último Tango Em Paris»

JULIO DINIS
21.30 (13 anos)
«Paraíso Ao Sol»

S. JOÃO
21.30 (18 anos)
Curvas Nas Férias

ÁGUIA DE OURO
21.30 (18 anos)
«A Rebolona»

RIVOLI
21.30 (18 anos)
«Aquele Inverno em Veneza»

BATALHA
21.30 (18 anos)
«Os Centuriões»

VALE FORMOSO
21.30 (18 anos)
«Uma História Perversa»

CARLOS ALBERTO
21.30 (18 anos)
«Até à Maternidade» e «Por Mais Alguns Dólares»

COLISEU
21.30 (18 anos)
«O Esquadrão Indomável»

PASSOS MANUEL
21.30 (14 anos)
«Duas Gerações»

ESTÚDIO FOCO
21.30 (18 anos)
«Venha Tomar Café Connosco»

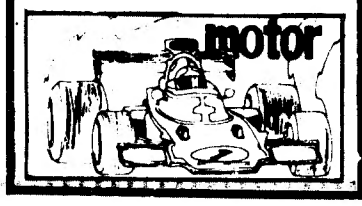
ESTÚDIO
21.30 (18 anos)
«O Eclipse»

OLÍMPIA
21.30 (14 anos)
«O Selo Dourado»

COIMBRA

TIVOLI
21.30 (18 anos)
«O Filtro do Amor»

BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS
21.30 (18 anos)
«A Doce Vida da Casta Susana»



BARS BOITES — RESTAURANTES TÍPICOS

DANCINGS

NINA — Dancing com atracções. **Rua Paiva de Andrade, 7-13. T. 34859/365167.**
Zorina, vedeta inglesa de «sexy».

ESPADARTE CLUB — SESIMBRA. Discoteca e acidentalmente fado ou música de folclore interp. por clientes e dedicado aos turistas presentes. Encer. domingos. **T. 229189.**

CASINO ESTORIL — Jogo autorizado Variedades internacionais. **T. 26461/264526/264586/264621/264946.**

HIPOPÓTAMO — Com Mário Simões. Encerra aos domingos. **Av. António Augusto de Aguiar, 5-A. T. 48384.**

TAMILA — Marão e s/ conjunto «Matinées» todos os dias. Encerra aos domingos. **Av. Fuque de Loulé, 69. T. 533117.**

CACO — Dancing com música ambiente com sibular quarteto. **Rua Camilo Castelo Branco, 23-A.**

GERAL

DL
RENASCENÇA GRÁFICA, S.A.R.L.
ADMINISTRAÇÃO-GERAL
E PUBLICIDADE
RUA CASTILHO, 185, 1.º, 2.º E 4.º
TELEF. 65453 1/2/3/4
REDACÇÃO E SERVIÇOS TÉCNICOS
RUA LUZ SORIANO, 44
TELEF. 321154/5 320271/2/3
RUA DA ROSA, 57
END. TEL. DIBOA TELEX 12363
LISBOA-PORTUGAL

COSTA GOMES NO ALFEITE

. O Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas passou a manhã de hoje no Alfeite em visita oficial à mais importante base naval do continente. Oencontro do general Costa Gomes com os marinheiros principiou às 10 horas altura em que foi rcebido pelo Chefe do Estado Maior da Armada.Seguiu-se revista à guarda de honra, sendo-lhe posteriormente apresentados cumprimentos pelo Comandante Naval do Continente e pelos oficiais que prestam serviço, nesse comando.

O general Costa Gomes, visitou, ainda, a fragata «Roberto Ivens», fundeada na Base Naval do Alfeite, falando mais tarde aos oficiais do Comando Naval do Continente, da Base Naval de Lisboa, do Grupo 2 de Escolas de Armada e do Corpo de Fuzileiros. A visita culminou com um almoço no palácio do Alfeite.

O vencimento de Ministro como limite das pensões de reforma

Na sua última reunião o Conselho de Ministros aprovou um diploma do Ministério dos Assuntos Sociais, que reconhece a partir de 1 do corrente, aos beneficiários da Previdência, na situação de desemprego depois de 1 de Maio de 1974, os direitos ao abono de família e às prestações de assistência médica e medicamentosa na doença e na maternidade, extensivas aos respectivos familiares.

Outro decreto-lei aprovado estabelece que, em caso algum, o quantitativo mensal das prestações de reforma resultantes do exercício de uma ou mais actividades possa exceder o vencimento legalmente fixadopara o cargo de ministro.

Entretanto, foram enviados para a folha oficial entre outros, os diplomas a isentar do pagamento de direitos de importação e demais imposições aduaneiras ou de quaisquer outros impostos os bens patrimonais de que se fizeram acompanhar os portugueses do Zaire ou de Marrocos, assim como todos os bens que possam vir a recuperar quando submetidos a despacho de importação; e a abrir créditos especiais no valor de 605 138 047$10, para reforço de verbas insuficientemente dotadas ou provar à realização de despesas não previstas no Orçamento Geral do Estado.

DE NOVO O EXTRAORDINÁRIO
"CURRILLO"
D. RIBEIRO TELLES
JOSÉ JOÃO ZOIO
CAVALEIROS

ESPADAS "CURRILLO"
RICARDO CHIBANGA
FORCADOS
AMADORES DE MONTEMOR
capitaneados
por Antonio Jose Zuzarte

8 TOIROS 8
DE CABRAL ASCENÇÃO
Grupo A - maiores bancos
CAMPO PEQUENO
DIA 29, ÀS 22 HORAS

O engenheiro Lev Diomin (à esquerda na telefoto) é o «primeiro avô do espaço». (Telefoto UPI-Telimprensa)

Cosmonautas soviéticos preparam a atracagem da Soyuz-15 à Salyut-3

MOSCOVO, 27 — (R.) — Dois cosmonautas soviéticos — um deles avô, com 48 anos — foram colocados em órbitra ontem à noite e preparavam-se hoje para uma possível atracagem da sua nave Soyuz-15 com a estação espacial Salyut-3 lançada em Junho para o Espaço.

A Agência Tass, ao anunciar a partida, da nave, que se verificou às 20 e 30 TMG, disse que ela é comandada pelo tenente-coronel Gonnady Sarafanov, de 32 anos, que é acompanhado pelo engenheiro Lev Domin, o primeiro avô do Espaço.

A Agência disse que os dois cosmonautas vão prosseguir as experiências iniciadas pelos dois tripulantes da Soyuz-14, que, no mês passado, estiveram 15 dias a bordo da estação espacial.

Os dois cosmonautas comunicaram já para Terra que se encontram confortavelmente instalados na cabina de voo, cuja atmosfera é mantida dentro dos limites de temperatura, humidade e pressão previamente estabelecidos. Os responsáveis pelo controle de voo em terra mantêm uma ligação constante de Rádio e Televisão com a nave.

A Tass disse que o coronel Sarafanov, nascido numa aldeia do Volga, tirou o curso de piloto na Escola Superior de Aeronáutica e alistou-se no centro de treino dos cosmonautas em 1965. Casado, tem um filho e uma filha.

Por seu turno, Lev Demin, nascido em Moscovo, formou-se aqui em engenharia pela Academia da Força Aérea, e, mais tarde, prosseguiu os estudos científicos, tendo entrado para o corpo de cosmonautas em 1963. É casado e tem dois filhos crescidos, um dos quais já lhe deu um neto.

ABASTECIMENTO E PREÇOS

A época que o País atravessa impõe austeridade económica

O secretário de Estado do Abastecimento e Preços pronunciou-se, ontem, na televisão, sobre as últimas subidas de preços de alguns produtos de primeira necessidade, salientando que essa medida corresponde «apenas à parte do acréscimo do custo das matérias-primas, importadas na sua quase totalidade».

Foram aumentados os preços dos cereais e seus derivados (farinhas, pão, sêmola, massas alimenticias), assim como os do açúcar, dos adubos e produtos petrolíferos. No entanto, os preços de grande parte desses produtos, segundo afirmou o secretário de Estado, continuam a ser subsidiados e alguns deles até em percentagens elevadas.

«A época que o país atravessa impõe uma política de austeridade económica e, por isso, não serão admissíveis frequentes agravamentos do preços do mesmo produto. Assim qualquer revisão só deverá ser efectuada decorrido um período mínimo de seis meses relativamente ao último preço autorizado. Esta circunstância implicará para as empresas a adopção de esquemas de aprovisionamento apropriados, sobretudo no que respeita a produtos importados, a fim de poderem fazer face aos agravamentos das cotações internacionais dentro da estabilidade de preços que se pretende.»

O Secretário de Estado depois de acrescentar que «em principio, os acréscimos da mão-de-obra não devem repercutir-se nos preços de venda dos produtos, mas sim nas próprias empresas», referiu-se aos meios a utilizar para devido esclarecimento dos consumidores e à acção desenvolvida por uma Direcção Geral de fiscalização económica, que exercerá uma função de controlo sobre os preços e a qualidade dos produtos.

Na sequência da sua intervenção, o secretário de Estado, abordando o problema das quebras de abastecimento, que devem «ser evitadas», apontou alguns aspectos da implantação de estruturas de apoio tais como: a construção de novos silos em Beja, Funchal, Leixões e a ampliação dos de Lisboa, Ponta Delgada e Angra do Heroismo; a construção de um terminal de ramas para açúcar a granel a instalar na zona portuária; alargamento de algumas estações fruteiras e a inauguração de centrais para tratamento de leite.

POSIÇÃO ACTUAL DA CÓLERA NO PAÍS

Depois de amanhã, às 18 horas, efectua-se no Governo Civil uma reunião com o prof. dr. Arnaldo Sampaio, director-geral de Saúde, que dará a conhecer a posição actual e a intensificação da luta contra a cólera que grassa no País.

NOTAS VÁRIAS

EMBAIXADOR DA AUSTRÁLIA

A fim de assumir o seu cargo chegou a Lisboa, acompanhado da esposa o embaixador da Austrália, F. B. Cooper, que no Aeroporto da Portela, foi recebido pelo chefe do protocolo do Ministério dos Negócios Estrangeiros e outros membros do corpo diplomático. Natural de Melbourne, F. B. Cooper tem 54 anos e era adjunto do secretário da Repartição da Europa e África dos Negócios Políticos em Camberra, antes da sua nomeação.

MUNICÍPIO DE LISBOA

O ministro da Administração Interna assinou o despacho de nomeação do presidente dos dois vice-presidentes e de sete dos dos doze vogais da comissão administrativa da Câmara Municipal de Lisboa O presidente é o eng.º Joaquim Ângelo Caldeira Rodrigues e os vice-presidentes o tenente-coronel de engenharia Baltasar António de Morais Barroco e o arq.º Filipe Mário Lopes. Para vogais foram designados o dr. José Augusto França, o eng.º António Pereira de Figueiredo e Silva, a dr.ª Maria Teresa Vieira Bastos Ramos Ambrósio, o eng.º Rui Pereira Correia, o arq.º Luís Vassalo Namorado Rosa, o tipógrafo Manuel Marques da Silva e o estudante universitário Henrique José Monteiro Vilardebó Chaves. Por decisão daquele membro do Governo, é delegada no governador civil do distrito de Lisboa a competência para a nomeação dos restantes vogais, até se perfazer o número de doze.

DOIS MORTOS EM COIMBRA

Morreram os dois ocupantes de um automóvel que, no troço da estrada entre Póvoa da Lomba e Cantanhede, ao tentar ultrapassar uma camioneta embateu nesta e despistou-se, indo desmantelar-se contra uma árvore. O veículo era conduzido pelo pedreiro Fernando Cruz Caixeiro, de 49 anos, casado, emigrado em França de Póvoa da Lomba, que seguia acompanhado de António Mendes Crisóstomo, de 27 anos, funcionário de Finanças, morador do mesmo lugar. Ambos tiveram morte imediata.

BATALHA DO BUÇACO

O Museu Militar leva a efeito mais uma vez, as cerimónias comemorativas do 164.º aniversário da Batalha do Buçaco, que decorrem nos dias 26 e 27 de Setembro. Do programa destaca-se, no dia 27, às 11 horas, saída do cortejo histórico-militar e religioso, seguindo-se missa campal no Terreiro do Monumento; e um desfile de todas as forças sendo as comemorações encerradas com um concerto por uma banda militar.